

Proposta de Novo Programa do PSB



6



PROPOSTA DE NOVO PROGRAMA



DO PSB
2022

Livro 6 : Proposta de Novo Programa do PSB :
Congresso Constituinte da Autorreforma /
[organização] Carlos Siqueira...[et al.]. --
São Paulo, SP : Quanta Consultoria, Projetos e
Editora, 2022.

Outros organizadores: Domingos Leonelli, Juliene
Silva, Paulo Bracarense, Raissa Rossiter, Sinoel
Batista.

ISBN: 978-65-990864-8-9

1. Brasil - Desenvolvimento socioeconômico
2. Debates 3. Desenvolvimento sustentável 4. Partido
Socialista Brasileiro 5. Reformas sociais - Brasil
I. Siqueira, Carlos. II. Leonelli, Domingos.
III. Silva, Juliene. IV. Bracarense, Paulo.
V. Rossiter, Raissa. VI. Batista, Sinoel.

22-107184

CDD - 324.2

Elaborado por: Eliete Marques da Silva
Bibliotecária CRB 8/9380



Rua Doutor Clóvis de Oliveira, 166 - Vila Progredior
CEP: 05616-130 São Paulo - SP
Fone/Fax: +55 11 3385-0400

www.qcp.com.br

Ficha Técnica

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL

PRESIDENTE NACIONAL

Carlos Roberto Siqueira de Barros

PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE NACIONAL

Governador Paulo Henrique Saraiva Câmara

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

Luiz Roberto de Albuquerque

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE MODERNIZAÇÃO PARTIDÁRIA

João Alberto Rodrigues Capiberibe

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Rodrigo Sobral Rollemberg

VICE-PRESIDENTE NACIONAL PARA MOVIMENTOS SOCIAIS

Rubens José França Bomtempo

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE RELAÇÕES PARLAMENTARES

Deputado Danilo Jorge de Barros Cabral

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE RELAÇÕES FEDERATIVAS

Prefeito João Henrique de Andrade Lima Campos

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE POLÍTICAS DE GÊNERO

Deputada Lídice da Mata e Souza

SECRETÁRIO-GERAL

Governador José Renato Casagrande

PRIMEIRO-SECRETÁRIO NACIONAL

Geraldo Júlio de Melo Filho

SEGUNDO-SECRETÁRIO NACIONAL

Antonio Carlos Valadares

PRIMEIRO SECRETÁRIO NACIONAL DE FINANÇAS

Márcio Luiz França Gomes

SEGUNDO SECRETÁRIO NACIONAL DE FINANÇAS

Severino Nunes de Araújo

SECRETÁRIOS NACIONAIS ESPECIAIS

Deputado Alessandro Lucciola Molon

Deputado Carlos Camilo Góes Capiberibe

Cláudio Valverde Santos

Domingos Leonelli Netto

Mário Sander Bruck

Deputado Milton Coelho da Silva Neto

Waldomiro Lopes da Silva Júnior

Carlos Enrique Franco Amastha

Jonas Donizette Ferreira

Mari Elisabeth Trindade Machado

Prefeito João Henrique Holanda Caldas (JHC)

Deputado José Luiz Stédile

Deputado Luciano Ducci

Deputado Rafael Huete da Motta

Deputado Serafim Fernandes Corrêa

SECRETÁRIO NACIONAL DO MOVIMENTO POPULAR

Acilino José Ribeiro de Almeida

SECRETÁRIO NACIONAL DA JUVENTUDE

Tony de Siqueira Sechi

SECRETÁRIA NACIONAL DE MULHERES

Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha (Dora Pires)

SECRETÁRIA NACIONAL DO MOVIMENTO NEGRO

Valneide Nascimento dos Santos

SECRETARIA NACIONAL SINDICAL

Joílson Antonio Cardoso do Nascimento

SECRETÁRIA NACIONAL LGBT

Tathiane Aquino de Araújo

AUTORREFORMA DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
COMISSÃO ORGANIZADORA

Alessandro Molon
Alexandre Navarro
Amanda Sobreira
Anderson Quack
Beto Albuquerque
Carlos Siqueira
Danilo Cabral
Domingos Leonelli
Dora Pires
João Capiberibe
Jonas Donizette
Juliane Silva
Lídice da Mata
Márcio França
Mari Machado
Martiniano Cavalcante
Paulo Bracarense
Silvio Humberto
Sinoel Batista
Tathiane Aquino de Araújo

COMISSÃO REDATORA

Carlos Siqueira
Domingos Leonelli
Juliane Silva
Paulo Bracarense
Raissa Rossiter
Sinoel Batista

Sumá rio

Apresentação 13

Manifesto 17

Introdução - Brasil, Potência Criativa e Sustentável 21

| Planejamento Estratégico 22

| Matriz Energética Diversificada 23

| Água (Reserva Hídrica de Água Doce e Aquíferos) 25

| Biodiversidade (Terrestres e Aquáticas) 25

| Área Agricultável 26

| Amazônia 4.0 28

| Amazônia Azul 29

| A Mineração e o Desenvolvimento Sustentável 30

| A Força Indutora do Turismo 32

| Criatividade, Inteligência Nacional e Inovação Tecnológica 33

Eixo Temático I - Reforma do Estado 37

| Reforma do Estado 37

| Novo Federalismo 39

| Planejamento, Função do Estado Moderno 40

| Reformas Fiscal e Tributária 40

| Reforma Fiscal e Tributária e o Novo Federalismo 41

| Gestão do Estado 42

- | Governo Aberto e Gestão Compartilhada 43
- | Agência de Controle da Dívida Pública e de Atividades Financeiras 44
- | Reformas Política e Eleitoral 44
- | Novo Poder Legislativo 46
- | Tribunais de Contas 47
- | Judiciário Moderno 47
- | Política Externa 48
- | Defesa Nacional e Geopolítica 50

Eixo Temático II - Economia: Prosperidade, Igualdade e Sustentabilidade 53

- | A Economia Deve Servir à Vida das Pessoas 53
- | Para Recuperar a Precedência da Política 55
- | Os Fundamentos da Gestão Macroeconômica no Brasil 56
- | Financeirização e Subordinação da Macroeconomia Nacional à Economia Global 57
- | Visão do PSB Sobre o Modelo Macroeconômico 57
- | Inovação e Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento 59
- | Renascimento Criativo da Indústria e Competitividade 60
- | Desenvolvimento da Amazônia 4.0 64
- | Plano Estratégico de Economia Criativa no Âmbito do Projeto Nacional de Desenvolvimento 66

- | O Futuro do Trabalho 69
- | Superar as Desigualdades Econômicas Regionais 71

Eixo Temático III – Desenvolvimento Sustentável e Economia Verde 75

- | Economia Verde, uma Possibilidade 75
- | Empregos Verdes: O Trabalho Sustentável na Direção da Economia Inclusiva, da Proteção Social e da Conservação Ambiental 78
- | Biomass Brasileiros, Ativos do Desenvolvimento 79
- | O PSB e a Luta Ecológica 80
- | A Premência das Fontes Limpas e Renováveis de Energia 81

Eixo Temático IV – Políticas Sociais e Cidades Criativas 83

- | Políticas Sociais Para Igualdade 83
- | A Seguridade Social como Instrumento de Redução da Desigualdade 84
- | Avançar com o SUS 85
- | A Educação no Brasil 87
- | Instrumentos Norteadores da Educação Brasileira 89
- | Financiamento e Gestão da Educação Brasileira 90
- | Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação 91

- | Educação Profissional e Tecnológica 92
- | Revolução Criativa na Educação 94
- | Direito Social ao Trabalho 95
- | Segurança Pública 96
- | Mais Mulheres no Poder 99
- | Emancipação e Empoderamento da População Negra 102
- | Garantia dos Direitos dos Povos Indígenas 104
- | Idosos, uma Nova Realidade 105
- | Direito à Juventude Plena 107
- | Políticas Para o Esporte 110
- | Por uma Reforma Agrária que se Conecte ao Brasil do Futuro 111
- | Revolução Criativa na Agricultura Familiar e na Agroecologia 113
- | O Direito à Cidade e a Reforma Urbana 115
- | Cidades Criativas 118
- | Cidades Criativas e Pandemia 120
- | Cultura, Desenvolvimento e Criatividade 121
- | Políticas Culturais 122

Eixo Temático V – Socialismo Criativo, Democracia e o Partido que Queremos 126

- | Socialismo Criativo 126
- | Socialismo Criativo e Democracia 129
- | Igualdade, Liberdade e Felicidade 129
- | Pluralidade, Movimentos Sociais e o Partido 130
- | Um Partido Laico e Acolhedor 131
- | Sociedade em Rede e os Direitos dos Cidadãos 132
- | O Partido e a Sociedade em Rede 134
- | Separação entre Partido e Governo 135
- | A Autorreforma e o Partido que Queremos 135

Ap
pre
sen
ta
ção

Temos o prazer de passar às suas mãos esse livro, “Proposta para o Novo Programa do PSB”. Ele é resultado de mais de dois anos de discussões internas e externas promovidas pela direção do Partido sobre o tema da Autorreforma do PSB, visando à construção de um novo programa, que guiará os socialistas brasileiros nos próximos anos do século XXI.

O desafio para a construção da Autorreforma foi lançado na reunião do Diretório Nacional em julho de 2019 com o lançamento do chamado livro vermelho da Autorreforma que teve como temática a “Proteção da Democracia, Tarefa que Unifica a Luta contra o Retrocesso”. Esse documento foi complementado pelo lançamento, na reunião do Diretório Nacional em agosto do mesmo ano, do libreto “O Desafio: A Autorreforma do PSB e o Projeto Civilizatório para o Brasil”, que se constituiu em um esforço amplo de detalhamento dessa plataforma política do PSB.

Aberto o debate, foram publicados dois cadernos (Caderno 1 e Caderno 2 da Autorreforma e três livros (Livro 3, Livro 4 e Livro 5) de forma sequencial e acumulativa das discussões internas e externas promovidas pelo Partido.

O caderno 1 continha o material teórico que apresentou as discussões realizadas em nossa histórica Conferência Nacional, realizada no Rio de Janeiro, em 28, 29 e 30 de novembro de 2019, com a participação de mais de 300 dirigentes partidários. O caderno 2 reproduziu as primeiras ideias contidas no Caderno 1, agregando as contribuições dos companheiros que participaram da Conferência Nacional da Autorreforma.

Já o livro 3 continha uma síntese dos cadernos anteriores e a sistematização de uma proposta para o novo programa do PSB, a ser apresentada no Congresso Nacional do Partido. O livro 4 pormenorizou o conteúdo do livro 3, acrescido de outras ideias, todas em forma de propostas de teses, numeradas para facilitar a discussão dentro e fora do PSB. Essas propostas inovadoras e vivificadoras da política foram apresentadas aos militantes socialistas, aos segmentos organizados e à sociedade brasileira, sendo dispostas de forma mais concisa e sem a fundamentação que permanece à disposição no livro 3.

No livro 4, foi acrescentado também um novo capítulo, à guisa de introdução, com o título de: “Brasil, Potência Criativa e Sustentável”, em que são elencadas as principais potencialidades brasileiras no século XXI.

O livro 5 é a proposta de Teses para o XV Congresso do PSB. Nele foram acrescentadas as contribuições advindas das mais variadas discussões realizadas sob o tema da Autorreforma, a começar pela live de lançamento do livro. A Direção Nacional organizou um ciclo de debates quinzenais sobre temas da Autorreforma, com a participação de intelectuais e políticos de diferentes filiações partidárias. Sob o tema da Revolução Brasileira em Caio Prado, o Instituto Pensar, com a direção partidária, realizou debates semanais de temas correlatos à Autorreforma. Também os segmentos - Movimento Popular Socialista; Negritude Socialista Brasileira; PSB-Inclusão; Juventude Socialista Brasileira; Secretaria Nacional de Mulheres; Sindicalismo Socialista Brasileiro; e o LGBT Socialista - realizaram ciclos de debates preparatórios para o XV Congresso, em torno das teses da Autorreforma. Também foi realizado um Ciclo de Oficinas sobre os principais temas da Autorreforma com a participação de lideranças populares e acadêmicas, em um esforço de melhor detalhamento das propostas dos temas discutidos.

As teses do Livro 5 foram pauta de discussão em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal e também na Fundação João Mangabeira, com seus coordenadores estaduais. Vários vídeos foram produzidos sobre os temas da Autorreforma e estão disponíveis na videoteca da página *www.autorreformapsb.com.br*.

O presente livro, Propostas para o Novo Programa do PSB, é fruto da organização das propostas recebidas pela Comissão de Sistematização, advindas dos Congressos Municipais e Estaduais e de contribuições individuais e coletivas da militância, e estará exposto no site *www.autorreformapsb.com.br*, com os cadernos e livros anteriores e os textos de vários autores consultados. O novo hotsite pode ser acessado diretamente no endereço indicado ou através do portal *http://www.socialismocriativo.com.br* e dos sites *http://www.psb40.org.br* e *http://www.fjmangabeira.org.br*. Ele fará parte do material teórico que os delegados ao XV Congresso receberão no ato de seu cadastramento nos dias de realização do Congresso.

Nos cinco eixos do documento, ideias em torno da Revolução Criativa na Educação; Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento; Reforma do Estado; Amazônia 4.0; Empregos Verdes; Reforma Urbana e Cidades Criativas; ao lado da defesa de vários pontos da Constituição de 1988, são parte da proposta do novo Programa do PSB. No quinto

eixo do documento, foram dedicados capítulos ao Socialismo Criativo; à Democracia e ao Partido que Queremos. Também há referência à Não Violência Ativa como uma ideia de método da luta pelo Socialismo Criativo.

Temos, portanto, uma imensa tarefa a cumprir, como militantes do Partido Socialista Brasileiro: a aprovação de um novo Manifesto e a construção de um novo Programa para o nosso Partido.

Carlos Siqueira

Presidente Nacional do PSB

Mani
festo

Riqueza e desigualdade, luxo e miséria, desperdício e carências elementares, beleza cultural e violência, principalmente entre os mais pobres, caracterizam o Brasil do início do século XXI. A pandemia do Coronavírus aprofundou esse quadro, engendrou novos modos de trabalho e ampliou a exploração.

A pobreza, ignorância e miséria convivem com uma economia razoavelmente complexa. O Brasil está entre os países mais ricos, mas é um dos que mantém maior grau de concentração de renda do mundo.

Além de ser uma nação multicultural e etnicamente diversa, possui uma sociobiodiversidade como nenhum outro país; detém a maior reserva de água doce do planeta; terras férteis; uma matriz energética invejável; e imensas reservas minerais. E, entre tantas riquezas, é habitado por um povo alegre e criativo. Criatividade, aliás, que precisa se transformar em ativos cultural, econômico e tecnológico.

O projeto de desenvolvimento implementado por Getúlio Vargas, entre as décadas de 1930 e 1950, alcançou apenas parcialmente seus objetivos. Mas se esgotou, sem a sonhada inserção da maioria do povo brasileiro na plena cidadania, nos aspectos econômico, social e cultural. No ciclo democrático, iniciado em 1985, não foi possível elaborar e implantar um Projeto Nacional de Desenvolvimento que resultasse na inclusão massiva. Faltou, e ainda falta, um projeto de país.

Mesmo a esquerda - da qual o PSB é parte -, não implementou as reformas estruturais necessárias à transformação da sociedade, como as reformas política, tributária, agrária, urbana e trabalhista e não modernizou a prática política. Pelo contrário, parte dela aderiu às formas tradicionais de realizar alianças, por meio do **corporativismo**¹, do patrimonialismo, da fisiologia e da corrupção.

O fato é que, neste início do século XXI, o Brasil parece encontrar-se em uma encruzilhada histórica. A herança escravista; a exploração destrutiva da natureza; e o alijamento sistemático da cidadania, ameaçam juntar-se às novas formas de exploração dos trabalhos físico e intelectual dos diferentes segmentos da sociedade brasileira, na era digital.

1 Contribuição Felipe Soderini Erlich.

Os socialistas compreendem que, tanto no Brasil como no mundo, a luta de classes elevou-se a um novo patamar, em que os atores do capital e do trabalho operam em um novo cenário, onde o grande capital financeiro e a economia imaterial constituem-se nos fatores mais dinâmicos do capitalismo².

O desfazimento das conquistas sociais da Era Vargas e das conquistas sociais consagradas pela Constituição de 1988 é o principal marco da “modernização reacionária” brasileira. Por isso, o PSB põe-se em sua defesa, pois, em vários pontos, traz verdadeiros avanços civilizatórios.

A crise política que resulta desse processo é de tal magnitude que não suporta mais pequenos passos, soluções ambíguas, ou medidas graduais submetidas às tradições políticas usuais e atrasadas. Não se pode mais buscar o modelo que, ao conciliar interesses, se esquece de fazer os enfrentamentos necessários à edificação de uma grande nação. É urgente propor um projeto político que inverta as prioridades, de tal modo que os mais pobres se vejam à frente das preocupações políticas e do fazer do Estado.

O PSB tem como objetivo central um modelo de desenvolvimento capaz de gerar prosperidade suficiente que permita a redução drástica e permanente das desigualdades econômicas, sociais, regionais, de gênero, **étnico-raciais e das desigualdades a que estão submetidas as pessoas com deficiência³.**

É preciso reinventar o fazer político; mobilizar a sociedade para a luta pela redução das desigualdades; e proporcionar, principalmente à juventude brasileira, uma perspectiva política pela qual valha a pena viver e lutar; harmonizar o sonho de cada pessoa com a utopia da felicidade coletiva.

O PSB defende que a revolução brasileira, no século XXI, não seja insurrecional ou violenta, mas signifique uma transformação estrutural de longo prazo e por meio do aprofundamento da democracia política, econômica e social. A refundação do Brasil, tendo a criatividade como uma de suas principais características, impulsiona o PSB a apresentar um conceito brasileiro de socialismo, o Socialismo Criativo, que corresponda às profundas mudanças

2 Contribuição Comissão de Sistematização.

3 Contribuição Segmento PSB Inclusão.

disruptivas ocorridas nas forças produtivas. O Socialismo Criativo deverá constituir-se na dimensão humana da revolução tecnológica, com uma visão crítica da Economia Criativa.

O PSB conclama a juventude; os trabalhadores de todas as categorias; os empresários; os intelectuais; as mulheres; os negros; a população LGBTQIA+; os líderes comunitários e religiosos de todas as correntes; a se unirem em torno de um programa democrático, revolucionário e igualitário, que reúna, unifique e mobilize nossas potencialidades e vocações libertárias para a construção de um Brasil livre, soberano, moderno, criativo e solidário.

Um Brasil socialista e profundamente democrático!

Introdução

Brasil,
Potência
Criativa e
Sustentável

A afirmação do Brasil nos cenários econômico, social, ambiental e cultural internacionais passa por clara definição do que queremos ser como Nação, do que produzimos para os mercados interno e externo e do nível de igualdade social que conseguiremos alcançar em nossa democracia. A redução das desigualdades precisa se constituir em um objetivo central e permanente para que as potencialidades brasileiras possam ser viabilizadas.

Uma inserção soberana na economia globalizada, com a valorização do desenvolvimento interno e a superação das desigualdades, é o objetivo estratégico a ser concretizado em um Projeto Nacional de Desenvolvimento, que maximize nossas muitas potencialidades de forma criativa e sustentável.

O sonho socialista brasileiro assenta-se sobre as bases da nossa realidade, tanto no plano de recursos naturais como no potencial criativo do nosso povo; de nossas empresas; das nossas universidades; e dos centros de pesquisa. Transformaremos nosso sonho em realidade, agregando a inovação; cultura; pesquisa científica; e o avanço tecnológico; que caracterizam a era do conhecimento florescente no século XXI, às nossas imensas reservas naturais de água; solo fértil; sol; minerais; Amazônia; e biodiversidades terrestres e marinhas. E construiremos um Brasil como potência mundial alimentar, energética, mineral, tecnológica e cultural.

Alguns ativos econômicos tecnológicos e culturais já existentes podem e devem ser valorizados e estimulados, a exemplo das cadeias produtivas em torno da saúde; da siderurgia; da agroindústria; da agricultura familiar; da indústria do petróleo; e das tecnologias de informação e comunicação.

O Brasil não pode dispensar, também, uma profunda reformulação do seu sistema de transportes de produtos; mercadorias; e pessoas, voltando a privilegiar os modais representados pela ferrovia e a navegação de cabotagem. Isso em função da sua enorme extensão territorial; sua imensa costa marítima; e seus inúmeros rios navegáveis.

A cultura, em suas três dimensões – simbólica, cidadã e econômica – é fundamental para a definição de um verdadeiro Projeto Nacional de Desenvolvimento. É o que permite pensar o desenvolvimento, dando nitidez ao sonho.

A diversidade parece ser o princípio organizador da identidade cultural brasileira, seu traço mais distintivo e sua característica mais proeminente. Está fortemente associada tanto às suas múltiplas vertentes e origens, como aos variados espaços regionais em que se desenvolveram suas linguagens.

As contribuições culturais africanas; europeias; indígenas e orientais, inseridas nos grandes movimentos culturais do Brasil, desde os sermões de Antônio Vieira, no século XVII, aos poemas rebeldes de Gregório de Matos, no século seguinte; ao romantismo de José Alencar e ao realismo de Machado de Assis e seus sucessores, ambos no século XIX; à Semana de Arte Moderna de 1922, chegando até o Cinema Novo e o Tropicalismo, no século XX; absorveram a diversidade de cada região do país.

A literatura; a música, notadamente o Samba e a Bossa Nova; as artes plásticas; o cinema; e a dança; foram marcados com características diversas, tanto em suas estruturas criativas como regionais. As festas brasileiras são uma e várias, ao mesmo tempo. O Carnaval da Bahia e do Recife são bem diferentes do Carnaval do Rio de Janeiro, ou de São Paulo. As festas juninas são também uma na medida em que ocorrem nos dias de São João, mas são diferentes no Nordeste e no Sul. A *Oktoberfest*, em Santa Catarina, é de origem alemã, mas é permeada pelo samba, axé e outros ritmos nacionais.

Mesmo os grandes aparatos tecnológicos de comunicação de massa; as abrangentes redes de televisão, que tentaram no seu início certa homogeneização, parecem estar se rendendo às diversidades racial, cultural e regional.

Dessa diversidade cultural, resultou a formação de um povo que, apesar de todo o sofrimento decorrente das profundas desigualdades sociais, raciais e de gênero consegue ser alegre, resiliente e extremamente criativo.

| Planejamento Estratégico

O Brasil conta com diferenciais competitivos que podem colocá-lo em posição de destaque, no cenário mundial e nas cadeias globais de valor.

Poucos países do mundo possuem potencialidades hídricas tão importantes; reservas minerais, solo e tecnologia para a produção de alimentos; matriz energética diversificada; biomas diferenciados; riqueza

cultural caracterizada pela unidade nacional manifestada em uma única língua; e imensa diversidade, criatividade popular e possibilidade de inovação tecnológica tão expressivas.

Não é possível esperar que esses fatores se desenvolvam natural e espontaneamente. Todos precisam ser articulados entre si por um planejamento estratégico, definido de forma soberana e integrado ao Projeto Nacional de Desenvolvimento. A inovação e a economia criativa são elementos indispensáveis desse planejamento, pois estão presentes tanto no renascimento criativo da indústria, que precisa de inovação tecnológica, como nos serviços, na comunicação e no *marketing*.

Um planejamento estratégico moderno e inovador inserirá nossas potencialidades na economia da era do conhecimento. Nele, compreende-se que Estado e mercado não são entes opostos, mas complementares, como já assim se configuram em países predominantemente socialistas e em países capitalistas. O Estado precisa, ainda, exercer razoável controle de capitais para administrar uma taxa de câmbio competitiva. O fortíssimo setor bancário brasileiro pode e deve ser induzido pelo Estado nacional, através do Banco Central e de outros organismos, a financiar o desenvolvimento tecnológico sustentável e cultural do Brasil.

Igualmente, é necessário estabelecer políticas macroeconômicas, que permitam redesenhar o perfil da dívida pública como forma de ampliar a capacidade de investimentos, tanto pelo Estado brasileiro como pela iniciativa privada.

| Matriz Energética Diversificada

O Brasil já é importante referência mundial na produção diversificada e no uso de energias limpas e renováveis; 46,1%, contra a média mundial de 14,2%, na matriz energética global.

Partindo dessa vantagem competitiva, poderá se constituir numa liderança mundial para resolver o problema da demanda crescente de recursos e do seu esgotamento. Esse cenário requer uma solução melhor do que o uso do petróleo e seus derivados como fontes de energia. É preciso que o Brasil,

em sua enorme potencialidade e diversidade, desenvolva cada vez mais e de forma mais acelerada, as tecnologias que permitam o uso das fontes limpas e renováveis de energia.

Características como a imensa incidência de sol, durante todos os períodos do ano; a volumosa quantidade de cursos d'água, de cobertura vegetal, e áreas de plantio; uma costa imensa e ventos abundantes; permitem projetar a possibilidade de aumento do uso do sol, dos rios, da matéria viva dos ecossistemas, das marés e dos ventos, na produção de energia. As fontes de energia solar, hídrica, de biomassa, das marés e a eólica têm as duas principais características desejáveis do desenvolvimento sustentável, no atual estágio de restrições econômicas, sociais e ambientais. São fontes limpas e renováveis de energia.

A parcela renovável, no suprimento total de energia, está se expandindo e pode contribuir para o crescimento da renda, do emprego e acesso dos pobres à energia limpa, o que pode ser um vetor para atingir de forma mais rápida as metas do desenvolvimento sustentável. O Brasil tem 82,9% de sua matriz elétrica originada de fontes renováveis. A participação é liderada pela hidrelétrica (64,9%), seguida da eólica (8,6%); biomassa (8,4%); e solar centralizada (1,02%).

Apesar da liderança mundial no uso de energias limpas e renováveis – 46,1%, contra a média mundial de 14,2%, na matriz energética global –, o uso de combustíveis fósseis ainda é muito marcante, notadamente para o transporte. É necessária a substituição crescente do diesel, da gasolina e do gás natural, por novas fontes como a energia elétrica, o biocombustível, o etanol, o hidrogênio e a energia eólica (carros movidos a ar comprimido). No cenário atual, há que se garantir os avanços já conquistados com o uso crescente da mistura de biocombustível ao diesel.

O PSB propugna a necessidade de recuperação da capacidade do Estado na formulação menos tímida da política energética de longo prazo, visando a um desenvolvimento assentado nos preceitos da sustentabilidade, por meio do aumento das fontes de energias renováveis, em sua matriz energética, ao mesmo tempo em que se opõe fortemente à ideia da privatização crescente do setor energético, por considerá-lo um bem público e de caráter estratégico.

| Água (Reserva Hídrica de Água Doce e Aquíferos)

O Brasil é dono de cerca de 12% das reservas de água doce superficial do mundo e de alguns dos maiores reservatórios subterrâneos de água. Aproximadamente 97% da Terra está coberta de oceanos e de água imprópria para o consumo humano. Restam, portanto, menos de 3% de água doce; 2,5% congelada, na Antártica, no Ártico e em geleiras, indisponível para uso imediato. Dos 0,5% restantes, a maior parte está em aquíferos subterrâneos.

O PSB entende que a água é um recurso estratégico nacional, que não pode estar disponível livremente, apenas para os grupos econômicos que atuam tanto no agronegócio, como no setor elétrico, na mineração e no saneamento. A água, portanto, somente pode ser explorada como uma concessão regulada e regulamentada por normas claras, que permitam ao Estado garantir prioritariamente o acesso em quantidade e qualidade para o uso humano.

Pela sua importância social e estratégica, não se pode permitir que a água se torne propriedade privada. É necessário fortalecer a luta contra toda e qualquer forma de privatização da água, seja do setor de saneamento ou dos rios e aquíferos brasileiros. A água é um bem público, é um patrimônio brasileiro e deve ser um direito de toda a humanidade, e não um recurso a ser mercantilizado para atender aos interesses do capital.

| Biodiversidade (Terrestres e Aquáticas)

A biodiversidade, característica dos principais biomas brasileiros, é um elemento de importância estratégica, entre outros fatores, pelo seu enorme potencial como fornecedora de matéria-prima para diversos setores da economia e pela possibilidade de desenvolvimento inovador, com o emprego de novas tecnologias, abertas pelos mercados de produtos obtidos de forma ambientalmente responsável. A incorporação, no Brasil, de modelos sustentáveis de uso dos recursos é vista, portanto, como um diferencial capaz de gerar vantagens competitivas.

Cada um dos biomas terrestres (Amazônia; Cerrado; Caatinga; Pantanal; Mata Atlântica; e Pampa) e o bioma marinho (Amazônia Azul)

tem suas peculiaridades. Em cada um deles existem articulações políticas, assentadas em diálogos sociais e políticos, que precisam ser apoiadas para que se fortaleça o seu papel protagonista na direção da sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável implica necessariamente uma economia inclusiva, com proteção social e que garanta a conservação ambiental.

A manutenção de serviços ecossistêmicos de relevância global de cada bioma, como a regulação do clima; a conservação da biodiversidade; a provisão da água; e a oferta de alimentos; revela a posição estratégica de cada um deles para a economia brasileira. A despeito de a expansão do agronegócio ter contribuído para a emergência do Brasil na produção de *commodities* agrícolas, a conversão das áreas dos biomas em áreas de plantio, ou de pecuária, tem levado, em certas situações, à degradação dos diferentes tipos de vegetação e do solo e à invasão biológica de pragas, ameaçando o bom funcionamento das funções ecossistêmicas dos biomas.

O PSB entende que urge defender os serviços ecossistêmicos prestados pelos biomas, empreendendo ações políticas que visem ao fortalecimento do sistema de áreas protegidas, de proteção integral e de uso sustentável, além de medidas que objetivem recuperar as políticas para garantir a homologação de terras indígenas; a reforma agrária; e a regularização fundiária de povos e comunidades tradicionais. A base para essa construção é a emergência do estabelecimento de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, que absorva e incorpore o conceito de desenvolvimento sustentável e da Economia Criativa. Esse projeto precisa incorporar estratégias que compreendam a importância que as novas tecnologias desenvolvidas em tempos de Economia 4.0 exercem sobre esse enorme ativo econômico brasileiro, que são os seus biomas.

| Área Agricultável

O Brasil pode contribuir fortemente para alimentar o mundo, devido à sua extensão territorial; às suas áreas agricultáveis; às riquezas dos seus biomas; e às tecnologias desenvolvidas e aplicadas nos setores de ponta do agronegócio. O agronegócio, aliás, representa importante fator de fortalecimento da economia brasileira e de nossas exportações.

A Organização das Nações Unidas para Alimentação (FAO) aponta que a agricultura mundial terá de ampliar em 80% a produção de alimentos, até 2050, para atender às necessidades de uma população projetada de 9,7 bilhões de pessoas. Nesse cálculo, o Brasil deverá responder por metade desse montante.

O País pode tornar esse desafio uma oportunidade, porque tem produtores dinâmicos e empreendedores; clima favorável; abundância de terras; e é uma nação com potencial para fazer crescer a produção agrícola.

Nesse contexto, é necessário, com urgência, aumentar a produtividade e a densidade tecnológica do conjunto da atividade agropastoril, de modo a preservar as áreas de floresta; a biodiversidade; o modo de vida das populações tradicionais e dos povos indígenas. Somando-se ao setor primário, a indústria extrativa – especialmente a mineral –, é absolutamente mandatário conceber políticas públicas que ampliem o valor agregado de nossa produção, internalizando, em escala significativamente superior à atual, os benefícios da exploração de terras; jazidas minerais; entre outros ativos ambientais.

A agricultura familiar, no Brasil, é a principal produtora dos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros. Diferente das monoculturas desenvolvidas pelo agronegócio, esse tipo de manejo do solo produz alimentos variados; é realizado quase sempre com respeito ao solo e ecossistema; e é feito por brasileiras e brasileiros que têm a terra como a principal fonte de sustento.

A agricultura familiar diferencia-se dos demais tipos de agricultura, pois a gestão da propriedade é compartilhada pela família e os alimentos produzidos constituem a principal fonte de renda para essas pessoas. No Brasil, a atividade envolve aproximadamente 10,1 milhões de pessoas e é responsável por gerar renda para 70% dos brasileiros no campo.

O PSB defende o fortalecimento do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) para promover a ampliação e modernização da estrutura produtiva nos estabelecimentos rurais. Esses pequenos produtores têm acesso a apenas 14% de todo o financiamento disponível para a agricultura e se concentram em somente 23% das terras agriculturáveis no País. Apesar de estarem ativos, esses programas sofrem de baixo financiamento, com a paralisação de empréstimos por falta de verba.

| Amazônia 4.0

Para organizar um necessário projeto de desenvolvimento sustentável para a Amazônia brasileira é fundamental estabelecer uma estratégia para o efetivo exercício da soberania nacional sobre a região, pois o montante e os valores dos ativos existentes, nesse território, possuem grande valor. A biodiversidade amazônica proporciona diversas vantagens competitivas mundiais e pode ser um fator estratégico na economia, principalmente pela possibilidade de inovação tecnológica na região, o que permitiria inserir o Brasil nas cadeias globais de valor.

O PSB defende que uma estratégia de desenvolvimento sustentável da Amazônia deve ser parte integrante de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, liderado por um governo que tenha como objetivo inserir soberanamente o Brasil nas cadeias globais de valor, com uma produção biotecnológica genuinamente brasileira.

O projeto em questão deve, obrigatoriamente, articular políticas públicas e agências de pesquisas e fomento, assegurando que a iniciativa se converta em política de Estado, a exemplo do que foram os projetos exitosos da Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobras), da Empresa Brasileira de Aeronáutica S. A. (Embraer) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), concebidos, criados e gestados pelo Estado brasileiro, por sucessivos governos. Esse projeto de desenvolvimento proposto é designado de Projeto Amazônia 4.0, ou simplesmente Amazônia 4.0. Constitui-se em uma espécie de choque de industrialização brasileira, regionalmente localizado. Significa trazer indústrias modernas, com ferramentas do século XXI e da Economia Criativa, denominada de Quarta Revolução Industrial, para criar uma nova industrialização desse imenso potencial econômico da biodiversidade brasileira, localizada no Norte do País.

Essa iniciativa é possível e viável como estratégia de desenvolvimento baseada na exploração racional dos recursos; na conservação, inovação e Economia Criativa. Ao invés de queimar, derrubar e transformar a floresta, primeiro em madeira clandestina e depois em pastos, é preciso preservá-la, e explorar sustentavelmente esse imenso ativo biológico e de enorme valor na era do conhecimento.

O Projeto Amazônia 4.0 pode trazer indústrias para todas as escalas, inclusive para pequenas comunidades e para as cidades. Isso possibilita transformar o potencial da região em produtos, em conhecimento biotecnológico, atingindo mercados globais, portanto, tornar-se uma marca brasileira. O estímulo à agroindústria florestal, ou biofábricas, pode tornar-se um diferencial competitivo do Brasil. Tal iniciativa deverá articular também os investimentos públicos, em parceria com a iniciativa privada de âmbitos nacional e internacional, que poderão encarregar-se da gestão dos inúmeros empreendimentos que emergirão das diversas linhas de pesquisa. A coordenação dos esforços de comunicação e *marketing* dos produtos originários dessa região, com vista à exportação, compõe outra atividade prevista.

| Amazônia Azul

A Amazônia Azul, ou território marítimo brasileiro, é a Zona Econômica Exclusiva do Brasil, uma área que corresponde a 4,5 milhões de quilômetros quadrados, ou o equivalente à superfície da Floresta Amazônica (mais da metade da área do Brasil continental).

Essa região possui muitas riquezas e potencial de uso econômico de diversos tipos, como: pesca; minerais; enorme biodiversidade de espécies marítimas nativas; petróleo, como o encontrado na Bacia de Campos e no pré-sal; e aproveitamento de energia maremotriz e energia eólica em alto-mar, ou *offshore*.

Essa região, sobre a qual o Brasil exerce soberania, ainda tem enorme potencial de recursos em sua biodiversidade, como os recursos minerais energéticos, não extrativos, alguns já em exploração, fármacos e alimentos.

Apesar de ser chamada de “Amazônia Azul”, a zona econômica exclusiva engloba toda a margem da costa marítima brasileira, compreendendo tanto as áreas marinhas situadas ao largo da porção continental do Brasil, quanto aquelas localizadas ao redor das ilhas oceânicas e rochedos, como as do Arquipélago de Fernando de Noronha e das ilhas Trindade e Martim Vaz. Entretanto, sua importância é pouco reconhecida pelos brasileiros, tendo em vista a exploração nem sempre sustentável de seus recursos.

O PSB propõe uma articulação dos estados que compõem a região, com a sociedade civil, para estruturar uma agência de desenvolvimento sustentável da Costa Atlântica e Amazônia Azul, capaz de formular programas de conservação ambiental, valorização cultural e de desenvolvimento econômico, social e turístico, para esse importante bioma brasileiro.

| A Mineração e o Desenvolvimento Sustentável

O Brasil é muito rico em minérios. Em termos de reservas globais, o País detém, por exemplo, 98,8% das reservas de nióbio e 16,8% de ferro. O setor mineral, base para diversas cadeias produtivas, participa com 4,2% do Produto Interno Bruto (PIB) e 20% do total das exportações brasileiras. De tudo o que se produz, 85% é exportado. Apesar de sua importância, os minérios são exportados com baixíssimo valor agregado.

Os minérios metálicos responderam, em 2019, por cerca de 80% do valor total da produção mineral brasileira. Alumínio; cobre; cromo; estanho; ferro; manganês; nióbio; níquel; ouro; vanádio; e zinco, corresponderem a 99,7% do valor total da produção e somaram R\$ 129 bilhões.

A mineração brasileira, dada a sua importância nas áreas econômica e social, sempre foi tratada como uma “atividade de interesse público” e, por isso, condicionada a impositivos legais que incluem todo o ordenamento jurídico sobre a matéria. Apesar de o Brasil possuir tantos recursos e riquezas minerais, o processo de transformação e produção fica nas mãos de grandes empresas multinacionais. Consequentemente, a maior parte dos lucros não permanece no País e não beneficia a população brasileira.

Não raras vezes, a atividade tem se consolidado ancorada num modelo de exploração irracional e nada sustentável, deixando, por onde passa, uma pegada ambiental lastreada na destruição e no desequilíbrio do meio ambiente e na completa desarticulação da socioeconomia local. No entanto, a sobrevivência empresarial desses e de outros ramos econômicos depende de adequação com os procedimentos que legitimem a intervenção no meio físico.

O PSB defende a necessidade de exploração do potencial mineral conhecido, assim como investimentos em pesquisas, para identificar,

quantificar e qualificar os minérios e as minas existentes e desconhecidas. Esse enorme potencial precisa ser articulado no âmbito de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, para assegurar a emancipação do Brasil em termos de exploração sustentável.

A exploração do potencial mineral não pode abdicar, em hipótese alguma, de que todos os esforços sejam ancorados na premissa da sustentabilidade. Os ganhos gerados pelos investidores, numa atividade mineral, não podem ser exclusivos dos acionistas. A premissa do socialismo criativo determina que o crescimento da geração contemporânea não sacrifique o bem-estar das gerações futuras. Para que isso ocorra, é necessário que todos os projetos de mineração sejam submetidos a rigorosos processos públicos e transparentes de licenciamento.

Nessa perspectiva, um primeiro desafio a ser tratado, na formulação de uma verdadeira política mineral, que defenda os interesses nacionais, é promover o estímulo na alteração da estrutura produtiva do setor mineral, visando ao adensamento das cadeias produtivas, com o processamento industrial dos minérios. Almeja-se, com isso, ampliar os níveis de emprego, renda, desenvolvimentos local e regional; abastecer em nível de excelência o suprimento do mercado nacional; e assegurar ampla inserção, mais competitiva e soberana, no mercado global.

O PSB propõe o emprego de legislação que organize a produção mineral, de forma que as áreas indígenas e quilombolas sejam totalmente respeitadas. Quanto à mineração e aos impactos da atividade nos patrimônios histórico, cultural, paisagístico e turístico, é necessário equacionar o conflito de uso do espaço entre as atividades econômicas e os interesses difusos da sociedade, e cabe ao Estado arbitrar em razão de valores tangíveis e intangíveis.

Para perenizar o desenvolvimento, após a mineração, há que se considerar que os recursos minerais passíveis de uso pela sociedade são bens finitos, no tempo e no espaço. Mesmo aquelas gigantescas jazidas formadas pela generosidade dos processos geológicos, devem ser aproveitadas com parcimônia, evitando-se a lavra ambiciosa ou predatória.

Do ponto de vista econômico, o desafio da atividade mineradora no Brasil é a agregação de valor, possível com uma industrialização moderna e criativa, que possibilite sua inserção nas cadeias globais de valor, mantendo a soberania do País.

| A Força Indutora do Turismo

Um em cada nove empregos no mundo é gerado pelo turismo. Em 2018, nada menos que 1,3 bilhão de viagens foram realizadas por turistas de lazer, negócios e corporativos. E o Brasil recebeu apenas 6 milhões de turistas estrangeiros, menos do que a Torre Eiffel, uma das atrações turísticas de Paris. Essa foi, talvez, a atividade mais atingida pela pandemia da Covid-19, perdendo cerca de 900 milhões de passageiros. Mas deverá ser um dos setores com maior capacidade de retomada, depois da vacinação no mundo.

Apesar de sua subexploração no Brasil, o turismo internacional está em quinto lugar na pauta de exportações brasileiras. Ou seja, é uma atividade que traz divisas para o País, sem que seja necessário mandar qualquer produto, serviço ou mercadoria para o exterior. O turismo representa cerca de 4% do PIB brasileiro. Empregava, antes da pandemia, somente em suas atividades típicas diretas, algo em torno de 3 milhões de trabalhadores. Some-se, ainda, a riqueza gerada indiretamente na construção de hotéis, centros de convenções e outros equipamentos; na produção e comercialização de televisores e outros eletroeletrônicos, computadores e enxovais que, embora destinados à atividade turística, não são contabilizados como tal.

A cadeia produtiva do turismo conta com mais de cinquenta elos, dentre os quais se destacam a cultura, em suas várias linguagens artísticas; os museus e o artesanato; os patrimônios históricos e naturais; os transportes aéreos, marítimos, fluviais e rodoviários; a hotelaria, a gastronomia, os bares e restaurantes; o entretenimento (*shows*, festas, folguedos); agências de viagem; agências de publicidade; criação de softwares; vendas *on-line*; guiamo turístico; entre outros.

Como se pode verificar, são muitos os pontos nos quais o turismo e a economia criativa se encontram. Por isso, o Plano Estratégico da Economia Criativa do Estado de São Paulo incorporou o turismo como um dos seus componentes. O turismo e a economia criativa constituem-se numa soma estratégica, na medida em que representam fatores de atratividade de investimentos; competitividade; e elevação dos padrões de qualidade de vida nas cidades e regiões.

Somados os mercados nacional e internacional, o Brasil possui um dos maiores potenciais turísticos do mundo. Sua atratividade é composta não apenas pelo seu patrimônio natural (Floresta Amazônica; Mata Atlântica; imenso litoral da Amazônia Azul; rios; cachoeiras; montanhas) e seu patrimônio arquitetônico moderno e histórico, mas também pela sua imensa diversidade cultural, e pela alegria do seu povo.

Com seu clima e a grandeza do seu mercado interno, pode facilmente superar - como já fizeram outras cidades e regiões do mundo - uma das principais limitações da atividade, que é a sazonalidade. Seus equipamentos turísticos podem ser ocupados todos os meses do ano por turistas internacionais e nacionais. O turismo, pela multiplicidade de elementos econômicos e culturais, constitui-se em um poderoso indutor do desenvolvimento.

Potencializar essa capacidade indutora depende de um planejamento central, que contemple políticas para as cidades criativas, e investimentos públicos e privados na promoção turística internacional; na qualificação técnica e na profissional, na segurança pública; em tecnologias de informação e comunicação; e na logística. Depende, também, de uma nova visão orçamentaria da União e dos estados, que leve em conta a realidade de que o turismo e a cultura, a despeito de representarem juntos mais de 6% do PIB brasileiro, contam apenas com pouco mais de 1% do Orçamento da União.

| Criatividade, Inteligência Nacional e Inovação Tecnológica

Conhecimento e inovação são frutos da mesma árvore, filhos de uma mesma família, a ciência. Essa é a mãe da educação; produtora do pensamento crítico e da inteligência; desenvolvedora de sensibilidades; estimuladora da pesquisa, da curiosidade e da investigação; cujos frutos e acúmulos somados possibilitam evoluções civilizatórias na direção do desenvolvimento em âmbitos social, cultural e econômico.

Inovação é um processo criativo, revolucionário e transformador, que possibilita rupturas parciais ou completas, impactando o modo de vida e o desenvolvimento das pessoas, sociedades e nações. A diversidade dos significados de inovação manifesta-se pela abrangência de sua aplicação como vetor de desenvolvimento humano, da formação de capital e da melhoria da qualidade de vida.

O Brasil, em poucas décadas, deu mostras de inovações revolucionárias, por meio da criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), dois sistemas públicos, gratuitos e universais de atendimento, garantia e valorização dos direitos humanos. Também são brasileiros a arquitetura e o paisagismo de Brasília; a Bossa Nova; a exploração de petróleo em águas profundas - desenvolvida pela Petrobras -; a Embrapa e a Embraer.

É um processo que inclui diversificado conjunto de técnicas; observações de padrões de consumo; concepções filosóficas e de vida; desenvolvimento e gestão; que resultam num novo – ou melhorado – produto, ou na primeira utilização de novos – ou melhorados – processos.

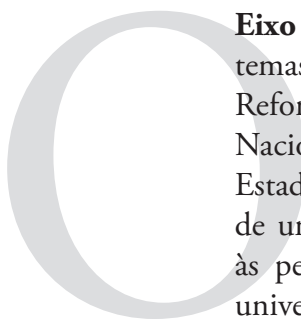
A inovação possui também um caráter valorativo inerente à economia criativa. Esta, aproveita os acúmulos e experiências anteriores existentes e ainda presentes no cotidiano das pessoas, embarcando medidas que propiciam mudanças para melhor, assegurando aspectos novos, corrigindo, adaptando às novas condições, algo que – apesar de funcionar – está defasado ou inadequado.

Os programas de inovação devem estar articulados a um Plano Nacional de Desenvolvimento, de modo que possam contribuir, por exemplo, para o aproveitamento do enorme potencial existente na Amazônia brasileira e para o renascimento criativo da indústria. Deve-se, ainda, organizar esforços de uma inteligência que assegurem a emancipação nacional em temas estratégicos, como o aeroespacial e a defesa; a gestão das águas; a produção de alimentos; biomas e bioeconomia; ciências e tecnologias sociais; mudanças climáticas; economia 4.0 e sociedade digital; energias renováveis; minerais estratégicos; nuclear; complexo de saúde; e, ainda, a exploração do enorme potencial existente na Amazônia Azul.

O PSB defende a priorização de investimento em educação, sob a lógica do estímulo à pesquisa, desde a educação básica. Defende, igualmente, o fortalecimento de programas de apoio à pesquisa e ao desenvolvimento de inovações e tecnologias que possam – assim como os êxitos descritos anteriormente – propiciar a superação das desigualdades sociais e econômicas que assolam a nação brasileira.

Eixo Temático I

Reforma do Estado



Eixo Temático I - Reforma do Estado - é integrado pelos temas da Reforma Política; Reforma do Aparelho de Estado; Reformas Fiscal/Tributária; Política Externa e Defesa Nacional. Os tópicos são estruturantes para a reforma do Estado brasileiro e para que este atue como construtor de um processo civilizatório e emancipatório direcionado às pessoas que mais necessitam, assegurando-lhes acesso universal e permanente aos bens e serviços públicos.

A proposta de Reforma do Estado deve envolver, prioritariamente, o combate a todas as formas de desigualdades e privilégios, e estar igualmente capacitada para a construção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento para o Brasil.

| Reforma do Estado

1 | O Estado brasileiro, para atender às necessidades da sociedade e equacionar os desafios do século XXI - Era do Conhecimento -, deve ser pautado em novas diretrizes criativas, em especial, no enfrentamento diário das desigualdades e na promoção dos princípios do humanismo; da diversidade; **inclusão**⁴; universalidade; solidariedade; igualdade; **justiça; e liberdade**⁵.

2 | Essas novas diretrizes devem estar refletidas em uma organização do Estado fundamentada no planejamento estratégico, acesso e desempenho, por mérito, em carreiras do serviço público, e pela atividade ética e transparente.

3 | A Reforma defendida pelo PSB pretende ampliar a influência e o poder dos interesses do trabalho no aparelho estatal.

4 Contribuição Segmento PSB Inclusão.

5 Contribuição Felipe Soderini Erlich.

4 | É imperativo eliminar a privatização e a precarização do serviço público, notadamente na saúde e na educação, **de modo a buscar sua verdadeira universalização e seu aprimoramento qualitativo**⁶.

5 | O Brasil precisa de um Estado democrático, forte e eficiente; um Estado que também tenha como missão o cumprimento de um Projeto Nacional de Desenvolvimento.

6 | O Estado brasileiro deverá ser o condutor de um processo civilizatório e emancipatório direcionado aos diferentes segmentos sociais, principalmente os **historicamente**⁷ menos privilegiados. **Nesse sentido, a revolução brasileira, vista como um processo de transformação estrutural de longo prazo, realizada por meios pacíficos e democráticos, tem como uma de suas principais funções a conquista de novos direitos sociais incorporados ao Estado**⁸.

7 | A proposta do PSB, de Reforma do Estado, contempla os três poderes, envolve o combate a todas as formas de desigualdades e capacita o Estado para a construção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, para um Brasil próspero, sustentável e igualitário.

8 | A reforma terá por meta orientar os três poderes a atender às demandas da sociedade, tanto no sentido político amplo, quanto na entrega de serviços públicos de qualidade, com foco prioritário nos segmentos sociais menos privilegiados e mais vulneráveis.

9 | É imprescindível a repactuação de um Novo Federalismo, com a ampliação da autonomia de estados e municípios e o reordenamento de receitas e despesas correspondentes aos serviços assumidos por todos.

10 | No plano internacional, deve-se manter a tradição diplomática do País de respeito à autodeterminação dos povos; ao multilateralismo; à luta intransigente pela paz e amizade entre os povos; à ampliação das relações e trocas culturais, comerciais e técnicas; e à noção de recepção-acolhida de expatriados.

6 Contribuição Felipe Soderini Erlich.

7 Contribuição Segmento PSB Inclusão.

8 Contribuição Governador Flávio Dino.

| Novo Federalismo

11 | O Novo Federalismo brasileiro, para além das obrigações, precisará descentralizar as receitas, a partir de uma construção colaborativa entre os entes federados, levando em conta as desigualdades regionais e a definição de padrões mínimos nacionais, para as diversas áreas temáticas de políticas públicas.

12 | É necessário promover a transição **para um novo federalismo, cuja proposta é preservar as especificidades regionais, porém superando as desigualdades entre os entes federados, adotando sempre princípios éticos, morais, democráticos e com justiça social**⁹ e ampliar a autonomia dos entes subnacionais.

13 | Constitui estratégia fundamental vencer o estigma centralista pelo lado tributário, de modo a alterar o quadro de concentração arrecadatória nos cofres da União (65% da carga tributária) contra 20% destinados aos estados e 15% aos municípios.

14 | Em um Novo Federalismo brasileiro, os estados e municípios serão empoderados, por meio do fortalecimento do princípio da subsidiariedade, que pressupõe uma interlocução de baixo para cima.

15 | Serão igualmente valorizadas e fortalecidas as transferências “fundo a fundo” (repasses constitucionalizados dos recursos da União para os estados e municípios).

9 Contribuição Congresso PSB-ES.

| Planejamento, Função do Estado Moderno

16 | O planejamento estratégico é parte sequencial de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, que define os objetivos nacionais de longo prazo e tem como cerne o combate às desigualdades. Essas políticas deverão ser orientadas pelos princípios da inclusão; universalização do acesso; do respeito e acolhimento à diversidade; da superação das desigualdades; e da emancipação da sociedade.

17 | O Planejamento Estratégico estimulará e conceberá políticas públicas de infraestrutura e políticas sociais, que se estruturarão em insumos e matérias-primas, cuja produção respeite os princípios da economia verde e fontes de energias limpas, baratas e renováveis, como nova estratégia de desenvolvimento inclusivo e sustentável.

18 | **O PSB defende o¹⁰ planejamento como base da construção de políticas públicas, garantindo¹¹ investimentos relevantes¹² em ciência, tecnologia e inovação, fatores essenciais da economia criativa.**

| Reformas Fiscal e Tributária

19 | As Reformas Fiscal e Tributária, defendidas pelos socialistas, combaterão fortemente a regressividade da carga tributária brasileira. Tal situação decorre do fato de que, proporcionalmente à renda, os mais pobres pagam muito mais impostos do que os mais ricos.

10 Contribuição Congresso PSB-RS.

11 Contribuição Congresso PSB-ES.

12 Contribuição Congresso PSB-RS.

20 | Elevar os índices de tributação para produtos exportados *in natura* e, progressivamente, diminuir a incidência de impostos nos produtos gerados a cada etapa de processamento e agregação de valor.

21 | A diretriz das Reformas Fiscal e Tributária envolve a redução da incidência de impostos sobre consumo e aumento dos impostos sobre a renda dos mais ricos, invertendo o quadro atual, e cumprindo o papel de, com as políticas públicas, contribuir para a transferência da renda dos mais ricos para os mais pobres.

22 | Constituem, ainda, diretrizes, a diminuição ou eliminação das desonerações fiscais sobre as rendas altas - especificamente a não taxação de lucros e dividendos.

23 | O PSB atribui um sentido social ao ato arrecadatório. Significa assegurar uma boa prática fiscal, orientada por sistemas que simplifiquem os processos arrecadatórios - produzam um avanço direcionado à construção de um Estado de Bem-estar Social.

24 | A incidência dos impostos será maior sobre a renda direta, os rendimentos e os ganhos de capital. A síntese da reforma socialista é: Quem ganha pouco, paga pouco; e quem ganha mais, paga mais.

| Reformas Fiscal e Tributária e o Novo Federalismo

25 | A proposta socialista para as relações entre as reformas fiscal e tributária e o desenho federativo do Brasil é reduzir a macrocefalia da União, que concentra a maior fatia dos recursos, deixando estados e municípios em dificuldades. **O PSB defende uma reforma que torne compatíveis atribuições e recursos dos entes federados, equilibrando a arrecadação com funções de cada ente¹³, além de promover justiça**

13 Contribuição Congresso PSB-DF.

social e garantir a transição para um desenvolvimento sustentável¹⁴.

26 | O Novo Federalismo será orientado por medidas de manutenção das fontes próprias de receitas dos municípios e estados; a adoção de mecanismos de compensação dos aspectos relativos ao dinamismo econômico de cada unidade federada, diminuindo sua dependência dos repasses da União.

27 | É necessário redesenhar o perfil da dívida pública brasileira, para promover forte redução no peso das despesas, com juros, serviços da dívida, renovação-recompra dos títulos da dívida pública, e que essa redução permita à União, aos estados e municípios investirem mais na infraestrutura e nas políticas públicas essenciais ao bem-estar da sociedade brasileira.

28 | Os instrumentos e mecanismos de estímulo às exportações, baseados na redução dos tributos que impactam as finanças de estados e municípios, serão revistos e revogados quando possível, notadamente a Lei Kandir.

29 | O Novo Federalismo manterá e fortalecerá a estratégia de incidência de todos os tributos que compõem o orçamento da Seguridade Social e do SUS, notadamente a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Igualmente, assegurará a manutenção dos percentuais constitucionais de 15%, destinados à Saúde, e 25%, à Educação.

| Gestão do Estado

30 | O PSB defende que a gestão do Estado brasileiro seja precisa, efetiva, simplificada **e acessível¹⁵, baseada em planejamento estratégico e com participação popular¹⁶.**

14 Contribuição Congresso PSB-RJ.

15 Contribuição Segmento PSB Inclusão.

16 Contribuição Congresso PSB-SC.

31 | A profissionalização da burocracia administrativa deve significar que o acesso à condição de servidor público é meritocrático, por concursos e capacitação permanente.

32 | A gestão de pessoas é um elemento essencial, na moderna gestão do Estado. Admitidos mediante concursos e seleções públicas, os trabalhadores do serviço público devem ser protegidos por segurança jurídica.

33 | Os sistemas de gestão das políticas públicas do Estado brasileiro, nos três poderes e nas três esferas, devem convergir para bases de dados, únicas, desenvolvidas em plataformas digitais livres, **em formato acessível e**¹⁷ de fácil uso; consulta e ampliação do acesso e transparência das informações; **e da identificação digital única que assegure a desburocratização nas relações entre o Estado e os cidadãos**¹⁸.

34 | A responsabilidade fiscal é um elemento vital, na gestão do Estado. Sem sustentabilidade financeira, não há como geri-lo eficaz e eficientemente.

| Governo Aberto e Gestão Compartilhada

35 | É preciso reforçar os instrumentos de transparência das contas públicas e dos serviços prestados pelos três poderes, nas três esferas de governo, por meio do mecanismo de Governo Aberto, que alcance todos os processos - humanos, materiais e financeiros.

36 | É necessário ampliar as experiências de Gestão Compartilhada exitosas e providas de usabilidade, tornando-as política institucional capaz de reunir cidadãos no acompanhamento dos gastos e na execução de obras e de serviços públicos.

17 Contribuição Segmento PSB Inclusão.

18 Contribuição Congresso PSB-BA.

| Agência de Controle da Dívida Pública e de Atividades Financeiras

37 | É necessária a criação de uma estrutura que una o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) a outra unidade administrativa e análise e promova a auditoria permanente da dívida pública. Essa estrutura deve ser organizada na forma de Agência Reguladora.

38 | O PSB defende o estabelecimento de arquivos e registros públicos que permitam detectar os verdadeiros donos das empresas do País. Esse é um desafio que deve ser enfrentado prontamente.

| Reformas Política e Eleitoral

39 | É necessário haver um redesenho dos sistemas político, partidário e eleitoral, com o objetivo de fazer com que as instituições partidárias se definam de modo claro, nos aspectos político, ideológico e programático, de forma a estabelecer uma relação entre representantes e representados com base nas convicções e nos perfis ideológicos.

40 | A insuficiência da democracia representativa torna imperativa a intensificação do uso dos mecanismos de participação das pessoas, como o plebiscito; o referendo; e os projetos de lei de iniciativa popular.

41 | A defesa do fortalecimento da democracia mediante adoção de ferramentas de uma democracia digital é possível e extremamente necessária.

Tese Nova: Para assegurar o fortalecimento dos partidos e dos Poderes Legislativos Municipais, Estaduais/Distrital e Federal, os socialistas defendem que as eleições legislativas – vereadores, deputados estaduais/distritais, federais e senadores – ocorram em períodos distintos das eleições que elegem os cargos executivos –

prefeitos, governadores e presidente da república¹⁹.

42 | É fundamental alterar a lógica de composição e funcionamento dos conselhos municipais, previstos na Constituição, ampliando seus poderes deliberativos quanto ao acompanhamento da execução das políticas, em especial a gestão orçamentária.

43 | O presidencialismo brasileiro tem sido incapaz de conduzir os debates com a sociedade brasileira, visando a organizar um pensamento de mobilização e construção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, contemplando uma inserção internacional soberana e o combate das desigualdades.

44 | O Partido Socialista Brasileiro defende a adoção do parlamentarismo como instrumento de fortalecimento da democracia e ampliação do controle das ações dos governos e do Estado.

45 | No parlamentarismo - que só é possível a partir das reformas política e eleitoral, que fortaleçam os partidos, com a redução do seu número - maiorias podem se formar no parlamento, organizadas em torno de projetos partidários, de políticas públicas e de governo.

46 | O PSB considera as Reformas Política e Eleitoral como prementes e urgentes. Independentemente do Sistema de Governo, é fundamental incorporar mudanças no sistema eleitoral brasileiro, por meio da adoção do Voto Distrital Misto, mantida a obrigatoriedade do voto.

47 | Nesse processo distrital misto, uma parte dos eleitos deve emergir dos distritos e, a outra, pela votação geral do estado pelo qual o candidato disputar a eleição em dois turnos.

48 | Adoção de cláusula de desempenho eleitoral mínimo para a Câmara Federal, de 5%, como estratégia de fortalecimento do sistema partidário e redução da multiplicação artificial do número de partidos, **sendo vetada a coligação proporcional²⁰.**

19 Contribuição Congresso PSB-BA.

20 Contribuição Congresso PSB-RS.

49 | Instituir o Referendo Revogatório, ou Voto Destituente (*recall*), que corresponderá à possibilidade de, em caso de desconfiança, os eleitores voltarem às urnas para revogar o mandato do eleito infiel.

50 | É necessário, **no presidencialismo**²¹, adotar o fim das reeleições dos cargos executivos, cujos mandatos deverão ter duração de cinco anos.

51 | Aos partidos e às campanhas deverão ser assegurados a garantia de financiamento público; o tempo para propaganda partidária e eleitoral gratuitos nas TVs, rádios e mídias sociais.

52 | É fundamental manter a proibição de financiamento empresarial e reforçar o estabelecimento de teto para autofinanciamento de candidaturas.

53 | Deverá ser adotada a exigência de tempo mínimo de um ano de filiação partidária para candidaturas em disputas eleitorais.

54 | É necessário promover a inclusão política das mulheres, negros, jovens, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, indígenas e outros grupos sub-representados no Sistema Eleitoral, aperfeiçoando a política de cotas, **assegurando e incorporando, no marco legal, as candidaturas coletivas**²².

| Novo Poder Legislativo

55 | O processo legislativo orçamentário deverá passar por uma requalificação das Comissões de Orçamento, com funcionamento permanente, mas apenas como sistematizadoras do processo orçamentário.

56 | A Reforma do Legislativo deverá adotar os projetos de iniciativa popular, cuja tramitação deve seguir os mesmos critérios para a convocação dos plebiscitos e referendos.

21 Contribuição Felipe Soderini Erlich.

22 Contribuição Congresso PSB-RS.

| Tribunais de Contas

57 | Os integrantes dos Tribunais de Contas da União, de Estados e Municípios deverão estar protegidos por mandatos de oito anos.

58 | Os tribunais deverão ser redesenhados funcional e administrativamente, transformando-se em Auditorias Gerais independentes, com estrutura colegiada, considerados como órgãos de Estado e atuando exclusivamente como órgãos assessores dos respectivos poderes legislativos, o que os distinguirá do controle interno, exercido por outros órgãos da administração pública.

| Judiciário Moderno

59 | Os tribunais públicos são estruturas importantes do Estado de direito democrático. Portanto, é fundamental a modernização e democratização das suas formações, notadamente promovendo maior celeridade no julgamento dos processos, para garantir que a justiça chegue a todas as camadas sociais.

60 | É imperioso adotar o limite de oito anos para o exercício das funções de ministros e desembargadores de Tribunais Superiores e Estaduais, com a adoção de novas formas, critérios técnicos, meritórios e de transparência de assunção a essas vagas.

61 | É necessário eliminar os privilégios institucionais e remuneratórios que caracterizam o judiciário brasileiro, **por meio da adoção de instrumentos que promovam a transparência sobre a produtividade dos profissionais desse Poder²³.**

62 | É necessário capacitar o judiciário brasileiro, objetivando a diminuição e a eliminação de processos que aprofundem as desigualdades sociais, de gênero, raça e orientação sexual.

23 Contribuição Congresso PSB-RS.

| Política Externa

63 | Os socialistas defendem as prescrições do artigo 4º da Constituição de 1988, que estabelece os princípios sobre os quais as relações internacionais do Brasil devem reger-se.

Tese Nova: O PSB defende que o Brasil tenha um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Tal medida garantirá maior influência do País no concerto internacional das nações, além de ampliar a democratizar o Conselho, uma vez que, na atualidade, conta com poucos membros permanentes²⁴.

64 | Esses princípios determinam a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a não intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos, o repúdio ao terrorismo e ao racismo - inclusive com a vedação a relações diplomáticas com países que pratiquem o *apartheid* -, o asilo político e a cooperação para o progresso da humanidade.

Tese Nova: Os socialistas defendem a adoção de políticas de cooperação internacional pelo desenvolvimento e implementação de políticas migratórias de acolhimento, assistência, proteção e integração às pessoas refugiadas, solicitantes de asilo, apátridas, ou pessoas deslocadas internamente, que foram forçadas a abandonar suas comunidades ou países em decorrência de perseguição política, discriminação, fome, pobreza, violência ou desastres naturais²⁵.

65 | No cenário internacional da geopolítica, não participam apenas os Estados nacionais, mas é, também, um espaço em que atuam as empresas globais, algumas delas com faturamento superior ao Produto Interno Bruto (PIB) de muitos países. E, neste sentido, há que se assegurar às empresas brasileiras, públicas e privadas, um papel de relevância no cenário geopolítico internacional, para que atuem como atores globais.

24 Contribuição Felipe Soderini Erlich.

25 Contribuição Segmento JSB.

66 | A política externa brasileira deve compreender que a soberania nacional, que garante a autonomia das ações dos Estados nacionais dentro de seus territórios, precisa levar em conta as novas premissas do mundo globalizado - em que fronteiras se tornam mais tênues, à medida que a circulação de pessoas, informações, recursos financeiros e mercadorias ampliam-se em fluxos globais, intensificados pela revolução tecnológica.

67 | A política externa brasileira sempre colocará a defesa dos interesses estratégicos do Brasil e da população brasileira em primeiro lugar.

68 | As ações da política externa brasileira deverão ser orientadas por um Projeto Nacional de Desenvolvimento, em que esteja definido claramente qual é o papel do País na economia global.

69 | O Brasil não aceitará o papel a ele reservado pelo mundo capitalista, de se constituir em uma nação marcada pela desigualdade, produtora **sobretudo**²⁶, de commodities agrícolas e minerais e simples consumidora de produtos de alta tecnologia.

70 | Constitui, ainda, pilar inegociável da política externa, a busca pela integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

71 | O Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a possibilidade de uma formação mais ampla, como a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), coloca em evidência o papel relevante que o Brasil poderá vir a ter, como o maior país da América Latina, a ser exercido no âmbito das relações sul-sul, o que inclui a África como área de interesse estratégico para o Brasil. **A eleição direta dos representantes brasileiros para ocuparem as vagas no Parlamento do Mercosul constitui estratégia fundamental para alcançar esses objetivos**²⁷.

72 | Os socialistas defendem que o Brasil se posicione a favor do multilateralismo, por meio do fortalecimento do Brics (Brasil, Rússia, Índia,

26 Contribuição Congresso PSB-RS.

27 Contribuição Segmento MPS.

China e África do Sul), **dos países de língua portuguesa**²⁸ e **de** outros blocos assemelhados.

73 | É necessário que a política externa brasileira contemple o novo cenário geopolítico emergente da pandemia do Coronavírus, que abalou o mundo no ano de 2020. O fortalecimento de organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS), a relevância dos sistemas públicos de saúde, a exemplo do SUS, as profundas diferenças no enfrentamento da pandemia entre países, podem redesenhar o panorama internacional.

74 | O PSB repudia com veemência a adoção de políticas intervencionistas e de bloqueios econômico, científico e tecnológico, a exemplo **dos**²⁹ praticados pelos Estados Unidos da América (EUA).

| Defesa Nacional e Geopolítica

75 | Para os socialistas, numa economia globalizada, a soberania nacional só se exerce, efetivamente, se ela for capaz de garantir **a unidade, a inviolabilidade territorial e** o domínio sobre as principais dimensões que compõem tal economia, como **emissão de moeda**³⁰, pesquisa, ciência e as tecnologias de ponta, o que deve ser garantido pelo Estado Nacional e pelas empresas brasileiras.

76 | O primeiro desafio a ser superado na definição de uma política de Defesa Nacional é possibilitar que o Brasil ocupe seu papel como nação protagonista no concerto mundial, considerando as potencialidades criativas do seu povo e seus principais ativos culturais, ambientais, agrícolas, tecnológicos e minerais.

28 Contribuição Congresso PSB-RS.

29 Contribuição Felipe Soderini Erlich.

30 Contribuição Congresso PSB-RS.

77 | O PSB entende que a Defesa Nacional não é um tema exclusivamente militar. A estratégia para articular e superar esse desafio é a elaboração de um Plano de Estratégia Nacional de Defesa, como parte integrante de um Projeto Nacional de Desenvolvimento.

78 | A Política de Defesa Nacional deve ser considerada como importante e estratégico vetor de impulsionamento do desenvolvimento tecnológico.

79 | O efetivo exercício da soberania nacional, no Estado democrático, deve reconhecer a importância do papel das Forças Armadas, que estão subordinadas ao poder civil do Presidente da República, constituindo-se em instituições de Estado, e não do governo, como reza a Constituição Federal.

80 | Do ponto de vista econômico, o componente industrial de Defesa Nacional deve, a exemplo de vários países, desenvolver uma base tecnológica, com características duais, desdobrando-se em produtos e serviços para o mercado.

81 | Os acordos de transferências tecnológicas e a produção de equipamentos militares de ponta abrem caminho para que o parque industrial nacional, respeitando e protegendo os elementos estratégicos da política de segurança nacional, aproveite mercadologicamente muitos dos seus componentes.

82 | Do ponto de vista geopolítico, é fundamental considerar que o Brasil exercerá melhor o seu papel na América do Sul, e no mundo, se dispuser minimamente de autonomia na produção de equipamentos de defesa.

83 | Nesse papel, deve aprofundar as perspectivas de integração sul-americana, não só nos terrenos da economia e da logística de transportes, mas também culturalmente, nas atividades turísticas, da educação e da saúde, dentre outras. E, assim, a política de Defesa Nacional deve entrelaçar-se à defesa do continente sul-americano.

Eixo Temático II

Economia:
Prosperidade,
Igualdade e
Sustentabilidade

Eixo Temático II - Economia: Prosperidade, Igualdade e Sustentabilidade - é integrado pelos temas: A Economia deve servir à Vida das Pessoas; Macroeconomia; Inovação e Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento; Desenvolvimento da Amazônia 4.0; e O Futuro do Trabalho, e tem como objetivo apresentar as propostas do PSB a respeito.

O modelo de desenvolvimento econômico capitalista vigente no Brasil é incontestavelmente desigual, pois seis bilionários possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de pessoas mais pobres. Os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda dos demais 95%. Uma mulher trabalhadora, que ganha um salário mínimo mensal, levará 19 anos para receber o equivalente ao que um rico recebe em um único mês.

Para os mais pobres, e para a classe média, do processo de globalização sobrou a mudança radical do padrão dos empregos, o aumento da informalidade³¹ e um sistema de proteção social que se torna cada vez mais limitado para ser acessado e nele permanecer.

| A Economia Deve Servir à Vida das Pessoas

84 | A política macroeconômica deve servir à Nação como ferramenta que oriente a concepção, a estruturação e a implementação de políticas públicas que assegurem os desenvolvimentos econômico e social e a soberania do País.

31 Excluído da expressão “*a incerteza da aposentadoria*”, contribuição Felipe Soderini Erlich.

85 | O compromisso com um Projeto Nacional de Desenvolvimento, **garantida a participação popular na sua elaboração**³², deve se constituir no principal instrumento de alocação dos recursos orçamentários, visando à oferta dos direitos fundamentais, a mobilidade e emancipação social do povo brasileiro.

86 | É necessário reconfigurar as políticas econômicas, promovendo a sua harmonização com as políticas sociais, pela sua importância vital para superar as desigualdades sistêmicas do modelo capitalista brasileiro.

87 | Na perspectiva do socialismo democrático e criativo, as principais metas econômicas da sociedade relacionam-se fortemente com a redução das desigualdades, que se manifestam no País, nas regiões, nas classes e nos segmentos sociais.

88 | O socialismo brasileiro recusa o dogma liberal, que afirma que o funcionamento dos mercados produziria, por si só, o máximo bem-estar a que a sociedade poderia aspirar. A economia não deve ser um fim em si mesma, mas servir à vida das pessoas na busca permanente da redução das desigualdades, sem renunciar à busca da plena prosperidade econômica, **com a valorização do trabalho**³³, e à ideia do desenvolvimento sustentável.

89 | O socialismo criativo defendido pelo PSB, mesmo antes da superação do capitalismo, compreende, necessariamente, a adoção de políticas públicas que promovam o crescimento e a prosperidade e, ao mesmo tempo, o acesso equitativo aos frutos do desenvolvimento. **Sabemos que o sonho da sociedade igual esbarra nas próprias condições materiais. Mas precisamos que a igualdade, valor imprescindível, seja perseguida pela sociedade**³⁴.

32 Contribuição dos debates sobre Economia Criativa (Ana Carla Fonseca e Lidia Goldenstein).

33 Contribuição Segmento SSB.

34 Contribuição Congresso PSB-SC.

| Para Recuperar a Precedência da Política

90 | Como forma de uma gestão correta e adequada da política macroeconômica, é necessário que a política recupere sua precedência sobre os interesses e as conveniências do mercado, que têm orientado as políticas econômicas e minado as políticas sociais.

91 | A concentração e a má distribuição de renda e riqueza no Brasil são um desafio que precisa ser enfrentado por meio da adoção de medidas macroeconômicas e políticas públicas que cumpram esse papel.

92 | A equação a ser produzida para resolver o desafio da melhor distribuição de renda consiste em aumentar a produtividade da economia, não permitindo que esse aumento de produtividade signifique apenas ampliação e acumulação das margens de lucro, mas, sim, melhoria na qualidade de vida e aumento da participação do trabalho nesses ganhos.

93 | O PSB defende a adoção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento adequado e que não envolva prescrições contrárias à livre iniciativa - no sentido do estatismo que rondou algumas práticas socialistas, como, por exemplo, o que se deu na experiência soviética. O PSB é contra essas práticas.

94 | Socialismo e liberdade são lemas que continuam presentes e, no plano econômico, isso se traduz em igualdade de oportunidades; em coibir a atuação de oligopólios; em respeitar as novas formas de propriedade privada, coletiva e cooperativada, sem prejuízo para as micro, pequenas, médias e grandes empresas produtivas.

95 | A tarefa a que o socialismo democrático se propõe, consiste em preparar o País para uma etapa pós-capitalista, na qual sejam preservadas, estimuladas e valorizadas a criatividade, inventividade, eficiência e economicidade.

Tese Nova: O PSB é contra a redução de idade na definição de maioria penal por acreditar que o adolescente marginalizado é fruto, principalmente, da injustiça social. O Estado não pode se eximir das suas responsabilidades - deve oferecer educação, saúde,

moradia e outros direitos a todos. Oportunidades iguais a todos os jovens brasileiros³⁵.

96 | O sistema bancário brasileiro é fortemente concentrado em poucos conglomerados. O PSB defende a sua descentralização e desconcentração como forma de ampliar a concorrência na oferta de produtos e serviços, visando a atender os desenvolvimentos econômico e regional do País.

| Os Fundamentos da Gestão Macroeconômica no Brasil

97 | O PSB opõe-se à manutenção da lógica contida no tripé macroeconômico, cuja missão principal é a garantia do pagamento de juros e serviços, amortizações e refinanciamento da dívida. Esse tripé é composto pelo câmbio flutuante, pela meta de inflação e pela meta fiscal.

98 | O PSB defende a adoção de uma política macroeconômica que permita enfrentar de modo responsável e contínuo a mudança do paradigma atual, que tornou aceitável a vigência de uma política pública que consome mais da metade do orçamento anual da República em pagamentos de juros, amortizações e refinanciamento da dívida.

99 | O PSB preconiza a adoção de uma política que recupere fortemente a capacidade de investimento do Estado em políticas e atividades que alterem positivamente o perfil da economia brasileira. Essa mudança será orientada pela adoção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, que determinará que todas as ferramentas de gestão econômica sejam colocadas a serviço prioritário da produção, do trabalho, **do pleno emprego³⁶** e da redução das desigualdades sociais.

35 Contribuição Congresso PSB-ES.

36 Contribuição Congresso PSB-RS.

| Financeirização e Subordinação da Macroeconomia Nacional à Economia Global

100 | O PSB propõe que o Brasil recupere a capacidade de controlar o seu próprio processo de desenvolvimento, deixando de ser um país periférico, que apenas responde e se adapta aos ciclos do sistema internacional, limitando o cerne da sua economia à exportação de commodities.

101 | É necessário enfrentar a financeirização da economia, operada por um capitalismo administrador da especulação do dinheiro, limitando a margem de manobra dos capitais voláteis e redirecionando os investimentos para novas indústrias e outros setores produtivos, definidos pelo Projeto Nacional de Desenvolvimento, **em que a poupança nacional ganha relevância³⁷.**

| Visão do PSB Sobre o Modelo Macroeconômico

102 | O projeto de desenvolvimento proposto pelo PSB busca assegurar a plena inserção **de todo³⁸ o** povo brasileiro na cidadania econômica, social e cultural, situação que não foi plenamente cumprida pelo modelo varguista e pelos governos democráticos pós-ditadura militar.

103 | O Conselho Monetário Nacional (CMN) deve cumprir a missão que lhe foi atribuída na legislação que o criou, que é a de alcançar os progressos econômico e social do País, por meio da adoção das políticas da moeda e do crédito; da coordenação das políticas monetária, creditícia,

37 Contribuição Congresso PSB-RS.

38 Contribuição Segmento SSB.

orçamentária, e fiscal; e do controle e gestão das dívidas públicas - interna e externa.

104 | Ampliar a composição do Conselho Monetário Nacional (CNM), mantendo a presença majoritária do Estado, incorporando representantes dos segmentos produtivos, dos trabalhadores e das instituições de ensino e pesquisa, como forma de assegurar a representação da economia real.

105 | O CMN e o Banco Central do Brasil (Bacen) precisam incorporar, nas suas estratégias de gestão, instrumentos para a adoção rápida de medidas fiscais contracíclicas, visando ao enfrentamento de crises econômicas, de origem interna ou externa, bem como seus efeitos, em particular a recessão econômica.

106 | O PSB defende enfaticamente que o Bacen não pode atuar de forma autônoma das definições governamentais. As políticas concebidas pelo CMN devem estar casadas com as estratégias nacionais de desenvolvimento econômicas e sociais.

107 | É necessário subordinar as regras da gestão fiscal à proteção do emprego e da renda; da soberania nacional; dos investimentos públicos; como estratégia de desenvolvimento nacional e da redução das desigualdades sociais.

108 | O PSB defende a adoção de políticas de valorização do salário mínimo, acima da inflação, objetivando o aumento do poder de compra dos trabalhadores como elemento essencial para o desenvolvimento do Brasil.

109 | A gestão das políticas macroeconômicas não pode estar descolada das demais políticas públicas. Nesse sentido, uma política industrial, acompanhada por estratégias de incentivo à educação e de estímulos à pesquisa e ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação, constitui um primado e um dever macroeconômico.

110 | Considerando que a gestão da dívida pública exige um manejo cuidadoso e responsável, são necessárias auditorias e a adoção de instrumentos de gestão transparente, que possibilitem o acompanhamento dessa gestão pela sociedade.

111 | O PSB defende a adoção de um vigoroso programa de apoio à inovação e economia criativa. Tal programa constitui-se em uma tarefa estratégica.

112 | A adoção de um programa de renda básica universal constitui-se exigência estratégica e essencial, evidenciada pela crise provocada pela pandemia do Coronavírus.

113 | É necessária a revogação da Emenda Constitucional 95 - Emenda do Teto de Gastos – como ação imperiosa para proteger a saúde; educação; ciência e tecnologia; e criação de empregos.

114 | O PSB defende a adoção de uma Reforma Tributária, na qual a progressividade - menos impostos para os mais pobres e para as atividades produtivas – e o aumento da tributação para os mais ricos, em particular sobre a renda, os lucros e dividendos; o patrimônio e as grandes fortunas e heranças, seja a diretriz central da nova política tributária a ser adotada.

115 | É necessária a adoção de estratégias de políticas econômicas que evitem a perda de empresas viáveis, geradoras de empregos, renda, tributos e mercado.

116 | É necessário adotar o modelo de gastos sociais sob a lógica do estabelecimento do *per capita*, ou seja, verificando o gasto por pessoa, a exemplo do que ocorre na educação, com o Fundeb.

| Inovação e Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento

117 | O esgotamento do modelo socioeconômico e político, vivido pelo Brasil, coincide com a mudança mundial dos paradigmas de produção, comercialização e consumo de mercadorias, imposta pela revolução tecnológica. A formação de capital não é mais determinada pelos meios de investimentos em capital fixo, mas predominantemente por valores gerados pela inovação e criatividade, representados por *softwares*, *design*, logística, marca e capital intelectual. Por isso, o PSB defende um novo modelo de desenvolvimento, que tenha como eixo central a inovação e a economia criativa.

118 | O PSB defende, também, que a redução ou o desaparecimento das fronteiras entre indústrias e serviços, entre os setores secundário e terciário

da economia, precisa se refletir num planejamento econômico que contemple as micro, pequenas, médias e grandes empresas, bem como na preservação e criação de empregos e geração de renda.

119 | O PSB defende a mudança do *status* atual, em que a sociedade brasileira figura mais como consumidora de produtos tecnológicos. É necessário assegurar que a economia seja capaz também de liderar processos produtivos sofisticados, de alto valor e agregados tecnológicos, para que o Brasil adentre na nova era do conhecimento, não apenas pelo lado do consumo, mas pelo lado da produção.

120 | Tomar como eixo estratégico de desenvolvimento a dualidade inovação e economia criativa pode pavimentar mais rapidamente o caminho do Brasil para a modernidade.

121 | É necessário dar um salto criativo e revolucionário em direção ao novo paradigma da era do conhecimento, incorporando elementos novos, estruturantes e de longo prazo, às propostas econômicas, ambientais e sociais, para a superação das constantes crises do capitalismo tardio, às quais o Brasil está submetido.

| Renascimento Criativo da Indústria e Competitividade

122 | A economia criativa não é apenas mais um ramo da economia, que reúne uma série de atividades altamente produtivas, mas, sim, uma estratégia de desenvolvimento, que pode possibilitar ao Brasil a inserção soberana na economia globalizada e nas novas cadeias de valor do mundo moderno.

123 | Considerando que uma parte do que se denomina desindustrialização corresponde, na verdade, à perda do valor relativo da indústria manufatureira, no conjunto de uma economia em que os serviços comuns especializados crescem, o PSB propõe uma sofisticação produtiva, que possibilite ao Brasil uma inserção soberana nas cadeias de valor do mundo moderno.

124 | Para recuperar a competitividade perdida nos mercados internos e internacional, consequência da quarta revolução industrial, o Brasil precisa de uma nova indústria, baseada na inovação na tecnologia, no design nacional e na pesquisa científica **e que utilize eticamente a Inteligência Artificial no desenvolvimento de seus diferenciais competitivos**³⁹.

125 | A inovação e a economia criativa, adotadas como eixos estratégicos do desenvolvimento, não implicam, obviamente, a eliminação de outros setores essenciais, como a indústria de transformação, a geração de energia, a infraestrutura de transporte, a agricultura e os serviços financeiros, mas, sim, a adoção de inovação tecnológica para todos eles.

126 | Em lugar de uma simples reindustrialização, o PSB propõe um renascimento criativo da indústria brasileira, como tarefa necessária e inadiável. A inovação e a criatividade constituem-se no DNA da nova economia do mundo e representam a possibilidade real de uma transformação revolucionária e criativa da indústria, agricultura, do comércio e dos serviços, em novas estruturas tecnologicamente atualizadas no Brasil.

127 | O PSB defende a adoção de políticas de formação profissional e qualificação contínua da mão de obra, aliadas ao estabelecimento de política industrial e de estímulo real à inovação, como estratégia para a geração de empregos qualificados.

128 | É necessário considerar a importância estratégica dos complexos industriais e de serviços, já existentes, que podem ser fortemente potencializados, como os das áreas da saúde (Medicamentos e equipamentos), da defesa, do agronegócio e de alimentos (incluindo a pesca), da cadeia de petróleo e gás, bem como das áreas de informação e comunicação. É relevante, também, assegurar prioridade para as indústrias agroflorestais, tendo em vista as imensas vantagens competitivas existentes no Brasil.

129 | Para promover a competitividade da indústria nacional, em um ambiente de forte concorrência, o PSB defende a adoção de políticas de Estado que visem a superar dificuldades estruturais e carências sistêmicas, associadas a fatores macroeconômicos; fiscais; legal-regulatórios; tecnológicos;

39 Contribuição dos debates sobre Economia Criativa (Ana Carla Fonseca e Lidia Goldenstein).

sociais e de infraestrutura, o chamado Custo Brasil. Tais fatores oneram a produção brasileira em relação aos países concorrentes.

Tese Nova: O avanço da ciência brasileira nas últimas décadas não se refletiu na melhoria dos indicadores tecnológicos e de inovação nas empresas, por essa razão o PSB toma como tarefa, auxiliar a sociedade brasileira a colocar em prática os avanços previstos nas leis que compõem o chamado Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação: Emenda Constitucional nº 85/2015; Lei nº 13.243/2016 e Decreto nº 9.283/2014⁴⁰.

Tese Nova: Os socialistas entendem que a nova legislação que compõem o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação pode proporcionar maior agilidade para que o conhecimento gerado na academia possa ser mais bem aproveitado pelo setor empresarial e pela sociedade⁴¹.

Tese Nova: O PSB considera que o bônus tecnológico é um dos principais instrumentos do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação para o apoio das microempresas e a empresas de pequeno e médio porte e as *startups*. Esse bônus é destinado ao pagamento de compartilhamento e ao uso de infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, de contratação de serviços tecnológicos especializados ou de transferência de tecnologia⁴².

130 | O Brasil precisa de um projeto que democratize a economia do lado da produção, e não só do consumo, e que qualifique o aparato produtivo para responder às necessidades impostas pela economia do conhecimento.

131 | Para o sucesso do renascimento criativo da indústria, e da competitividade, o PSB propõe a organização de esforços em torno de três grandes eixos estratégicos: alinhamento de inteligências; organização de esforços estatais em parcerias com a iniciativa privada; e organização de esforços de inserção dos produtos na cadeia internacional de valor.

40 Contribuição Comissão de Sistematização.

41 Contribuição Comissão de Sistematização.

42 Contribuição Comissão de Sistematização.

132 | Fazer o alinhamento de inteligências e recursos já disponíveis no âmbito do Estado Nacional, que na atualidade trabalham desarticuladamente dada a ausência de um Projeto Nacional de Desenvolvimento.

133 | Envolver esforços estatais no sentido de fazer parcerias com a iniciativa privada com potencial de inovação, como o agronegócio; o setor energético; as cadeias produtivas da saúde; da defesa; da Indústria 4.0; da cadeia de petróleo e gás; e, ainda, toda a cadeia de produtos amazônicos. Nesse ambiente, será necessário desenvolver e fortalecer arranjos empresariais, que sejam inovadores e inteligentes, e que permitam a reunião criativa das capacidades pública e privada, da inovação e pesquisa.

Tese Nova: Considerando a necessidade de renascimento criativo da indústria brasileira com base em matriz energética originada em fontes limpas e sustentáveis, o PSB propõe o fortalecimento da cadeia produtiva com a criação, no Brasil, de programa para estruturação do maior parque industrial para a produção de equipamentos de energia solar da América Latina. Sob a premissa do desenvolvimento de tecnologia nacional, serão necessários incentivos capazes de dar aos produtos expressiva competitividade no mercado interno e no Mercosul, atualmente dependentes de bens importados⁴³.

134 | Organizar aliança entre o novo, o criativo, o revolucionário e o inovador complexo produtivo e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), para viabilizar a inserção e ampliação das exportações de produtos e serviços de maior valor agregado, nas cadeias globais.

43 Contribuição Carlos Antônio Almeida de Oliveira.

| Desenvolvimento da Amazônia 4.0

135 | O PSB defende que uma estratégia de desenvolvimento sustentável da Amazônia deve ser parte integrante de um Projeto Nacional de Desenvolvimento. O potencial futuro da Amazônia não está nos produtos que já existem, mas no aproveitamento da imensa riqueza de sua biodiversidade.

136 | O PSB defende que a articulação da inteligência na Amazônia reforce a vasta produção e sistematização de conhecimento e saberes dos povos; suas culturas e crenças; seus conhecimentos e suas tradições mantidos no território.

137 | Para que se organize o projeto de desenvolvimento sustentável para a Amazônia brasileira, é fundamental estabelecer estratégias para o efetivo exercício da soberania nacional sobre a região.

138 | O Projeto Amazônia 4.0 tem como objetivo fomentar indústrias para todas as escalas, inclusive para pequenas comunidades e cidades amazônicas. Isso possibilita transformar o potencial da região em produtos e serviços ecossistêmicos, em conhecimento biotecnológico, atingindo mercados globais; portanto, transformar-se numa marca brasileira. O estímulo à agroindústria florestal, ou biofábricas, pode tornar-se um diferencial competitivo do Brasil.

139 | **É preciso que o Estado brasileiro desenvolva um complexo agroindustrial que promova pesquisas científicas de mapeamento do material genético genuinamente nacional, para ser empregado na indústria, a partir do uso do seu potencial biotecnológico, contido na biodiversidade brasileira. Com isso, os estudos da capacidade genética vão viabilizar a transformação dos 450 insumos já identificados e daqueles a serem descobertos em produtos de alto valor agregado, na linha do desenvolvimento sustentável⁴⁴.**

140 | É imperioso que o Estado Nacional desenvolva estratégias eficientes para coibir a prática da biopirataria e as tentativas de registros

44 Contribuição Segmento JSB.

de patentes, no exterior, de produtos ou princípios ativos cujas origens são genuinamente amazônicas.

141 | É preciso desenvolver o potencial econômico do que se denomina “bioeconomia de floresta em pé e rios fluindo”. Rios fluindo, porque toda a energia para esse modelo de industrialização pode ser obtida por meio de fontes renováveis de energia.

142 | Para o projeto Amazônia 4.0, é necessário desenvolver a economia criativa e compartilhar as modernas tecnologias digitais da 4ª Revolução Industrial, com a atração e o fomento de novas indústrias para o norte do país, conectando esses setores com as ciências dos materiais, a bioengenharia e a biotecnologia.

143 | Para consolidar um projeto ancorado na inovação e na economia criativa, na Amazônia 4.0, além de retomar os investimentos em ciência e tecnologia, no Brasil, é necessário alterar a sua lógica regionalmente concentradora. Também, o desenvolvimento ecossocioeconômico da região não pode estar subordinado à expansão agrícola e pecuária e à exploração desorganizada de minérios.

144 | Para fazer frente ao desafio de construção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, sob a égide da Amazônia 4.0, é necessário que o Estado brasileiro empreenda e lidere uma iniciativa de grande envergadura, a exemplo do que foi a Petrobras, na década de 1950, e a Embrapa, na década de 1970.

145 | É fundamental a criação **da Empresa Brasileira para o Desenvolvimento da Amazônia - Amazombras**⁴⁵, cuja missão será a gestão executiva do projeto de desenvolvimento da região. O objetivo central deve ser a coordenação e consolidação do movimento e do processo que levarão ao surgimento de uma nova fronteira econômica, rica, acolhedora, verde, molhada e inovadora, que sediará complexos industriais de fármacos; de madeiras oriundas do manejo sustentável e dos reflorestamentos realizados em áreas degradadas; dos minérios; pescados; das frutas e castanhas; do turismo; dentre tantos outros produtos.

45 Contribuição Comissão de Sistematização.

146 | O projeto de desenvolvimento Amazônia 4.0 deverá partir do pressuposto e reconhecimento da atuação de inúmeras instituições de ensino e pesquisa, da Região, que deverão ter sua articulação reforçada em função de um Projeto Nacional de Desenvolvimento.

147 | Para atrair, fixar e reter talentos e mão de obra qualificada, para a Região, é necessário reforçar a tese da criação de Centros de Excelência, Inovação e Pesquisas em Bioeconomia e Biotecnologia.

148 | Será necessária a articulação dos investimentos públicos, em parceria com a iniciativa privada e instituições não governamentais, as quais poderão encarregar-se da gestão de inúmeros empreendimentos que estruturarão o Projeto Amazônia 4.0.

| Plano Estratégico de Economia Criativa no Âmbito do Projeto Nacional de Desenvolvimento

149 | A inovação e a economia criativa, como novos paradigmas, devem se constituir no eixo central de um Projeto Nacional de Desenvolvimento. A nova economia baseia-se na abundância infinita do talento, da criatividade, tecnologia e cultura.

150 | É necessário adotar forte ação de planejamento e articulação do Estado brasileiro com a sociedade, o empresariado, a academia, e os trabalhadores, para que o novo paradigma de desenvolvimento, baseado na cultura, na ciência e na tecnologia seja assimilado.

151 | O planejamento de médio e de longo prazo deve começar na educação, para o desenvolvimento de competências criativas, uma visão analítica e transdisciplinar, desde o Ensino Fundamental até a universidade, em que o alunato deve ser exposto ao desafio da inovação e da criatividade, sem perder o foco da formação humanística.

152 | Um Plano Estratégico de Economia Criativa, no âmbito de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, pressupõe o desenvolvimento

do *design* nacional, baseado na identidade brasileira, como elemento fundamental, inclusive para a modernização das indústrias tradicionais, pois é um imperativo cultural e tecnológico.

153 | É tarefa importante a criação de um Fundo Misto de Desenvolvimento para a Economia Criativa, dedicado exclusivamente a viabilizar a participação financeira e o apoio tecnológico aos empreendimentos inovadores de pequeno, médio e grande portes, visando torná-los mais competitivos nos mercados nacional e global.

154 | Os investimentos do fundo misto de desenvolvimento, para a economia criativa, devem ser descentralizados, garantindo o alcance aos subúrbios e favelas brasileiras, além de promover estrategicamente os projetos de mãos solo, visando a garantir a igualdade competitiva das diferentes camadas sociais.

155 | No Plano Estratégico da Economia Criativa, deve constar, também, a articulação do turismo com a cultura e o entretenimento, tendo em vista a sua alta capacidade indutora para a economia tradicional, o que ajudará a adensar as cadeias produtivas agrícolas e industriais.

156 | Deverá ser destacado e fortalecido o papel de mulheres, negros, jovens, pessoas com deficiência, e da população LGBTQIA+, nas atividades ligadas à economia criativa e ao empreendedorismo, especialmente pelo fato de que esses segmentos propiciam mais oportunidades de desenvolvimento e emancipação do que as atividades tradicionais, vinculadas ao comércio, à indústria e agricultura.

157 | Será necessária a adoção de medidas nos campos da engenharia fiscal e tributária e de fomento financeiro, como suporte ao desenvolvimento da economia criativa. Os setores ligados à tecnologia, cultura, criatividade e ao turismo têm, na atualidade, poucos mecanismos de desoneração fiscal e de financiamento.

158 | Serão necessários investimentos em estratégias de desburocratização e simplificação do sistema tributário, para as atividades que envolvam a economia criativa, os micro e pequenos empreendedores, bem como para obtenção de licenças de instalação, funcionamento e registros de marcas e patentes e para os direitos de propriedade intelectual.

159 | O PSB propõe a criação de um marco legal – lei nacional

da economia criativa -, que deverá abranger e regulamentar, com estímulos e simplificações, os aspectos pertinentes às áreas tributária, previdenciária, alfandegária e de propriedade intelectual, mediante o reconhecimento das especificidades dos empreendimentos criativos.

160 | É necessário adotar medidas de regulação e regulamentação do uso de bens criativos, bem como o estabelecimento de normas que facilitem a expansão dessas atividades, libertando-as do aprisionamento dos monopólios da mídia e do transporte de dados.

161 | Por sua vez, as cidades possuem enorme importância para a operacionalização das atividades da economia criativa, para o empreendedorismo e a construção de Arranjos Produtivos Locais (APLs).

Tese Nova: Os socialistas compreendem a economia solidária como um novo cooperativismo baseado nos princípios da solidariedade, autogestão, igualdade e democracia, que pode criar oportunidades econômicas e sociais para a emancipação de segmentos excluídos do modelo capitalista vigente⁴⁶.

Tese Nova: O PSB defende que os empreendimentos e os movimentos de consumo, assim como as unidades produtivas e o comércio solidário, necessitam inovar, integrar-se em rede, e acessar mercados sofisticados. Para isso, requerem políticas de fomento do Estado, tais como a capacitação e o acesso a crédito, para se tornarem alternativas viáveis e superiores ao modelo capitalista, tanto social como economicamente⁴⁷.

46 Contribuição Comissão de Sistematização.

47 Contribuição Comissão de Sistematização.

| O Futuro do Trabalho

162 | O PSB reconhece que os processos produtivos têm se utilizado, de forma crescente, das novas tecnologias decorrentes da inteligência artificial, como a internet das coisas, o aprendizado de máquina, *big data*, robótica compartilhada, gêmeos digitais e realidade aumentada, que criam novos empregos, mas provocam perda muito maior de empregos. Por isso, o PSB propõe que o Estado assuma a responsabilidade por políticas públicas de requalificação profissional e pelo estabelecimento de uma renda mínima, para evitar a barbárie.

163 | O PSB defende que o desenvolvimento das pesquisas, para o uso de novas tecnologias decorrentes do advento da indústria 4.0, seja realizado com a preocupação do seu impacto sobre o trabalho, principal valor do Socialismo. **Inclusive na valorização do Emprego Apoiado para melhor absorver a contribuição de pessoas com deficiência⁴⁸.**

164 | O PSB não teme a revolução científica e tecnológica e tampouco teme a sociedade do conhecimento e da informação, que resulta dessa revolução. Antes, e ao contrário, propõe que o País use, resolutamente, grande parte dos ganhos de produtividade que ela propicia, para estimular, acelerar e generalizar seus processos, retroalimentando-a num ciclo ininterrupto, até que se diminua o contingente de obsoletos ou excluídos.

165 | A capacidade criativa, envolvida nos processos produtivos, está relacionada a interesses dos agentes dos poderes econômico, social e cultural, notadamente nas áreas como as de telecomunicações, engenharia genética, biotecnologia, Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). O PSB defende que o desenvolvimento das novas tecnologias esteja a serviço da sustentabilidade e do desenvolvimento social.

166 | É necessário implementar estratégias de políticas públicas, envolvendo o mundo do trabalho, de modo a considerar o fim de algumas profissões e o surgimento de outras.

48 Contribuição Segmento PSB Inclusão.

167 | Novas políticas públicas deverão ser concebidas para regular o mundo do trabalho, notadamente para lidar com o excedente de mão de obra resultante da modernização de processos produtivos. Tais políticas deverão propiciar a adaptação dos trabalhadores que perderem seus postos de trabalho, requalificando-os permanentemente e realocando-os em novas funções.

168 | O Brasil necessita adotar urgentemente políticas públicas de proteção do trabalhador e seus direitos, combinadas com estratégias de qualificação e requalificação da mão obra, em função das mudanças disruptivas em curso, que afetam a vida profissional dos trabalhadores **como a importância de desenvolver as profissões em consonância com as novas tecnologias derivadas da aplicação da Inteligência Artificial**⁴⁹.

169 | O PSB opta pelo combate às desigualdades, pela economia criativa e pela educação **e justiça social**⁵⁰ como importantes pilares de seu projeto de desenvolvimento para o Brasil.

170 | Os socialistas defendem que os poderes de decisão nas áreas econômica e tecnológica, que impactam o mundo do trabalho, não devem continuar concentrados em grandes grupos financeiros, industriais e transnacionais, cujas estratégias não estão sujeitas a nenhum controle democrático.

171 | A moderação e regulação do Estado é necessária para garantir, por meio de políticas públicas articuladas, a constante requalificação e recolocação dos trabalhadores.

172 | O PSB defende a adoção da garantia de renda básica universal, como forma de assegurar o sustento de todos os cidadãos, durante o período de transição e/ou requalificação. Defende, ainda, que todos que se encontram nessa situação tenham, em igualdade de condições, acesso e permanência nas políticas de educação; saúde; assistência; habitação; dentre outras.

173 | Os socialistas defendem a redução da jornada de trabalho, em função do aumento da produtividade das empresas, sem, no entanto, reduzir

49 Contribuição dos debates Economia Criativa (Ana Carla Fonseca e Lidia Goldenstein).

50 Contribuição Segmento SSB.

salários, em razão dos ganhos de produção resultantes do uso intensivo das inovações tecnológicas.

174 | É imperiosa e urgente a atualização das pautas sindicais e estudos sobre as adequadas formas de representação dos novos trabalhadores; das novas formas de trabalho; e do novo modo de produção trazido pela economia 4.0.

| Superar as Desigualdades Econômicas Regionais

Tese Nova: O Brasil conviveu com diversas formas de exclusão ao longo da sua caminhada para firmar-se como Nação e ainda convive na atualidade. Exclusão social é privação, o não acesso, o isolamento, o distanciamento, a negação aos bens e serviços públicos a uma pessoa ou grupo de pessoas em relação aos demais indivíduos e grupos de uma sociedade⁵¹.

Tese Nova: A exclusão é um fenômeno multidimensional originado na estrutura de classes sociais e suas desigualdades, potencializada por preconceitos históricos e arraigados (de raça, cor, religião e origem) vigentes na sociedade brasileira. Esses são amparados em costumes e tradições autoritárias abrigados nas classes dominantes e nos marcos legais ainda presentes no arcabouço jurídico do Estado Nacional. Uma das faces mais cruéis da exclusão social é a naturalização do fenômeno pelos “não excluídos” e por vezes até mesmo pelos excluídos⁵².

51 Contribuição Comissão de Sistematização.

52 Contribuição Comissão de Sistematização.

Tese Nova: As velhas exclusões - como a pobreza, a miséria, o analfabetismo, a falta de moradia, a insegurança alimentar, a desqualificação, o desemprego, o emprego precário e informal, amplificam-se nos recortes de raça (afrodescendentes, indígenas e minorias étnicas), gênero (notadamente os/as LGBTQIA+), religião (particularmente as de matriz africana), idade (crianças e idosos), e pessoas com deficiência-, e se somam às novas exclusões, particularmente a digital⁵³.

175 | O PSB defende a necessidade de superação da lógica de mercado do capitalismo brasileiro, que foi incapaz de criar um modelo de desenvolvimento menos desigual social, econômica e regionalmente. Como afirmou o geógrafo Milton Santos, em 1997: “No mundo da globalização, o espaço geográfico ganha novos contornos, novas caracterizações e novas definições. Os atores mais poderosos se reservam os melhores lugares do território e deixam o resto para os outros”.

176 | É necessário desenvolver políticas públicas que viabilizem a superação dos fenômenos que marcaram as regiões destinadas às atividades de menor valor agregado e com menor poder competitivo nos mercados nacional e internacional. A participação do Nordeste, por exemplo, no PIB de 2020, foi equivalente àquela do início da década de 1960.

177 | Somente a intervenção do Estado brasileiro - com ações coordenadas e simultâneas, por meio de instrumentos como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os bancos e as agências de desenvolvimento regional; as instituições de pesquisa, a exemplo da Embrapa; e as universidades - pode reduzir as desigualdades espaciais e possibilitar um verdadeiro desenvolvimento regional no Brasil.

178 | O PSB defende que as chances de um novo tipo de desenvolvimento para as regiões menos favorecidas residem, hoje, na revolução tecnológica; na nova economia do conhecimento; nas novas atividades ligadas à economia criativa; partindo das vocações naturais e culturais de cada região.

53 Contribuição Comissão de Sistematização.

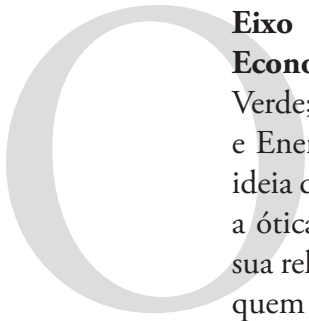
179 | Realizar uma reestruturação produtiva mais competitiva no Centro-Oeste, Norte e Nordeste, aumentando a geração de valor agregado na produção regional. O PSB defende que é preciso viabilizar o encadeamento produtivo, tecnologicamente avançado, para que se invertam as características registradas, gerando um encadeamento produtivo capaz de formar ciclos robustos e sustentáveis de desenvolvimento.

180 | Desenvolver empreendimentos produtivos dentro dos parâmetros da sustentabilidade socioambiental, respeitando as características regionais e inserir as economias regionais nas cadeias de valor nacionais e internacionais.

181 | O turismo e a cultura, como integrantes da economia criativa, constituem-se em óbvios eixos econômicos para o desenvolvimento de todas as regiões brasileiras. O turismo internacional há que ser incluído na pauta de exportações, na medida em que representa uma das mais eficazes formas de atração de divisas.

Eixo Temático III

Desenvolvimento
Sustentável e
Economia
Verde



Eixo Temático III - Desenvolvimento Sustentável e Economia Verde - é integrado pelos temas: Economia Verde; Empregos Verdes; Biomas Brasileiros; Luta Ecológica; e Energias Renováveis. Norteia, a construção desse eixo, a ideia de que as políticas de desenvolvimento para o País, sob a ótica do socialismo, devem ter como centro o homem e sua relação com o ambiente em que vive e com aqueles com quem divide o território e a sua cultura. Dessa forma, essas relações devem ser assentadas na lógica do desenvolvimento sustentável, conforme proposto pelo Relatório Brundtland - no livro “O Nosso Futuro Comum”, na década de 1980 - da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas.

O desenvolvimento sustentável é compreendido como aquele que provê, pelo menos, as condições de vida atual, garantindo melhores condições para as gerações futuras. Esse desenvolvimento tem três pilares constituintes: Uma economia inclusiva; a proteção social; e a conservação ambiental. Entretanto, o PSB compreende como inaceitáveis as condições de vida de milhões de brasileiros pobres e excluídos. Portanto, a manutenção de tal situação não é o padrão de sustentabilidade defendida pelo Socialismo Criativo.

| Economia Verde, uma Possibilidade

182 | O PSB entende que é possível construir uma economia que resulte em melhoria do bem-estar da humanidade e com igualdade social, e, ao mesmo tempo, que reduza os riscos ambientais e a escassez ecológica. Tal economia é chamada de economia verde e criativa.

183 | Na premissa da agenda da sustentabilidade, a economia verde e criativa apresenta potencial muito maior para a inclusão social e para a geração de renda e empregos do que o atual modelo de política econômica praticado.

184 | Os socialistas propõem que a transição para a economia verde e criativa, ainda nos limites do capitalismo, seja induzida pelo Estado,

como parte de uma política econômica, e que seja revertida a trajetória do País como espaço para a expansão predatória da fronteira agrícola e o estímulo ao garimpo ilegal de recursos naturais, no contexto do atual modelo exportador de *commodities*.

185 | A aposta na exploração de petróleo como alavancadora da economia brasileira é insustentável. O PSB defende, portanto, a opção verde, que requer o redirecionamento dos incentivos governamentais para setores identificados como de transição para as atividades de baixo carbono. **Nesse contexto, é premente a defesa, por parte dos socialistas, da importância do papel estratégico para o Brasil na transição e na soberania energéticas da Eletrobrás e da Petrobras e a manutenção do controle estatal⁵⁴.**

186 | Do ponto de vista tributário, deve-se adotar, em larga escala, a prática de cobrança das externalidades negativas, baseada no princípio do poluidor-usuário pagador. Além de fonte de financiamento para atividades limpas, essa é uma forma de justiça social, pois impede a apropriação dos recursos do meio ambiente, por poucos.

187 | O PSB defende uma economia de baixo carbono **e o desenvolvimento de políticas de regeneração ambiental⁵⁵**, cuja transição do modelo atual passa também pela mudança das políticas setoriais, em todas as áreas, incluindo e dando ênfase às energias renováveis; **e com a proposta de que o crime ambiental será severamente punido⁵⁶.**

188 | Com o uso intensivo de recursos tecnológicos, é necessário incrementar a produtividade por unidade de área, com especial ênfase na agropecuária, na **agricultura familiar⁵⁷** e na agricultura de baixo carbono.

54 Contribuição Congresso PSB-R.

55 Contribuição dos debates sobre Economia Criativa (Ana Carla e Lidia Goldenstein).

56 Contribuição Congresso PSB-RS.

57 Contribuições de Angelito Cassol, Cristiane Dallanora e Diego Kiefer Moreira.

189 | É necessário impedir que a pecuária bovina extensiva, não integrada com a lavoura, e o agronegócio, com a prática de uso intensivo de agrotóxicos, continuem avançando em áreas florestais, como nos casos mais evidentes da Amazônia e do Cerrado.

190 | É fundamental que as políticas de desenvolvimento agrário tenham como prioridade a aceleração da garantia de direitos fundiários (acesso à terra e sua posse) e da extensão rural, para a **agricultura familiar**⁵⁸ e comunidades tradicionais, com sólido investimento para o fomento de práticas sustentáveis de agricultura e extrativismo.

191 | Na política industrial, deve-se realizar mudanças de prioridades, em particular, na ação do BNDES e demais financiadores públicos, direcionando recursos financeiros para setores e atividades com mais conteúdo tecnológico; potencial de emprego e renda; e menor impacto ambiental.

192 | O financiamento público deve priorizar projetos que efetivamente estejam comprometidos com os princípios do Protocolo Verde, e com a carta de princípios sustentáveis de orientação para as ações das instituições bancárias públicas e privadas.

193 | O PSB defende parar com a sangria de recursos públicos para subsidiar atividades que geram grandes externalidades negativas, como o uso de automóveis particulares, produtos que geram alto consumo de energia e o crédito agrícola para produtores resistentes a se adequarem à legislação ambiental.

58 Contribuições de Angelito Cassol, Cristiane Dallanora e Diego Kiefer Moreira.

| Empregos Verdes: O Trabalho Sustentável na Direção da Economia Inclusiva, da Proteção Social e da Conservação Ambiental

194 | Empregos verdes são aqueles que contribuem para preservar ou restaurar a qualidade ambiental. Ou seja, colaboram para a redução do uso de energia, matérias-primas e consumo de água, por meio de estratégias altamente eficazes, que descarbonizam e reduzem as emissões de gases de efeito estufa.

195 | A política econômica neoliberal praticada no Brasil é incompatível com a sustentabilidade ambiental. Os socialistas defendem que as políticas de emprego devem estar associadas a sistemas de proteção social e de conservação ambiental.

196 | O PSB defende que a criação de empregos verdes deve estar no centro das políticas econômicas e sociais para o desenvolvimento sustentável, que ganha cada vez mais importância, possibilitando enfrentar de maneira estruturante os desafios da economia verde e inclusiva.

Tese Nova: O PSB entende que a criação de novos postos de empregos verdes, alinhada ao surgimento das tecnologias ecológicas, deve estar associada a políticas de desenvolvimento social voltadas à capacitação e profissionalização dos trabalhadores⁵⁹.

59 Contribuição Eric Bem dos Santos.

| Biomas Brasileiros, Ativos do Desenvolvimento

197 | O PSB defende que os Biomas Brasileiros – Amazônia; Cerrado; Caatinga; Pampa; Mata Atlântica; Pantanal; e o Bioma Marinho - se constituam em importantes ativos do desenvolvimento.

198 | O PSB entende que a formulação de políticas públicas estratégicas, a comporem um Projeto Nacional de Desenvolvimento, necessita levar em conta a territorialidade, uma vez que os desequilíbrios regionais nacionais também se manifestam, pelo menos de forma aproximada, em razão das características das localidades em seus diferentes biomas.

199 | O PSB defende a adoção de medidas de efetiva fiscalização e controle para impedir a supressão de vegetações nativas, como forma de evitar a afetação do regime pluviométrico, que é fundamental para a vida das populações e para o setor agrícola.

200 | Os socialistas compreendem que os agricultores familiares; os assentados da reforma agrária; os povos indígenas; e os de comunidades tradicionais, que têm em cada bioma a sua casa, são os protagonistas da conservação da agrobiodiversidade e da promoção da soberania e segurança alimentar.

201 | É necessário garantir e aperfeiçoar os requisitos de licenciamento ambiental, como forma de eliminar a ação da grilagem; do garimpo ilegal; e da substituição da mata por atividades pecuárias, que têm resultado em intenso desmatamento das florestas brasileiras, notadamente na Região Amazônica.

202 | Os aquíferos brasileiros precisam ser protegidos por ações e legislação específicas, em especial com soluções de contorno para passivos ambientais e a impermeabilização de solos - causados pela urbanização -, que se constituem em ameaças aos aquíferos sob áreas urbanas.

203 | O PSB entende que urge defender os serviços ecossistêmicos, compostos pelas matas ciliares, as nascentes, entre outros, em especial, pelos serviços ambientais prestados pelos biomas. Devem ser empreendidas ações políticas, que visem ao fortalecimento e à ampliação do sistema de defesa de áreas protegidas, de proteção integral e uso sustentável.

204 | Mudou de local: novo Capítulo “Garantia dos Direitos dos Povos Indígenas.

205 | Um Projeto Nacional de Desenvolvimento precisa incorporar estratégias que compreendam a importância que as novas tecnologias desenvolvidas em tempos de Economia 4.0 exercem sobre esse enorme ativo econômico brasileiro, que são os seus biomas.

206 | O PSB defende, na direção da sustentabilidade, o fortalecimento de fóruns de articulações assentadas em diálogos sociais e políticos, como protagonistas em cada um dos biomas brasileiros.

| O PSB e a Luta Ecológica

207 | Os socialistas não podem comungar com o excesso de consumo e o desperdício, e devem ser críticos sobre o que produzir; como produzir; quanto produzir; e onde produzir, pois refutam radicalmente o princípio capitalista de que a felicidade se dá na insaciável satisfação do possuir e consumir.

208 | A opção defendida pelo PSB é aproximar-se do movimento do ecossocialismo **e do veganismo, por sua contestação ao modo de produção e consumo capitalistas**⁶⁰, que há décadas atua em vários países, desenvolvendo um trabalho de engajamento na luta ecológica, propondo que se avance no caminho construído ao longo de mais de meio século, por partidos ecológicos, organizações não governamentais e instituições culturais.

209 | Para o PSB, a luta ecológica tem também o significado da contradição do capitalismo com a própria vida no planeta.

210 | Para o socialismo, é fundamental unir sistematicamente as lutas sociais por justiça, equidade, bem-estar econômico, desenvolvimento social e direitos humanos, com as lutas pela conservação ambiental.

60 Contribuição Felipe Resende Oliveira.

| A Premência das Fontes Limpas e Renováveis de Energia

211 | O Brasil precisa aproveitar melhor a sua vantagem energética competitiva, que nas duas primeiras décadas do século XXI chegou a representar, em termos de energia limpa e renovável, quase metade da sua produção, enquanto a média mundial era inferior a 15%.

212 | O efeito combinado da demanda crescente e do esgotamento dos recursos requer uma solução melhor para o uso de fontes de energia, priorizando as chamadas fontes renováveis e limpas de energia. O PSB defende também substanciais aportes de recursos nas pesquisas em eficiência energética.

213 | A parcela de energia renovável, no suprimento total de energia, está se expandindo e pode contribuir para o crescimento da renda, do emprego e acesso dos pobres à energia limpa, o que poderá ser um vetor para se atingir de forma mais rápida as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

214 | É necessária uma mudança na matriz energética nacional, substituindo, gradativamente, o uso da energia proveniente de combustíveis fósseis, para fontes de energia limpas e renováveis, o que contribuirá para atingir as metas necessárias de redução das emissões de gases de efeito estufa.

215 | O PSB propugna a necessidade de recuperação da capacidade do Estado na formulação menos tímida da política energética, de longo prazo, visando a um desenvolvimento assentado nos preceitos da sustentabilidade, por meio do aumento das fontes de energias renováveis, em sua matriz energética.

Eixo Temático IV

Políticas
Sociais e
Cidades
Criativas

O Eixo Temático IV – Políticas Sociais e Cidades Criativas é integrado pelos temas: Seguridade Social; Saúde Pública; Educação Pública; Liberdade e Igualdade; Direitos Humanos e Movimentos Sociais; Segurança Pública; Reforma Agrária; Reforma Urbana; Cidades Criativas; e Cultura; e tem como objetivo apresentar propostas do PSB em todas essas áreas.

As Políticas Sociais são destinadas a garantir o acesso universal e a permanência da população em serviços providos pelo Estado, visando ao bem-estar, à dignidade e coesão social, provendo os bens e serviços necessários à garantia de vida plena e digna de todos os cidadãos. A revolução brasileira do século XXI precisa corresponder ao desenvolvimento dos direitos já conquistados, e de novos, para o povo brasileiro.

| Políticas Sociais para a Igualdade

216 | O modelo de desenvolvimento excludente, vigente no Brasil, que tem na desigualdade sua estrutura nuclear, agravada em suas dimensões de **classe**⁶¹, raça, gênero, **orientação sexual**⁶² e idade, determina a adoção de estratégias radicais e de **entender o contexto histórico e social, com o objetivo de**⁶³ medidas criativas e inovadoras, capazes de combater as causas e alterar as desigualdades estruturais e **institucionais**⁶⁴, começando pela saúde e educação.

61 Contribuição Congresso PSB-ES.

62 Contribuição Segmento LGBT.

63 Contribuição Congresso PSB-ES.

64 Contribuição Congresso PSB-ES.

217 | O PSB defende, enfaticamente, que as políticas sociais devem ser articuladas e estruturadas enquanto políticas de Estado, alinhadas à política macroeconômica. Essas políticas devem se estruturar por meio da formação de uma forte rede de proteção social, articulada inteligentemente entre os três níveis de governo (federal, estadual e municipal).

218 | A principal meta defendida pelo PSB, por meio das políticas sociais, é assegurar o acesso universal e a permanência em serviços públicos de qualidade, que garantam a mobilidade social e a emancipação do cidadão.

| A Seguridade Social como Instrumento de Redução da Desigualdade

219 | O PSB defende que a Seguridade Social, como um conjunto integrado de ações de acesso e permanência universais, de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, está destinada a assegurar os direitos relativos à Saúde (SUS); à Previdência; e à Assistência Social (**Sistema Único de Assistência Social - Suas**)⁶⁵.

220 | A Assistência Social, como um direito, deve ser prestada a quem dela necessitar. Deve alcançar jovens; idosos; e os atingidos pelo desemprego estrutural e pela “uberização” do trabalho; independentemente de contribuição à Seguridade Social.

Tese Nova: Para os socialistas, o Sistema Único de Assistência Social, articulador da Assistência Social enquanto Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada por um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas, tem papel fundamental na redução da pobreza⁶⁶.

65 Acréscimo Comissão de Sistematização.

66 Contribuição Comissão de Sistematização.

Tese Nova: Para o PSB, é fundamental o fortalecimento dos meios e mecanismos que assegurem a concretização dos objetivos estabelecidos pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas): Defesa de Direitos; Vigilância Socioassistencial; e Proteção Social⁶⁷.

Tese Nova: Visando à proteção social e à segurança alimentar, o PSB defende a estruturação de rede de restaurantes populares, que comercializem refeições prontas, nutricionalmente balanceadas, originadas de processos seguros, preponderantemente com produtos regionais e a preços subsidiados⁶⁸.

Tese Nova: Os socialistas entendem que é necessário que, subsidiariamente, os estados e a União, destinem verbas aos municípios, para garantir a implementação e continuidade da rede de restaurantes populares⁶⁹.

221 | A reforma da previdência necessita ser revista, de forma a assegurar as conquistas obtidas durante o processo constituinte.

222 | O PSB defende a adoção de políticas de Estado que assegurem uma Renda Básica universal, **permanente, incondicional, igual e individual⁷⁰**.

| Avançar com o SUS

223 | A saúde é um direito de todos e um dever constitucional do Estado, e deve ser garantida mediante políticas sociais e econômicas. Urge implementar políticas de saúde para assegurar o bem-estar dos pontos de vista físico, mental e social, e prevenir riscos de doenças e outros agravos. Os

67 Contribuição Comissão de Sistematização.

68 Contribuição Comissão de Sistematização.

69 Contribuição Comissão de Sistematização.

70 Contribuição Congresso PSB-DF.

socialistas defendem o acesso universal e igualitário e **equânime**⁷¹ às ações e aos serviços para promoção da vida humana.

224 | O PSB defende a criação e adoção de fonte exclusiva para o financiamento complementar da Saúde Pública, posto que sucessivos governos esvaziaram os recursos da Seguridade Social - que inclui evidentemente a saúde -, via criação da Desvinculação das Receitas da União (DRU).

225 | O SUS é uma das poucas instituições que propiciam ao povo brasileiro o sentimento de pertencimento, pois é um empreendimento social e humanístico, realizado pelo Estado, com a participação da sociedade. Por isso, o PSB defende a garantia da manutenção, do funcionamento e fortalecimento dos Conselhos e Fundos Gestores do SUS.

Tese Nova: O PSB defende a ampliação no atendimento primário, no número de Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e de Equipes de Saúde da Família (ESF). Defende, também, a intensificação de programas de formação de médicos destinados a atender aos serviços próprios do SUS⁷².

226 | O que se impõe para a Saúde, no Brasil, é o enfrentamento de três macrodesafios: mais recursos para a saúde; melhoria da gestão pública; e políticas públicas voltadas à melhoria das condições de vida.

227 | O PSB defende uma política pública integrada, dentro do SUS, para ampliação da oferta de serviços de saneamento básico; acesso à água potável; e à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, como direito humano primordial para o desenvolvimento saudável de todos os brasileiros.

Tese Nova: O PSB defende o fortalecimento do princípio da equidade no Sistema Único de Saúde (SUS), uma vez que as pessoas são diferentes, sendo essas diferenças importantes para a construção de políticas públicas de saúde integral para as populações vulneráveis⁷³.

71 Contribuição Congresso PSB-RJ.

72 Contribuição Congresso PSB-RS.

73 Contribuição Congresso PSB-ES.

| A Educação no Brasil

228 | A educação pública brasileira vem sendo objeto de ataques dos liberais, neoliberais, da direita e da extrema-direita, há muito tempo. A mais cruel tentativa de desmonte do sistema público de educação ocorreu na Ditadura Militar, mediante a adoção do acordo entre *MEC/USAID* - Ministério da Educação) -, que reduziu drasticamente a qualidade da educação pública praticada até os anos 1960. Essa ação desarticulou o processo que levaria à revolução brasileira, uma vez que o modelo educacional vigente propiciava a formação de cidadãos livres e emancipados.

229 | É fundamental assegurar que a educação seja vista como estratégia central na execução de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, que organize e realize os desejos de construção de uma sociedade justa, fraterna e inclusiva, em que todos possam viver, trabalhar e ser felizes, numa economia que valorize o conhecimento e assegure a emancipação.

230 | No Brasil de 2020, havia ainda 11 milhões de brasileiros que não sabiam ler e escrever. É imperativo, portanto, em tal projeto, a união de todos os esforços e energias da sociedade civil, das organizações sociais, das empresas e do Estado, para superar o analfabetismo.

231 | O PSB defende a estruturação de programas sociais e educacionais que garantam o acesso universal e a efetiva permanência **e o êxito** dos alunos nas escolas, em todos os níveis, **tanto nas áreas urbanas como rurais**⁷⁴. Propugna, também, a reestruturação das metodologias de Ensinos Fundamental, médio e **profissional**, que assegure a valorização e a ampliação da autonomia de professores e mediadores educacionais **que promova a autonomia e protagonismo dos estudantes**⁷⁵, ao mesmo tempo em que avance na erradicação do analfabetismo funcional; na prevenção do analfabetismo digital; e na melhoria da qualidade do ensino, refletida em indicadores globalmente aceitos.

74 Contribuição Congresso PSB-RS.

75 Contribuição Congresso PSB-RS e Coletivo de dirigentes e ex-dirigentes dos Institutos Federais de Educação.

232 | O PSB reafirma seu compromisso com uma educação pública, universal e de qualidade, com acesso às novas tecnologias, que garanta a inclusão dos segmentos menos favorecidos, notadamente a população negra, periférica e **LGBTQIA+**⁷⁶, **isolada geograficamente**, no **mundo do** trabalho e nos processos produtivos da economia do conhecimento, **para a evolução contínua de sua formação intelectual e profissional promovendo a melhoria de sua inclusão no mundo do trabalho**⁷⁷.

233 | A **política de permanente redução dos investimentos, em todos os níveis, justifica a afirmação de Darcy Ribeiro, segundo a qual a crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto. É compromisso do PSB retomar os investimentos assegurando o percentual de 10% do PIB para o**⁷⁸ investimento na educação pública; deter o sucateamento de suas estruturas de ensino; e eliminar os mecanismos que excluem grandes parcelas da população pobre do acesso à educação **gratuita e de qualidade, que acaba por facilitar a expansão de instituições de ensino pago**⁷⁹.

234 | O espaço público da educação necessita ser fortalecido e ampliado, no Brasil, por meio do aumento de aporte de recursos, que permita o aprimoramento na formação de professores e a construção de ambientes escolares compatíveis com as exigências da atual realidade, imposta pelo desenvolvimento das novas tecnologias.

Tese Nova: O PSB defende que o ambiente educacional deve buscar a igualdade de direitos, entendendo as subjetividades que perpassam a comunidade escolar. Promovendo a discussão envolvendo a diversidade cultural, étnica, racial, sexual e de gênero, com o objetivo de buscar a redução das diversas formas de opressão e violência⁸⁰.

76 Contribuição Segmento LGBT.

77 Contribuição do Coletivo de dirigentes e ex-dirigentes dos Institutos Federais de Educação.

78 Contribuição do Coletivo de dirigentes e ex-dirigentes dos Institutos Federais de Educação.

79 Contribuição Congresso PSB-RJ.

80 Contribuição Congresso PSB-ES.

Tese Nova: O PSB defende propõe a criação de programas educacionais, que garantam o acesso, a qualidade, o direito de aprender de todos, partindo do pressuposto da educação sustentável na perspectiva inclusiva, respeitando as diversidades culturais, étnica, de gênero e religiosas, respeitando os preceitos contidos Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de *Jomtien* – 1990) e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual afirma que “todos tem direito a educação”. Os objetivos dos programas permeiam ainda, a erradicação do analfabetismo, a ampliação das escolas em tempo integral e aumentar o nível de escolaridade da população brasileira⁸¹.

Tese Nova: Os socialistas defendem a criação de políticas públicas de EJA (Educação de Jovens e Adultos) pautadas na concepção do direito humano à educação continuada ao longo da vida. O PSB entende que é necessário romper com paradigmas educacionais convencionais que imprimem um caráter compensatório (supletivo) à EJA, e que é necessário reconhecer esse público como sujeitos plenos de direitos e de cultura, reafirmando e respeitando a rica tradição brasileira de educação popular, calcada na defesa da educação como processo de emancipação individual e coletiva⁸².

| Instrumentos Norteadores da Educação Brasileira

235 | O PSB propõe que se resgatem as pactuações e se organizem esforços para que sejam cumpridos os princípios norteadores do projeto de educação brasileira. Tais princípios estão contidos⁸³ no Plano Nacional de Educação (PNE).

81 Contribuição Congresso PSB-ES.

82 Contribuição Comissão de Sistematização.

83 Supressão de “*na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e*”. Contribuição do Coletivo de dirigentes e ex-dirigentes dos Institutos Federais de Educação

236 | Importante destacar que, no nível de Educação Infantil (creche e pré-escola), é fundamental que as ações sejam coordenadas e realizadas pela esfera cuja competência lhe foi atribuída, ou seja, os municípios. Ao Ministério da Educação (MEC) compete cumprir as diretrizes estabelecidas por lei e aportar os recursos necessários.

237 | **Mudança de Tese: para o novo Capítulo “Educação Profissional e Tecnológica”, inserido logo após a Tese 247.**

Tese Nova: Estimular o desenvolvimento da agricultura e da agroecologia em espaços urbanos, associando a produção de alimentos (hortas urbanas) com embelezamento (jardinagem comestível); preservação de ambientes verdes; geração de renda; e, sobretudo, estimulando o envolvimento comunitário em projetos criativos de segurança e qualificação alimentar, bem como a promoção de cadeias curtas na economia local, com interfaces nas áreas da saúde preventiva, educação pedagógica e assistência social, entre outras.

| Financiamento e Gestão da Educação Brasileira

238 | O PSB propõe como fundamental, no financiamento da educação, o estabelecimento de modelo de federalismo cooperativo, mantendo, no entanto, a vinculação constitucional de recursos mínimos de 18%, obrigatórios para a União, e 25% para estados e municípios.

239 | Os socialistas posicionam-se frontalmente contra a militarização das escolas. Reconhecem que a medida gera uma sensação de ordem e respeito. **Também** é preciso manter uma escola acolhedora e libertadora, que não iniba os elementos criativos natos em cada um dos seres humanos, **através de uma abordagem psicoeducacional humanista**⁸⁴.

84 Contribuição Segmento PSB Inclusão.

240 | Há que se registrar que o Fundeb, como obra de engenharia educacional e financeira fundamental à vida nacional, é um importante triunfo democrático e civilizatório. Os socialistas defendem que o Fundeb seja fortalecido como política pública, de caráter permanente, ou seja, uma política de Estado e não de Governo.

| Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação

241 | O PSB defende a ampliação do acesso ao Ensino Superior público, com a oferta de vagas universitárias; de políticas de permanência e manutenção das cotas étnico-raciais, sociais e para pessoas com deficiência, enquanto for necessário.

242 | Para o PSB, há que se reajustar crescentemente o quadro de financiamento da pesquisa, no Brasil, uma vez que, historicamente, os recursos destinados ao setor sofrem reduções contínuas.

243 | O PSB opõe-se fortemente aos projetos neoliberais, pois buscam liquidar o sentido público das instituições federais de ensino. Esses projetos procuram alterar os eixos históricos que sustentam o caráter público e socialmente referenciado das instituições, ou seja, voltados ao atendimento dos interesses da sociedade.

244 | O PSB defende a regulamentação do Artigo 207 da Constituição Federal, que definiu as características essenciais da autonomia didático-científica, administrativa, bem como de gestão financeira e patrimonial das universidades públicas.

245 | A captação de recursos próprios, pelas instituições de Ensino Superior, não pode e não deve submeter essas instituições aos interesses exclusivos do mercado.

246 | O PSB entende que somente o fortalecimento do sistema nacional de produção de Ciência, Tecnologia e Inovação (C&T&I), com forte aporte de recursos financeiros no setor, pode resultar em fortalecimento do desenvolvimento autônomo e soberano da nação brasileira. **Esse aporte de**

recursos deve ser extensivo a todas as formas de produção que devem vir desde as tecnologias mais complexas até as chamadas tecnologias sociais, cujo objetivo é a melhoria da vida das pessoas⁸⁵.

247 | A consolidação da economia criativa implica a inserção da ciência e tecnologia na construção de um projeto genuíno de desenvolvimento nacional, fortalecendo as instituições públicas de ensino e pesquisa do País e criando canais de interlocução com o setor produtivo.

| Educação Profissional e Tecnológica

Mudança de local da Tese 237: A educação profissional e tecnológica⁸⁶ deve ser um dos pilares de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, com o objetivo de garantir que a população menos favorecida não seja destinada aos subempregos, devendo, para esse fim, se agregar a ampliação de vagas universitárias e a manutenção, enquanto for necessário, da política de cotas sociais e raciais.

Tese Nova: A educação profissional e tecnológica é a modalidade que perpassa toda a educação brasileira, desde a educação básica até a educação superior, integrando às demais modalidades educacionais e às dimensões do mundo trabalho, da ciência, da cultura, da tecnologia e da cidadania, ofertada em suas diferentes e diversas formas: qualificação profissional, educação profissional técnica de nível médio (integrado, concomitante e subsequente) e educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (cursos superiores de tecnologia, especialização, mestrado e doutorado profissionais)⁸⁷.

85 Contribuição Congresso PSB-SC.

86 A Tese 237 (original do Livro 5) mudou de lugar. Contribuição do Coletivo de dirigentes e ex-dirigentes dos Institutos Federais de Educação.

87 Contribuição do Coletivo de dirigentes e ex-dirigentes dos Institutos Federais de Educação.

Tese Nova: O PSB defende a ampliação do acesso ao ensino Profissional, Científico e Tecnológico público, ampliando a oferta de vagas federais e estaduais, defendendo políticas de ampliação do acesso, permanência e êxito de estudantes das classes sociais menos favorecidas e de pessoas com deficiências educacionais específicas⁸⁸.

Tese Nova: O PSB opõe-se fortemente aos projetos neoliberais, pois buscam liquidar o sentido público das instituições federais de ensino profissional científico e tecnológico. Esses projetos conflitam com os fundamentos históricos que sustentam a natureza pública e de forte caráter social na formação dos estudantes dessas instituições⁸⁹.

Tese Nova: O PSB defende a consolidação do Artigo 206 da Constituição Federal de 1998, onde o ensino será ministrado com base em princípios, em especial o “[...] V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas [...]”⁹⁰.

Tese Nova: O PSB, defende a consolidação do disposto na Lei nº 11.892/2008, que confere às instituições constituintes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculadas ao Ministério da Educação, autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar⁹¹.

88 Contribuição do Coletivo de dirigentes e ex-dirigentes dos Institutos Federais de Educação.

89 Contribuição do Coletivo de dirigentes e ex-dirigentes dos Institutos Federais de Educação.

90 Contribuição do Coletivo de dirigentes e ex-dirigentes dos Institutos Federais de Educação.

91 Contribuição do Coletivo de dirigentes e ex-dirigentes dos Institutos Federais de Educação.

Tese Nova: O PSB, defende a captação de recursos próprios pelas instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para ampliar o empreendedorismo social e a economia criativa, especialmente para o desenvolvimento dos ecossistemas de inovação⁹².

| Revolução Criativa na Educação

248 | O PSB defende que a educação é o principal instrumento de combate às desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira.

249 | O desenvolvimento educacional deve ser a base dos desenvolvimentos econômico e social. E a educação pública de qualidade é a principal política social, pois permite à criança, ao adolescente e ao jovem, terem uma formação para a vida em geral, inclusive para o mundo do trabalho; somente como política social de Estado, como educação crítica e criativa, é que poderá assegurar e promover a emancipação do indivíduo.

Tese Nova: O PSB defende a implementação de programas de ensino de habilidades socioemocionais nas escolas, para a construção de um ambiente mais acolhedor aos professores e alunos, como método de redução dos altos índices de doenças psicossomáticas e suicídio entre crianças, jovens e adultos⁹³.

250 | Para ser plenamente efetiva, a igualdade de oportunidades implicaria tornar o Ensino Fundamental totalmente gratuito e acessível a todas as camadas da sociedade, a exemplo do que já ocorre em diversos países, como, por exemplo, os Estados Unidos, Israel e algumas social-democracias europeias. Os filhos dos trabalhadores pobres precisam ter o mesmo espaço escolar que os filhos das classes média e abastadas.

92 Contribuição do Coletivo de dirigentes e ex-dirigentes dos Institutos Federais de Educação.

93 Contribuição dos debates sobre Economia Criativa (Ana Carla Fonseca e Lidia Goldenstein).

251 | O PSB entende que, para garantir a educação como um direito, e não um privilégio, **a educação básica**⁹⁴ deve ser oferecida em tempo integral.

252 | A qualificação e a valorização dos professores são requisitos imprescindíveis para alcançar a educação defendida pelo PSB, com a garantia da liberdade de expressão e de cátedra.

253 | **O PSB propõe uma revolução criativa na educação. Para tanto, entende a necessidade de ressignificar as práticas pedagógicas atuais, que tem por base concepções mecanicistas da educação; interrompem o processo criativo; e potencializam a competitividade exacerbada, tornando-as instrumento de uma formação cidadã, conectada as transformações tecnológicas, que valoriza a arte; cultura; o pensamento sustentável; a empatia; tolerância; e a liberdade criativa dos brasileiros**⁹⁵.

| Direito Social ao Trabalho

254 | O PSB defende a regulamentação dos direitos trabalhistas previstos do artigo 7º ao artigo 11 da Constituição, que estabelecem dispositivos como a proteção contra a despedida arbitrária, o seguro-desemprego, o salário mínimo, as jornadas de 8 horas (normal) e de 6 horas para trabalho ininterrupto, e a criminalização da retenção dolosa do salário.

255 | Diferentemente de outros direitos sociais, como saúde e educação, o direito ao trabalho não conta com instrumentos jurídicos e administrativos que garantam seu cumprimento pelo Estado como, por exemplo, a aquisição de um emprego ou atividade rentável, precisa, de políticas públicas e medidas macroeconômicas.

94 Contribuição Segmento PSB Inclusão.

95 Contribuição Segmento JSB.

256 | O PSB defende o fortalecimento da política de trabalho, através da tríade qualificação social e profissional, seguro-desemprego e intermediação de mão de obra. Esse último pilar, quando desenvolvido pela iniciativa privada, deve ser mais bem regulamentado, com severo controle social e do Estado.

257 | O PSB defende, com urgência, a adoção e promoção de políticas que diminuam as dramáticas taxas de desemprego e desalento, decorrentes de políticas macroeconômicas liberais, bem como das mudanças do cenário do trabalho e emprego, ocorridas em razão do desenvolvimento das novas tecnologias. E, particularmente, para aqueles que ainda não tiveram acesso ao primeiro emprego, o PSB propõe que a promoção do trabalho deve se dar como Trabalho Decente, segundo apregoa a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em sua plataforma.

258 | Cabe aos socialistas brasileiros a defesa da Constituição de 1988 e a luta pela revogação da emenda constitucional chamada Reforma Trabalhista, do Governo Têmer, bem como a formulação de uma verdadeira reforma trabalhista, capaz de defender novos direitos para os trabalhadores, numa sociedade em que o modelo de produção se modifica rapidamente com a revolução tecnológica, gerando desemprego, subemprego e a “uberização” do trabalho.

| Segurança Pública

259 | Na segurança pública, é necessário identificar que, no cenário político mais amplo, há claras dificuldades em se conjugar **a realidade social**⁹⁶ com medidas preventivas e repressivas e acabar com o falso antagonismo entre segurança pública e direitos humanos.

260 | A pauta da segurança pública adquire, a partir dos anos 1990, contornos nacionais, com diversas tentativas de implementação de um plano

96 Contribuição Congresso PSB-RS e Torstein Ferraz.

nacional de segurança que fosse além do brevíssimo traçado constitucional sobre a área.

261 | A criminalização da pobreza; o aumento da criminalidade violenta; o fortalecimento do crime organizado; das facções criminosas e **das milícias**⁹⁷, fazem com que a segurança pública seja uma das preocupações atuais de todos os brasileiros.

262 | Os custos do combate à violência chegam a 5,4% do PIB. A indústria e o Estado⁹⁸ já gastam mais com segurança do que com pesquisa e desenvolvimento, e os elevados índices de criminalidade afetam o turismo e o investimento em várias áreas.

263 | As velhas propostas do Congresso Nacional, que se restringem à tipificação de novos crimes, ao aumento das penas e ao endurecimento do regime de seu cumprimento, têm-se mostrado ineficazes e agravantes dos problemas. **É urgente aperfeiçoar a legislação penal; processual penal; execução penal; e reformar o sistema penitenciário, para definitivamente localizá-lo no âmbito da administração da justiça, cidadania e direitos humanos**⁹⁹.

Tese Nova: O PSB compreende que é necessário destinar recursos aos municípios para aprimoramento de seus sistemas de inclusão e proteção social, com a finalidade de reduzir as desigualdades sociais; possibilitar a quebra dos ciclos de violência, e, em conjunto com políticas educacionais, culturais e de geração de emprego, estabelecer novas condições de proteção social¹⁰⁰.

264 | A prática nas gestões estaduais socialistas, de Pernambuco, Espírito Santo, Distrito Federal e Paraíba, mostrou que é possível inovar na gestão e desenhar políticas de segurança comprometidas com a redução da violência, em um cenário de respeito aos direitos humanos. **O aperfeiçoamento profissional dos corpos funcionais e demais instituições**

97 Contribuição Congresso PSB-RS e Torstein Ferraz.

98 Contribuição Congresso PSB-RS e Torstein Ferraz.

99 Contribuição Congresso PSB-RS e Torstein Ferraz.

100 Contribuição Congresso PSB-RS e Torstein Ferraz.

que se relacionam com a Segurança Pública, elevam a compreensão dos servidores e melhoram a relação com a sociedade¹⁰¹.

265 | A proteção dos direitos humanos, como valor fundamental, **a capacitação dos profissionais para lidar com a população LGBTQIA+¹⁰²**, e a inovação na conjugação de políticas de **inclusão social¹⁰³**, com programas e ações de prevenção qualificada, devem ser o ponto de partida para propor novas estratégias para a redução da violência e a promoção da segurança pública.

Tese Nova: Para reduzir a letalidade das ações policiais, principalmente em relação à juventude negra do país, os socialistas defendem, entre outras medidas legais e de ordem prática, como o uso de câmeras nos fardamentos, uma profunda reformulação na formação e qualificação dos profissionais de segurança pública, com ênfase especial nos direitos humanos¹⁰⁴.

Tese Nova: O PSB opõe-se fortemente às políticas armamentistas que visam a facilitar o acesso a armas de fogo para a população civil, considerando que, numa democracia, o monopólio da violência é prerrogativa exclusiva do Estado de Direito Democrático¹⁰⁵.

266 | A segurança **deve ser estruturada com base em políticas públicas de inclusão social**, e, como tal, deve ser gerida, **considerando a complexidade e diversidade de culturas**. Há que se desenvolver, para a área, mecanismos de governança, inclusive orçamentária; aproveitar as experiências de gestão com resultados bem-sucedidos, como as implementadas nos governos do PSB, que utilizam mecanismos de gestão sofisticados e **articulação interinstitucional**, de implantação relativamente simples e **rápida¹⁰⁶**.

101 Contribuição Congresso PSB-RS e Torstein Ferraz.

102 Contribuição Segmento LGBT.

103 Contribuição Congresso PSB-RS e Torstein Ferraz.

104 Contribuição Comissão de Sistematização.

105 Contribuição Comissão de Sistematização.

106 Contribuição Congresso PSB-RS e Torstein Ferraz.

267 | Esses mecanismos englobam o estabelecimento de objetivos e prioridades específicos; a definição de metas baseadas em indicadores de desempenho; especificação de planos de ação direcionados a áreas territoriais integradas; o fortalecimento da produção das estatísticas e da análise criminal; **e o acompanhamento dos índices de desenvolvimento humano e econômico, bem como políticas para sua efetiva melhoria**¹⁰⁷.

Tese Nova: Ampliar a participação percentual de investimentos destinados às áreas de inteligência e investigação policial no total de recursos destinados à segurança pública pela União, estados e Distrito Federal¹⁰⁸.

268 | O PSB defende que o modelo do SUS deve ser um ponto de partida relevante para a estruturação de um modelo de governança da segurança pública. Ainda, o estímulo à cultura de monitoramento e à avaliação de políticas, programas e ações de segurança deve ser contínuo e as avaliações devem contar com mecanismos efetivos de participação social.

| Mais Mulheres no Poder

269 | Os socialistas defendem a igualdade de gênero como a base necessária para o desenvolvimento de uma democracia econômica, social e política substantiva. Somente o alcance da igualdade de gênero permitirá superar opressões estruturadas em um sistema patriarcal, machista, racista e LGBTfóbico, que marginaliza indivíduos e grupos sociais.

270 | O PSB garante a bandeira do fortalecimento dos direitos e da cidadania, nas múltiplas identidades que compõem o ser mulher, reconhecido no sentido de “gênero feminino”, com um olhar inclusivo para as identidades femininas mais vulnerabilizadas em nossa sociedade.

107 Contribuição Congresso PSB-RS e Torstein Ferraz.

108 Contribuição Congresso PSB-RJ.

271 | O PSB **defende** a humanização **do atendimento à saúde das mulheres em todas as suas especificidades, incluindo a saúde mental, tornando o atendimento à saúde integral da mulher uma política de Estado e a implementação**¹⁰⁹ e estruturação de unidades hospitalares e de especialidades da saúde da mulher, na rede do Sistema único de Saúde - SUS.

Tese Nova: O PSB defende a criação e implementação de políticas públicas e programas de combate à pobreza menstrual a fim de reduzir a desigualdade de gênero e promover a dignidade, compreendendo que tais políticas são destinadas não apenas as mulheres cisgênero, mas também aos homens transgênero e pessoas não binárias que menstruam¹¹⁰.

272 | O PSB defende políticas para a valorização do trabalho de assistência e doméstico não remunerado, exercido historicamente por meninas e mulheres, que visem ampliar a disponibilização de serviços públicos, melhorar a infraestrutura e as políticas de proteção social.

273 | O PSB defende, além de igualdade salarial **para o mesmo trabalho**¹¹¹, a qualificação profissional nas áreas tecnológicas, e a criação de programas de emprego e renda com políticas **públicas** de fomento ao empreendedorismo, para mulheres, **como a implantação de remuneração para o exercício de tais trabalhos**¹¹². **O Partido combaterá qualquer discriminação e assédio contra as mulheres no ambiente de trabalho e será contra a demissão imotivada**¹¹³.

274 | O PSB repudia qualquer forma de violência contra meninas e mulheres, **com ênfase no feminicídio**, comprometendo-se e se compromete a lutar pela ampliação e fortalecimento das políticas públicas para a prevenção e o enfrentamento à violência de gênero, através de redes articuladas **nos**

109 Contribuição Segmento Mulheres Socialistas.

110 Contribuição Segmento JSB.

111 Contribuição Segmento SSB.

112 Contribuição Segmento Mulheres Socialistas.

113 Contribuição Segmento SSB.

partidos, nas organizações sociais¹¹⁴ por municípios, regiões e estados.

Tese Nova: O PSB repudia com veemência quaisquer atos de violência política em relação às mulheres que as depreciem com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os seus direitos políticos. Os socialistas defendem o pleno acesso das mulheres às instâncias de representação política e o exercício de funções públicas¹¹⁵.

275 | O PSB se compromete a desenvolver ações educativas de combate à masculinidade tóxica, à cultura patriarcal e todas as formas de violência, em todas as esferas da sociedade: o machismo, a misoginia, o racismo, a LGBTfobia e o capacitismo, que é definido como o preconceito contra pessoas com deficiência¹¹⁶.

276 | O PSB reconhece a necessidade das políticas afirmativas e bandeiras de lutas feministas, como a garantia do aborto legal, assegurado pelo SUS, avançando para a sua descriminalização de forma ampla.

277 | Para garantir a autonomia das mulheres é preciso lutar pelos direitos sociais previstos na Constituição. Neste sentido, o PSB defende as creches públicas, **outros equipamentos sociais** e políticas **públicas**¹¹⁷ que contribuam para a autonomia das mulheres, como instrumento de emancipação política, econômica e financeira.

278 | A tese foi aglutinada com a Tese 281. Contribuição Segmento Mulheres Socialistas.

279 | Os socialistas defendem a criação e implementação de programas de capacitação e formação política para mulheres, em suas comunidades, sob responsabilidade de movimentos sociais, partidos políticos e Estado, com vistas à ampliação e fortalecimento de sua presença nos espaços de poder e de decisão.

114 Contribuição Segmento Mulheres Socialistas.

115 Contribuição Segmento Mulheres Socialistas.

116 Contribuição Segmento PSB Inclusão.

117 Contribuição Segmento Mulheres Socialistas.

280 | Para superar a sub-representação das mulheres nos espaços de poder e de decisão, o PSB considera primordial a promoção de ações na cultura e socialização política do País, nas famílias, escolas, instituições estatais e nos partidos políticos.

281 | **Fusão com a Tese 278: O PSB defende a paridade de representação de gênero em todos os espaços de poder da sociedade, sejam eles públicos ou privados, incluídos os partidos políticos e os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário¹¹⁸.**

282 | O PSB tem como objetivo alcançar a paridade da representação feminina na composição dos Diretórios e Executivas Municipais, Estaduais, Distrital e Nacional, com o compromisso de estabelecer metas e apresentar dados para controle público.

283 | As gestões socialistas devem criar organismos de política de gênero, criando e/ou fortalecendo mecanismos legais de controle e participação social e reservando fundos para implantar equipamentos de enfrentamento à violência de gênero.

| Emancipação e Empoderamento da População Negra

284 | O PSB compreende que a luta antirracista está indissolavelmente ligada a uma estratégia civilizatória de igualdade social pela qual o Partido luta.

285 | O Brasil é o primeiro país em população afrodescendente fora do continente africano. De acordo com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 54% dos brasileiros são negros ou pardos. Essa população tem sofrido com a violência advinda de estereótipos raciais, sendo, segundo dados do Mapa da Violência de 2019, 75% das vítimas de homicídio, e, segundo o InfoPen, mais de 63% da população carcerária, desde 2017. A

118 Contribuição Segmento Mulheres Socialistas.

esses fatores somam-se a falta de representatividade nos espaços de poder; alta taxa de evasão escolar; dificuldade de acesso e permanência no Ensino Superior; e renda per capita inferior à renda de pessoas brancas.

286 | A disparidade social, advinda das problemáticas causadas pelo racismo estrutural, enseja a luta do movimento negro pela sobrevivência e igualdade social e material das pessoas pretas e pardas no Brasil, luta reconhecida e defendida pelo PSB.

287 | O PSB defende a necessidade do aumento da representação das negras e dos negros nos poderes executivo, legislativo e judiciário, e nos demais espaços de poder, o que permitirá superar a afirmação meramente casual e se converter em ações concretas.

288 | Ao fazer um recorte de gênero e raça, na estrutura do sistema tributário vigente, percebe-se que, proporcionalmente à renda, são as mulheres negras pobres que mais pagam impostos e as que recebem os menores salários.

289 | O PSB é solidário e copartícipe, - através de suas instâncias partidárias, e que têm na Negritude Socialista seu principal porta-voz -, das demandas dos movimentos negros, que não se restringem à questão racial, mas também se relacionam com problemas sociais, econômicos e culturais que incidem sobre a população negra.

290 | As nuances do racismo institucional precisam estar inseridas na lei de criminalização da discriminação racial, para que o crime de racismo, tipificado no artigo 5º da CF, tenha eficácia nos casos concretos.

291 | O PSB afirma seu compromisso com políticas públicas de acompanhamento social; apoio à alimentação, moradia; acesso a livros e transporte; como forma de garantir a permanência da população negra nas instituições de ensino.

292 | O PSB entende que é necessária a efetiva aplicação das leis de reparação histórica, como a Lei 11.645/2008, que determina o ensino da história afro-brasileira nas escolas; o decreto que regulamenta o reconhecimento e a demarcação de terras ocupadas por descendentes de quilombolas; e a proibição de diferenças de salários; de exercício de funções; e de critérios de admissão por motivo de raça.

293 | O PSB refuta a lógica racista utilizada pelo sistema de segurança pública brasileiro, que centraliza nas favelas e periferias toda a responsabilidade

pela violência, a fim de legitimar o genocídio da população negra, sem resolver a problemática da crescente violência social. Ainda, nesse sentido, defende o fim dos autos de resistência.

294 | O PSB defende que o recorte racial também seja realizado nas políticas educacionais, em consonância com a política de cotas, para garantir que a população preta e parda não seja destinada a subempregos. Somando a esse objetivo, a regulamentação trabalhista e a fortificação de suas leis de proteção, como a Lei Complementar 150/ano, que regula o emprego doméstico. Defende, ainda, a eliminação do trabalho infantil e do trabalho análogo à escravidão.

295 | A liberdade religiosa é defendida pelo PSB como base da garantia do direito juridicamente instituído da livre prática dos cultos religiosos, em destaque das religiões de matriz africana. Defende-se também, nesse sentido, a criminalização da intolerância religiosa.

| Garantia dos Direitos dos Povos Indígenas

Tese Nova: Considerando a importância da cultura indígena para a formação cultural do Brasil, os socialistas defendem a integridade cultural e o bem-estar físico dos povos indígenas; de suas comunidades e organizações, de maneira que sejam respeitadas suas terras; seus usos; costumes; línguas; crenças; tradições; e valores antropológicos, e que sejam preservados sua autodeterminação e os direitos humanos¹¹⁹.

Tese Nova: O PSB reconhece como fundamental a garantia de direitos coletivos dos povos indígenas à propriedade das terras que, tradicionalmente, ocupam e usam para suas atividades produtivas e ao usufruto dos recursos naturais nelas existentes, conforme preconizados

119 Contribuição Comissão de Sistematização.

pela Constituição de 1988¹²⁰.

Tese Nova: Diante de interesses econômicos alheios aos direitos dos povos indígenas, os socialistas defendem a implementação de políticas públicas voltadas à proteção endógena dos conhecimentos tradicionais; à valorização do patrimônio cultural indígena; e à preservação da sociobiodiversidade¹²¹.

Mudança de local (antiga Tese 204, Livro 5): O PSB defende a adoção de medidas que tenham por objetivo recuperar as políticas que garantam a homologação de terras indígenas, da reforma agrária e da regularização fundiária de povos e comunidades tradicionais¹²².

| Idosos, uma Nova Realidade

296 | Considerando-se que, até 2030, o Brasil será um “País idoso”, quando a população acima de 60 anos superará a de 15 anos, e que as desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira se refletem mais severamente entre essa população de idosos, o PSB propõe a construção de políticas públicas orientadas para a superação das debilidades históricas da rede de proteção e de acolhimento a esses idosos.

297 | Ressalte-se que existem instrumentos importantes para a implementação de programas e políticas públicas para o idoso, como os Conselhos e Fundos (nacional, estaduais e municipais), que devem ser estimulados e multiplicados por todo o Brasil.

298 | O PSB propugna uma agenda de políticas públicas, que são necessárias à manutenção e ampliação de programas de apoio à saúde, como

120 Contribuição Comissão de Sistematização.

121 Contribuição Comissão de Sistematização.

122 Tese 204, mudou de local. Antes estava no Capítulo Biomas Brasileiros, Ativos do Desenvolvimento – página 75 – Livro 5.

o fornecimento gratuito ou subsidiado de remédios para doenças crônico-degenerativas e a ampliação dos espaços de atendimento geriátrico no SUS.

299 | O PSB defende o aumento dos investimentos em pesquisas médicas, odontológicas e psicológicas, para superação de enfermidades físicas, neurológicas e mentais, características da velhice, por exemplo, por meio de abertura de editais nos órgãos de fomento específicos para essas áreas.

Tese Nova: O PSB reitera preceito inscrito na Política Nacional do Idoso, de que o acolhimento familiar deve ser estimulado sobre qualquer outro. No entanto, para os idosos que não o possuem, é fundamental humanizar as casas-lares, orientando e incentivando a implantação de atividades lúdico-educativas intergeracionais em convênio com escolas e abrigos infantis¹²³.

300 | O PSB defende que a terceira idade seja reconhecida como uma etapa da vida com possibilidades e que seja desmistificada a ideia do idoso incapaz, por meio de ações que visem a inclusão da pessoa idosa na sociedade, inclusive através da qualificação digital, como forma de evitar e eliminar a exclusão, mediante programas que reduzam os impactos naturais da senescência¹²⁴. Se lhe trouxer felicidade, o Estado deve assegurar aos idosos a oportunidade de estarem no mercado de trabalho¹²⁵.

301 | Os socialistas defendem políticas públicas de acolhimento e reeducação, que garantam à população idosa anos tranquilos de vida com suas famílias, ou, alternativamente, em ambientes sociais que respeitem suas limitações e lhes garantam conforto e saúde. Opções como casas de apoio ou condomínios de idosos, sob responsabilidade do Estado, com plena acessibilidade, devem ser concretizados.

302 | É importante, ainda, garantir aos idosos uma renda justa, que possa lhes propiciar o acesso a bens disponibilizados à sociedade, possibilitando-lhes uma vida ativa e feliz, com acesso à cultura, às artes e a outras atividades que lhes assegurem uma vida decente e plena.

123 Contribuição Carlos Antônio Almeida de Oliveira.

124 Contribuição Segmento JSB.

125 Contribuição dos debates sobre Economia Criativa (Ana Carla Fonseca e Lidia Goldenstein).

| Direito à Juventude Plena

303 | O PSB, baseado inclusive em sua própria experiência, defende a ampliação de espaços na política para atuação da juventude, nos partidos e fora deles e nos movimentos sociais.

304 | O PSB compromete-se a definir estratégias específicas para estimular a participação de jovens na política, que inclua a formação de quadros e a relação do Partido com as organizações juvenis e estudantis.

305 | Enquanto as crianças e adolescentes representam cerca de 33% da população brasileira, entre os mais pobres este patamar é maior. Um recorte, pela pobreza, cruzado com a idade, revela que a população mais pobre tem um contingente ainda maior de crianças e adolescentes (40,2%); por isso, também, o PSB defende o **desenvolvimento de** políticas públicas articuladas, **com o objetivo de fortalecer e reconhecer a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que deriva exatamente de reafirmar a proteção de pessoas que vivem em períodos de intenso desenvolvimento psicológico, físico, moral e social**¹²⁶.

306 | Os jovens brasileiros, na sua maioria, são levados a entrar no mercado de trabalho pela via da informalidade ou de forma precarizada. Além disso, a reforma trabalhista e a reforma previdenciária, realizadas nos governos Temer e Bolsonaro, agravaram as perspectivas de direitos. O PSB defende a revisão das reformas trabalhista e previdenciária, com a estruturação de políticas públicas de inserção da juventude no mercado de trabalho.

307 | É necessário rever a reforma do ensino médio, que tornou o ensino demasiadamente tecnicista, bem como manter-se firme contra projetos de militarização do ensino e de projetos como o “escola sem partido”, reafirmando o apoio à escola em tempo integral.

308 | **O PSB compromete-se em desenvolver**¹²⁷ políticas públicas

126 Contribuição Congresso PSB-ES

127 Contribuição Congresso PSB-ES

que garantam a universalização do acesso e a **permanência**¹²⁸ ao Ensino Médio e Superior, e o estabelecimento de cotas afirmativas como política de incentivo à não evasão, **com projetos que possibilitem os jovens a terem uma renda, como bolsa de estudos ou auxílio escolar em conjunto com empresas**¹²⁹.

Tese Nova: O PSB defende a institucionalização de uma política pública de Passe Livre Estudantil universal, inclusivo e gratuito nos modais de transportes públicos urbanos de todo território nacional, uma necessidade urgente para garantir aos estudantes dos ensinos fundamental, médio e superior, a mobilidade urbana para acessar os espaços de promoção ao esporte, cultura e lazer¹³⁰.

Tese Nova: O PSB defende que a educação deve servir à erradicação de todas as formas de preconceito e para tal incluir em seus currículos abordagens sobre gênero, identidade de gênero, orientação sexual, raça e diversidade religiosa¹³¹.

309 | Quanto aos espaços de desenvolvimento da vida juvenil, é preciso garantir o direito à permanência da juventude rural no campo, daqueles jovens que assim desejarem, com programas de reforma agrária, de desenvolvimento de instrumentos de economia, garantidores dessa permanência, de acesso à saúde, à segurança e à educação, para uma vida digna.

310 | No aspecto urbano, ao se analisar a distribuição populacional, é preciso ter especial atenção às juventudes periféricas (pretas e pobres), para assegurar a presença e o acesso do Estado nessas regiões, garantindo moradia digna, emprego, renda, educação, mobilidade, **acessibilidade**¹³² e segurança para essa população juvenil.

128 Contribuição Segmento JSB.

129 Contribuição Congresso PSB-ES

130 Contribuição Segmento JSB.

131 Contribuição Segmento LGBT.

132 Contribuição Segmento PSB Inclusão.

311 | O PSB defende o apoio a políticas que possibilitem ao jovem a aquisição de renda, por meio de iniciativas como o empreendedorismo jovem; em especial, nas novas áreas surgidas com o desenvolvimento da sociedade do conhecimento; e, em particular, para a juventude das periferias urbanas, onde predomina a juventude negra.

312 | É necessário garantir, às populações jovens, o acesso à justiça, bem como uma abordagem policial que não resulte na eliminação física dos jovens, sobretudo nas periferias brasileiras, decorrente da prática comum e descontrolada das justificativas expressas nos “autos de resistência”.

313 | O PSB defende a necessidade de construir alternativas às políticas de segurança pública vigentes, que são baseadas fundamentalmente na repressão e no preconceito, que penalizam fortemente as populações jovens periféricas e negras, tendo como resultado a negação do simples direito à própria vida.

314 | Ainda, é necessário atualizar a política nacional sobre de drogas, de modo a integrá-la a outras políticas sociais, especialmente com as da saúde, **física e mental, e assistência social, dando especial atenção às políticas de redução de danos**¹³³.

315 | *Mudança de local: A tese original mudou de lugar em função da criação do novo “Capítulo Políticas Para o Esporte”.*

Tese Nova: O PSB é contra a redução da maioria penal e a favor do fortalecimento das medidas socioeducativas com vista à recuperação e formação dos jovens em conflitos social e judicial¹³⁴.

316 | É preciso reforçar, no mínimo, os direitos ao aborto, assegurados em lei, às jovens cuja gravidez foi decorrente de situações de imposição, como é o caso do estupro.

317 | O PSB defende a necessidade da formulação e adoção de políticas públicas sobre os direitos sexuais e reprodutivos dos jovens, nas idades adequadas.

133 Contribuição Congresso PSB-RJ.

134 Contribuição Segmento SSB.

| Políticas Para o Esporte

Mudança de local: (Antiga Tese 315 – Livro 5): O PSB defende a necessidade de ampliação e universalização do acesso às políticas públicas de esporte, cultura e lazer.

Tese Nova: Os socialistas apoiam todas as iniciativas de atração e inclusão da população brasileira, notadamente a infância e a juventude, às atividades esportivas, por entender que o esporte organiza, nas pessoas, habilidades, como planejamento; ação coletiva; cuidados com a saúde; companheirismo; cooperação; e administração de frustrações; entre outras, sendo fundamental para o desenvolvimento da cidadania, muito especialmente por ser um espaço em que as diferenças sociais podem ser amenizadas¹³⁵.

Tese Nova: Os socialistas compreendem que as atividades esportivas e culturais propiciam uma forma inteligente, inclusiva e criativa de ofertar a crianças, adolescentes e jovens, uma possibilidade de convívio harmônico, sucesso e reconhecimento social¹³⁶.

Tese Nova: O esporte é uma forma de exercer a competitividade, notadamente da população jovem, sem que esse exercício implique a destruição do adversário ou do oponente, como acontece na guerra¹³⁷.

Tese Nova: O apoio às políticas públicas para esporte, é fundamental, pois as atividades esportivas constituem-se em importante

135 Contribuição da Comissão de Sistematização a partir das reflexões com Prof. Dr. Pedro Hallal no âmbito dos debates realizados pelo Programa Revolução Brasileira do Século XXI, do Socialismo Criativo.

136 Contribuição da Comissão de Sistematização a partir das reflexões com Prof. Dr. Pedro Hallal no âmbito dos debates realizados pelo Programa Revolução Brasileira do Século XXI, do Socialismo Criativo.

137 Contribuição da Comissão de Sistematização a partir das reflexões com Prof. Dr. Pedro Hallal no âmbito dos debates realizados pelo Programa Revolução Brasileira do Século XXI, do Socialismo Criativo.

fator de integração; combate ao racismo e à LGBTfobia, possibilitando a diminuição da criminalidade juvenil oriunda das desigualdades sociais. Adicionalmente, representam ainda importante fonte de geração de empregos, desde a administração do esporte, o ensino da prática esportiva, e a possibilidade do esporte profissional¹³⁸.

Tese Nova: As políticas públicas devem receber investimentos segundo três enfoques, em proporções aproximadas de 60%, 30% e 10%. O primeiro enfoque, e que deve receber a maior parte dos investimentos, é o esporte amador, e que alcança a maioria da população, com atividades físicas para a saúde. O segundo enfoque, é o esporte escolar, que deve ser mais diversificado do que o modelo atual; e o terceiro, que poderá também receber os benefícios dos investimentos nos dois primeiros enfoques, é o esporte de alto rendimento¹³⁹.

| Por uma Reforma Agrária que se Conecte ao Brasil do Futuro

318 | A reforma agrária, presente na história da imensa maioria dos países capitalistas, ainda está, em sentido estrito, por se realizar, no Brasil.

319 | A reforma agrária deve atender a uma demanda emergencial de famílias pobres e envolvidas em conflitos fundiários, e servir de vetor de desenvolvimento, em especial, nas regiões do Brasil interiorano, que apresentam baixo dinamismo. Também deve estimular novas formas de uso

138 Contribuição da Comissão de Sistematização a partir das reflexões com Prof. Dr. Pedro Hallal no âmbito dos debates realizados pelo Programa Revolução Brasileira do Século XXI, do Socialismo Criativo.

139 Contribuição da Comissão de Sistematização a partir das reflexões com Prof. Dr. Pedro Hallal no âmbito dos debates realizados pelo Programa Revolução Brasileira do Século XXI, do Socialismo Criativo.

dos recursos naturais, por meio da regularização fundiária e de políticas de valorização dos produtos da biodiversidade, com a promoção do uso de novas fontes de energia.

320 | A reforma agrária, como parte da política fundiária, deve se constituir em um instrumento para o uso sustentável dos recursos naturais, sobretudo naquelas regiões nas quais há maior fragilidade ambiental. **Deve-se constituir em política pública que propicie melhoria das condições de vida do pequeno agricultor¹⁴⁰.**

321 | O PSB advoga a tese de que uma política de reforma agrária não deve apoiar-se na mera e simples distribuição de terras – embora isso seja um elemento fundamental - e na dotação de infraestrutura, mas, em pelo menos três modalidades de política fundiária, associadas às demais políticas do governo federal (acesso a mercados, conservação do meio ambiente e investimentos em ciência e tecnologia), convertendo-se em uma política de desenvolvimento e ordenamento territorial.

322 | O PSB defende a proposta de adoção de um marco legal para a reforma agrária: o Estatuto do Brasil Rural. Concebido a partir de amplo e democrático pacto socioambiental, deve estabelecer diretrizes e metas de médio e longo prazos, acerca de um conjunto de indicadores sociais e ambientais, que permitam concretizar um cenário desejado para o Brasil rural, no intervalo de uma geração, garantindo as peculiaridades de regiões e municípios brasileiros.

Tese Nova: A Reforma Agrária deve garantir o direito legal de posse e apoio à agricultura familiar, a manutenção da previdência rural e o estímulo a agricultura orgânica. Deve atender prioritariamente às famílias pobres e envolvidas em conflitos fundiários; realizar a reorganização fundiária; rever a forma de cálculo dos índices de produtividade; unificar o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais; e rever o ITR e a Lei de Responsabilidade Socioambiental¹⁴¹.

140 Contribuição Congresso PSB-SC.

141 Contribuição Congresso PSB-DF.

| Revolução Criativa na Agricultura Familiar e na Agroecologia

Tese Nova: O PSB defende a Agricultura Familiar como um vetor importante de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, uma vez que a considera como uma ideia de desenvolvimento do meio rural, não apenas como política social, mas instrumento econômico para viabilizar as seguranças alimentar e nutricional, a valorização da cultura e a preservação e valorização de um modo de vida que envolve, no início da terceira década do século XXI, mais de dez milhões de brasileiras e brasileiros¹⁴².

Tese Nova: Os socialistas defendem o fortalecimento das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e aos empreendimentos familiares rurais; de garantia de crédito rural; aumento da produtividade; assistência técnica; extensão rural; e acesso às tecnologias, bens e serviços oriundos da revolução tecnológica 4.0; programas de apoio à comercialização da produção; garantia de preços mínimos e agregação de valor; e manutenção da previdência rural do agricultor como segurado especial rural do Regime de Previdência Social¹⁴³.

Tese Nova: O PSB defende o desenvolvimento de um modelo sustentável de garantia de qualidade de vida, como elemento estratégico para evitar o êxodo rural; assegurar a sucessão rural (sucessão familiar no campo); a opção da permanência dos jovens; e o empoderamento das mulheres no campo¹⁴⁴.

Tese Nova: Para os socialistas, é fundamental o incentivo à agroindústria familiar e cooperativada como forma de agregação de valor à produção. É necessária a garantia da regularização fundiária e de infraestrutura, como boas estradas; energia elétrica; abastecimento

142 Contribuições de Angelito Cassol, Cristiane Dallanora e Diego Kiefer Moreira.

143 Contribuições de Angelito Cassol, Cristiane Dallanora e Diego Kiefer Moreira.

144 Contribuições de Angelito Cassol, Cristiane Dallanora e Diego Kiefer Moreira.

de água; irrigação; habitação rural; saúde e saneamento; comunicação; internet; e educação¹⁴⁵.

Tese Nova: A agroecologia constitui-se numa prática agrícola e em um movimento social e político e não existe isoladamente, mas consiste numa ciência integradora, que respeita, estimula e agrega conhecimentos de outras ciências, além de incorporar os saberes populares e tradicionais provenientes das experiências dos agricultores familiares; das comunidades indígenas; dos ribeirinhos; camponeses; e das comunidades quilombolas¹⁴⁶.

Tese Nova: O PSB defende a implementação de políticas públicas que considerem fortemente os direitos sexuais e reprodutivos de todas as mulheres, na agricultura familiar e na agroecologia, por estarem envolvidas na quádrupla jornada (*da casa, cuidados dos filhos, jornada no campo, relações sexuais e procriativas*)¹⁴⁷.

Tese Nova: Em sintonia com os propósitos de fortalecimento da agricultura familiar sustentável, os socialistas defendem a implantação de um Programa Nacional de Incentivo à Produção de Alimentos Orgânicos sob a responsabilidade da União¹⁴⁸.

Tese Nova: Sob a liderança da Embrapa e em parceria com órgãos congêneres dos estados, com as Universidades e as instituições do Sistema “S” defende-se a adoção de esforços para a implantação do Programa Nacional de Incentivo à Produção de Alimentos Orgânicos como uma das estratégias do Projeto Nacional de Desenvolvimento¹⁴⁹.

145 Contribuições de Angelito Cassol, Cristiane Dallanora e Diego Kiefer Moreira.

146 Contribuições de Angelito Cassol, Cristiane Dallanora e Diego Kiefer Moreira.

147 Contribuições de Angelito Cassol, Cristiane Dallanora e Diego Kiefer Moreira.

148 Contribuição Antônio Carlos Almeida de Oliveira.

149 Contribuição Antônio Carlos Almeida de Oliveira.

| O Direito à Cidade e a Reforma Urbana

323 | No âmbito do direito à cidade, é necessária a elaboração de um conjunto de diretrizes para enfrentar a lógica e os interesses do capital, quando se sobrepõem aos interesses públicos. O PSB propõe uma política urbana criativa, em conformidade com os preceitos da Constituição de 1988, fundamental nos marcos de um projeto civilizatório, como o que o PSB propõe ao Brasil.

324 | Essas diretrizes devem se voltar, em primeiro lugar, para alterar a realidade dos pobres e excluídos, em particular da população negra, que foram empurrados para as periferias, em habitações precárias ou subnormais - característica de grande parte das periferias das cidades brasileiras, onde falta tudo: água; coleta de esgoto e lixo; cultura e lazer; segurança pública; **acessibilidade**¹⁵⁰; saúde; e educação.

325 | As diretrizes propostas pelo PSB devem corrigir o modelo seguido pelos governos social-democratas, a partir de 1995, incluindo Lula e Dilma, que se caracterizaram pelo modelo de inclusão social, pelo consumo. Os projetos foram desenhados para acolher demandas sociais relevantes, como acesso à moradia, por meio de subsídios ao setor privado, reiterando o valor privado da terra e dos imóveis; o poder da indústria automobilística; a matriz rodoviária; e o uso de energias fósseis.

326 | O PSB defende que é necessário ainda aproximar a reforma urbana da agenda da sustentabilidade. A cidade sustentável deve operar, de forma equilibrada e eficiente, os recursos necessários para o seu funcionamento, seja nos insumos de entrada (terra urbana, recursos naturais, água, energia e alimento), seja nos recursos de saída (resíduos, esgoto e poluição), para alcançar os objetivos da sociedade urbana, de forma igualitária e saudável.

327 | A sustentabilidade urbana deve se preocupar em minimizar os impactos das atividades e dos processos das cidades, no ambiente natural, cuidando para que as atividades humanas não comprometam os ecossistemas ligados às cidades, afetando a oferta de recursos naturais.

150 Contribuição Segmento PSB Inclusão.

Tese nova: Os elementos do racismo estrutural, de onde deriva o racismo ambiental - que é a discriminação racial nas políticas relativas ao meio ambiente - marcados na formação social e na urbanização brasileiras, determinou que os pobres e os excluídos, em particular a população negra, fossem empurrados para as periferias. Locais de habitações precárias ou subnormais, característica de grande parte das periferias das cidades brasileiras, onde falta tudo: água, coleta de esgoto e de lixo, cultura e lazer, segurança pública, saúde e educação¹⁵¹.

328 | É importante quebrar a dinâmica da espoliação urbana, da qual uma das principais causas é a especulação imobiliária, que encarece a terra e a moradia, levando à segregação residencial dos mais pobres.

329 | É preciso garantir a função social da propriedade, por meio da sobretaxa de grandes propriedades privadas, imóveis abandonados ou especulativos, além de obrigar a urbanização de terrenos ociosos.

330 | Para frear o crescimento desordenado das cidades, se faz necessário proibir a aprovação de loteamentos habitacionais, sobretudo aqueles localizados em zonas afastadas dos grandes centros urbanos e sem infraestrutura.

331 | Para que uma Reforma Urbana possa de fato ser implementada, é necessária uma revolução criativa, na articulação dos atores sociais, em que emerge o papel da liderança política, para que os interesses e direitos da maioria empobrecida das periferias das cidades prevaleçam sobre o do capital, principalmente os do capital imobiliário (Poder Público).

332 | Nos territórios urbanos é onde se materializam, se reproduzem e se perpetuam inúmeras desigualdades, como espelho de um modelo de capitalismo. Por isso, o PSB defende a garantia de acesso e permanência a todos os direitos humanos, como uma premissa básica. O direito à cidade é uma haste do guarda-chuva dos direitos humanos. Uma cidade socialista, criativa e acolhedora deve garantir o acesso a todos os serviços urbanos e a permanência neles.

333 | É fundamental assegurar também que o acesso e a permanência

151 Contribuição dos debates sobre Economia Criativa (Ana Carla Fonseca e Lidia Goldenstein).

aos serviços de saúde, educação e assistência social, sejam ofertados de forma a permitir que as cidades se constituam em um território de paz, capaz de acolher a todos em suas diversidades, gerando um ambiente de tolerância e fraternidade, uma comunidade com **equidade**¹⁵², justa e solidária.

334 | O direito à mobilidade urbana, inclusive no que diz respeito à acessibilidade, constitui outro desafio prioritário na agenda das políticas públicas. O PSB entende que os espaços das vias públicas devem ser destinados, com ênfase, para o transporte público. Defende a inversão de prioridade, quanto aos usos de tráfego.

335 | A política industrial também deverá estar alinhada com essa proposta e realizar esforços no sentido de apoiar o desenvolvimento da indústria brasileira, atendendo prioritariamente à demanda dos projetos de transporte de massa.

336 | O enfrentamento dos problemas de saúde requer a adoção de políticas públicas que obriguem que todos os novos veículos dos modais de transporte de massa, a serem criados, ao entrarem em operação, estejam obrigados ao uso de combustíveis não poluentes.

337 | Os limites dos municípios de uma Região Metropolitana não podem e não devem ser os limites para o planejamento, a construção da infraestrutura e a prestação dos serviços. É preciso conceber instituições que tenham capacidade de gestão, com a participação obrigatória do Estado e de todos os municípios que integram essas regiões.

338 | O PSB entende que a definição do conceito de função social da propriedade é um tema a ser constitucionalizado, mediante adoção de parâmetros básicos, e que todos os municípios brasileiros seriam obrigados a colocar em prática.

339 | A função social da propriedade é um conceito jurídico, que não elimina o direito à propriedade privada e tão pouco faz com que se perca o caráter individual de liberdade de adquirir e vender, segundo regras capitalistas. Entretanto, o processo deve ser subordinado aos interesses coletivos.

152 Contribuição Segmento PSB Inclusão.

| Cidades Criativas

340 | O direito à cidade precisa ser traduzido em planejamento que conduza a uma reforma urbana criativa, sustentável e igualitária, na era do conhecimento. Nesse sentido, é atualíssima a definição de Celso Furtado para quem “o desenvolvimento é a capacidade de criar soluções originais para os problemas de uma sociedade”.

341 | Os socialistas defendem que, no Brasil, o primeiro desafio de uma cidade criativa é enfrentar a brutal desigualdade social. Assim, uma cidade criativa não é necessariamente aquela onde predominam as atividades da Economia Criativa, mas a que é capaz de buscar, através da inovação, da criatividade e do talento, as soluções para sua prosperidade econômica, a sua coesão social e o bem-estar dos seus cidadãos.

342 | A cidade criativa une os interesses particulares aos interesses coletivos; o local ao global; e o privado ao público, em torno de um sonho coletivo vinculado às suas vocações, **fortalecido o valor compartilhado**¹⁵³. O conceito geral parte dos elementos da Economia Criativa – cultura, tecnologia, inovação, *design*, arquitetura, urbanismo, artesanato, patrimônio histórico, publicidade, moda, gastronomia, turismo.

343 | A Cidade Criativa – sem prejuízo da saudável competitividade com outras cidades – privilegia a cultura da colaboração, no lugar da competição selvagem, do consumo responsável; no lugar do consumismo exacerbado, da valorização da estética e da ética urbanísticas coletivas; no lugar do lucro.

344 | O PSB propugna que é preciso assegurar a ampla mobilização criativa dos talentos de trabalhadores, artistas, intelectuais, cientistas, empresários e empreendedores coletivos e individuais, **com e sem deficiência**¹⁵⁴, em estruturas capazes de garantir soluções criativas para a economia e para a vida social **nos** municípios.

345 | O PSB propõe um modelo de gestão democrática para as

153 Contribuição dos debates sobre Economia Criativa (Ana Carla Fonseca e Lidia Goldenstein).

154 Contribuição Segmento PSB Inclusão

cidades criativas, que tenha como base a criação de um Fórum público-privado, conectado a comitês de gestão interdisciplinares. A criação, ainda, de Observatórios Municipais, proporcionará à administração municipal, e ao fórum antes referido, inteligência estratégica, com informação atualizada; diagnósticos; formulação de projetos, propostas e parâmetros, para o monitoramento das políticas públicas.

346 | Coincidindo com a criação das estruturas institucionais, é preciso que a cidade descubra a si mesma, realizando um levantamento de recursos humanos, culturais, naturais e tecnológicos, que devem resultar num mapa de talentos. Esse mapa, em grande parte, vai corresponder a uma definição mais precisa das principais vocações da cidade, induzindo-a à organização de *Clusters* ou de Arranjos Produtivos Locais.

347 | Articulando a cultura, a tecnologia e a mobilização democrática, uma cidade criativa inova também os modelos de organização econômica, social e política, **poupa gasto** e recupera áreas degradadas **e integra áreas marginalizadas**, com a criação de **Polos e**¹⁵⁵ Distritos Criativos, onde se desenvolvem atividades que vão do artesanato à criação de *softwares*.

348 | As atividades da Economia Criativa têm menor impacto ambiental. Também propiciam menor produção de resíduos sólidos e maior utilização de energias renováveis, constituindo-se em fatores de competitividade nacional e global e se convertendo em verdadeiros ativos turísticos e culturais das cidades criativas.

349 | Uma cidade criativa também inova na mobilidade urbana, combinando transportes públicos coletivos e individuais, **implantando, por exemplo, ciclovias e/ou ciclofaixas para contribuir com o desafogo do trânsito e a melhoria da qualidade de vida dos usuários e do meio ambiente. Além disso, inova**¹⁵⁶ transformando estações de transbordo em áreas de atividade econômica.

350 | A cidade criativa investe pesadamente em educação fundamental e contribui significativamente para a qualificação profissional.

155 Contribuição dos debates sobre Economia Criativa (Ana Carla Fonseca e Lidia Goldenstein).

156 Contribuição Congresso PSB-RS.

351 | A cidade criativa estabelece estímulos tributários e até isenções para setores e atividades criativas, sejam elas culturais ou tecnológicas.

352 | O poder de compra das prefeituras deve ser utilizado para estimular a produção local, principalmente de micro, pequenas e médias empresas, localizadas na cidade ou na região.

353 | E como as cidades não são ilhas isoladas, mas parte de arquipélagos regionais ou metropolitanos, a formação de consórcios criativos deve ser pensada como forma de fortalecer as economias criativas locais, o turismo, saneamento e manejo de resíduos sólidos.

| Cidades Criativas e Pandemia

354 | A pandemia do Coronavírus, em 2020 e 2021, revelou tanto a profundidade das desigualdades sociais, raciais e econômicas, como o papel imprescindível do Estado nas suas dimensões nacional, estadual e municipal, desmentindo cabalmente o pensamento neoliberal quanto à política do Estado Mínimo.

355 | Os produtos e serviços da Economia Criativa ganharam importância ainda maior, com as exigências do isolamento social. A comunicação digital, as redes sociais, a internet, o e-commerce e os serviços de entrega, solicitados por WhatsApp, resolveram antigos problemas e criaram novos.

356 | As tecnologias relacionadas à saúde, às pesquisas em ciência, aos *big datas*, aos sistemas de pagamento e transferências financeiras e as alternativas sociais e econômicas, desde as pequenas indústrias de alimentos e serviços pessoais, até o artesanato, todas ligadas à Economia Criativa, também foram reconhecidas como essenciais.

357 | Por sua vez, o poder local foi extremamente valorizado e as prefeituras ganharam enorme importância, mesmo na defeituosa organização federativa do Brasil.

358 | A pandemia do Coronavírus constituiu-se em um grande acelerador da criatividade e dos valores socialistas, nas cidades brasileiras,

marcadas por brutal desigualdade. A solidariedade, a importância do meio ambiente, os sentimentos antirracistas e a igualdade de gênero e raça tiveram sua relevância extremamente realçada.

| Cultura, Desenvolvimento e Criatividade

359 | A cultura, em suas três grandes dimensões – a simbólica, a cidadã e a econômica -, é fundamental para a definição de um verdadeiro Projeto Nacional de Desenvolvimento para o Brasil.

360 | Segundo Celso Furtado, esse projeto tem que ser formulado a partir do “reencontro com o gênio criativo da nossa cultura e como realização das potencialidades humanas” e, ainda, “o objetivo último de uma política cultural deve ser fortalecer todas as formas criativas da sociedade”. A cultura permite, portanto, pensar o desenvolvimento dando nitidez ao sonho.

361 | Para o PSB, na era do conhecimento, em que as novas tecnologias de informação e comunicação tendem a disseminar em escala global as manifestações artístico-culturais e políticas, é preciso reforçar os fatores que configuram a cultura brasileira e a identidade nacional. Identidade que não é estática, monocromática ou exclusivamente nacional, ou local.

362 | O traço intelectual e criativo brasileiro mais distintivo é a diversidade cultural e sua plasticidade na resistência às pressões homogeneizadoras. A diversidade seria, assim, o princípio organizador da identidade cultural brasileira.

363 | Fusão das Tese 363 e 364: Contribuição Segmento PSB Inclusão propôs emenda “aglutinativa”.

364 | Fusão das Tese 363 e 364: Contribuição Segmento PSB Inclusão propôs emenda “aglutinativa”.

Fusão das Tese 363 e 364: O PSB defende que as riquezas cultural, literária e artística, sejam transferidas para o *design* nacional, para os *games*, para os *softwares* brasileiros. Enfim, é preciso marcar a cultura

tecnológica com as digitais da diversidade cultural do País. Assim, o conjunto da Economia Criativa, que vai além da produção simbólica, teria uma marca cultural brasileira. E a cultura brasileira, na sua dimensão econômica, se utilizaria mais dos recursos tecnológicos e dos circuitos mercadológicos (produção, distribuição e comercialização) da Economia Criativa¹⁵⁷, observando a acessibilidade cultural¹⁵⁸.

| Políticas Culturais

365 | No século XIX, surgem, no Brasil, as primeiras ações na área cultural, voltadas para a população, com a criação de escolas públicas, bibliotecas e gráficas para imprimir as produções oficiais e as literárias. Essas foram as primeiras políticas culturais.

366 | Com os avanços tecnológicos na reprodução de textos, imagens e sons, são criadas as condições para o desenvolvimento de um mercado de bens e serviços culturais de proporções crescentes. E assim, historicamente, vai-se da “mercantilização da cultura para a fase mais recente da culturalização das mercadorias”: móveis, aviões, automóveis e vestuários, desenhados a partir de uma vertente cultural.

367 | Embora integre a Economia Criativa, da qual é o eixo central, a cultura tem uma dimensão própria, no terreno do simbólico, que vai além de qualquer variante econômica. Assim, o PSB defende que se respeite e valorize o terreno cultural específico das produções artísticas e literárias, que, necessariamente, não se transformam em mercadorias.

368 | O PSB apoia firmemente a definição na Constituição de 1988, em seu artigo 215, que estabelece que o “Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará

157 Fusão das Tese 363 e 364: Contribuição Segmento PSB Inclusão propôs emenda aglutinativa.

158 Contribuição Segmento PSB Inclusão.

e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

Tese Nova: A exclusão cultural deve ser combatida através de políticas de incentivo à produção cultural para populações marginalizadas, especialmente a negra e periférica, de modo a assegurar o reconhecimento de suas expressões como patrimônio nacional e a valorização de seu potencial econômico e social para o setor criativo¹⁵⁹.

369 | Mudança de local: Foi inserida após a Tese 374.

370 | Mudança de local: Foi inserida após a Tese 374.

371 | Para que a produção cultural possa se transformar em um modo de vida, e mesmo numa profissão, é preciso que o Estado assegure a todas as pessoas - mas especialmente às camadas populares - os meios materiais, institucionais e econômicos, **além¹⁶⁰** de atividades individuais ou coletivas. **Os partidos políticos devem, por seus segmentos e secretarias, e/ou instâncias correlatas, auxiliar as comunidades nas reivindicações de acesso aos bens e serviços provenientes das políticas públicas de suas respectivas áreas¹⁶¹.**

372 | Nos espaços da diversidade cultural é que surge a oportunidade de se opor a uma cultura homogênea global. Nesses espaços, ainda, é que estão colocadas as chances de uma economia da cultura brasileira.

373 | O Estado precisa estimular os talentos individuais e coletivos, financiando, sem burocracia e com os riscos naturais, os coletivos culturais, as *startups*, os inventores individuais, os profissionais criativos **a acessibilidade cultural¹⁶²**, em **todos** os setores da economia e da cultura.

374 | Estimular *joint ventures*, associações e empresas nacionais, com grandes investimentos nas indústrias criativas, de modo a torná-las competitivas nacional e internacionalmente - áreas da música, cinema, dança, teatro e *games*, com *design* nacional.

159 Contribuição dos debates sobre Economia Criativa (Ana Carla Fonseca e Lidia Goldenstein).

160 Contribuição Congresso PSB-RS.

161 Contribuição Congresso PSB-BA.

162 Contribuição Segmento PSB Inclusão.

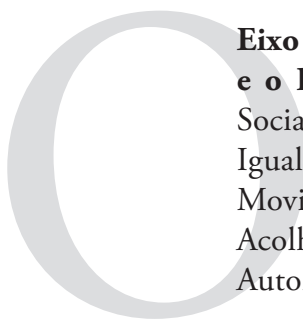
Mudança de local (antes era a Tese 369): A cultura na educação é também um aspecto fundamental, não apenas para assegurar a compreensibilidade dos elementos culturais que compõem a história, como também para garantir o acesso à cultura digital, que caracteriza o século XXI.

Mudança de local (antes era a Tese 370): A educação, principalmente no Ensino Fundamental, deve ser capaz de comunicar a diversidade cultural, o juízo crítico e a criatividade libertária. Uma educação moderna, diversificada, e transdisciplinar formará também os profissionais criativos necessários à nova economia do conhecimento.

375 | A cultura brasileira precisa de dados confiáveis, que deem suporte a um planejamento eficiente, e, para isso, é fundamental que o IBGE produza uma “Conta Satélite da Cultura” (contabilização “em separado” dos valores econômicos que as atividades desta cadeia produtiva geram, mesmo que já estejam somados ao PIB nacional), atualizada anualmente.

Eixo Temático V

Socialismo
Criativo,
Democracia
e o Partido
que Queremos



Eixo Temático V – Socialismo Criativo, Democracia e o Partido que Queremos - é integrado pelos temas: Socialismo Criativo; Socialismo Criativo e Democracia; Igualdade; Liberdade e Felicidade; Pluralidade; Movimentos Sociais e o Partido; Um Partido Laico e Acolhedor; O Partido e a Comunicação em Rede; e a Autorreforma e o Partido que Queremos.

O eixo tem como objetivo organizar propostas orientadoras para o reordenamento do PSB, de forma a apresentar para a sociedade brasileira um partido capaz de responder aos desafios para as novas emergências do século XXI.

| Socialismo Criativo

376 | O conceito de socialismo criativo corresponde às profundas mudanças disruptivas ocorridas no desenvolvimento das forças produtivas, a partir da revolução tecnológica que acelerou radicalmente os ciclos de inovação.

377 | A geração de valor das mercadorias e a formação de capital, antes determinadas pelos bens de investimento em capital fixo, estão sendo substituídas pelos investimentos em inovação e criatividade.

Tese Nova: Não aspirando a se constituir em uma teoria econômica, a expressão “Socialismo Criativo” é um conceito político que diz respeito ao tipo de socialismo objetivado pelo Partido Socialista Brasileiro¹⁶³.

378 | Nos últimos cem anos, o capitalismo demonstrou sua criatividade desenvolvendo produtos de valor universal, exportando cultura e até mesmo modos de vida. O socialismo, supostamente seu sucedâneo histórico, precisará demonstrar um potencial criativo pelo menos igual. O capitalismo moderno, sem dúvida criativo, só será efetivamente superado por um Socialismo Criativo.

163 Contribuição Comissão de Sistematização.

Tese Nova: O socialismo brasileiro defendido pelo PSB constitui-se em um sistema de economia planejada, conduzido por um Estado democraticamente forte e capaz de superar as profundas desigualdades sociais¹⁶⁴.

379 | O Socialismo Criativo não inclui apenas a Economia Criativa, mas a inovação no seu sentido mais amplo; a sustentabilidade ambiental; e o empreendedorismo, como uma das novas formas de organização do trabalho, e as novas formas e metodologias de organização social e política.

380 | Se a criatividade capitalista tem como objetivo principal a ampliação do mercado e lucro, a criatividade socialista deve ter como objetivos a ampliação, na sociedade, dos espaços de liberdade, o atendimento das necessidades básicas e fundamentais, o bem-estar e a felicidade das pessoas.

381 | O capitalismo vê a evolução tecnológica apenas como forma de aumentar o consumo e seus lucros. Já a luta dos socialistas deverá levar em conta que é preciso repensar os padrões de consumo, a relação com o meio ambiente, e recolocar e requalificar os trabalhadores, cujo ofício foi superado pelas novas formas de produção.

382 | O capitalismo tem, na força de inovação tecnológica e no desenvolvimento da Economia Criativa, um modo de se reproduzir e se perpetuar. O Socialismo Criativo tem, nessa mesma força, uma forma de alcançar uma sociedade em que o trabalho é libertado da exploração.

383 | O Socialismo Criativo deverá se constituir na dimensão humana do desenvolvimento das forças produtivas e da revolução tecnológica **e deve valorizar todas as formas de vida presentes na Terra. O socialismo para o século XXI deve contribuir na perspectiva de um novo e mais amplo humanismo, capaz de reverter a ameaça do atual sistema ideológico liberal-capitalista. São tarefas do socialismo criativo: desenvolver a criatividade, o empreendedorismo, o cooperativismo, ampliando os espaços de liberdade na sociedade e o bem-estar de todos¹⁶⁵.**

164 Contribuição Comissão de Sistematização.

165 Contribuição Congresso PSB-DF.

Tese Nova: O socialismo criativo defende o fortalecimento das várias formas de propriedade dos meios de produção: públicas, privadas, estatais e coletivas¹⁶⁶.

384 | O Socialismo Criativo, como um novo conceito, cujos aspectos teóricos e práticos devem ser discutidos e aprofundados no âmbito do PSB, pretende constituir-se em uma visão crítica da Economia Criativa, no que tem de concentradora de capital, monopolista e geradora de desigualdade.

385 | Os socialistas veem a Economia Criativa não apenas como o conjunto das atividades nas quais o conhecimento e o talento humano são as principais matérias-primas, mas também como estratégia de desenvolvimento, a orientar políticas públicas e apoiar a inovação tecnológica e a cultura, componentes básicos da referida economia, em sociedades ainda capitalistas e nas futuras sociedades socialistas.

386 | O Socialismo Criativo corresponde, também, a uma nova Economia do Projeto, que implica um forte planejamento e comporta as várias formas de propriedades públicas e privadas.

Tese Nova: O Socialismo Criativo também deve buscar compreender, dominar e fazer uso das novas tecnologias disruptivas como a inteligência artificial e a biotecnologia, no sentido da prosperidade compartilhada e da emancipação humana, combatendo a instrumentalização dessas para o aumento da concentração de poder e renda nas mãos de poucos¹⁶⁷.

166 Contribuição Comissão de Sistematização.

167 Contribuição Congresso PSB-RJ.

| Socialismo Criativo e Democracia

387 | A questão da convergência entre a liberdade e o socialismo está no DNA do PSB, que procurou, desde os seus fundamentos iniciais, abraçar a liberdade e a democracia como valores universais. No momento da sua fundação, em 1947, já revelava ousadia e criatividade, ao negar os dogmas autoritários à direita e à esquerda.

388 | Para o PSB, a democracia é uma premissa para alcançar o socialismo e seus fundamentos ético e humanista.

389 | O caminho para o socialismo, no Brasil, substitui a ruptura insurrecional por uma revolução pacífica, democrática e processual. Ou seja, um movimento político que articule a ampliação da democracia formal representativa com uma crescente participação direta da sociedade nos assuntos da República.

390 | Defender a democracia não pode ser um desafio restrito às esquerdas, mas deve encontrar nelas seus combatentes mais aguerridos.

391 | A reinvenção e o fortalecimento da política é a única via contra a barbárie ultraliberal e o individualismo.

| Igualdade, Liberdade e Felicidade

392 | A Felicidade Interna Bruta (FIB) - definida pela ONU, é baseada na premissa de que o objetivo principal de uma sociedade não deve ser somente o crescimento econômico, mas a integração do desenvolvimento material com o psicológico, cultural, espiritual e ambiental - em harmonia com a Terra.

393 | Para os socialistas, a igualdade e o direito à felicidade devem ter como correlato a garantia de que, nas interações sociais, todos sejam acolhidos, respeitados e valorizados em suas diferenças.

394 | A igualdade socialista deve preservar e valorizar a diversidade, sem expectativa de que se reduza, desapareça, ou conduza a um padrão homogêneo.

395 | A igualdade socialista pressupõe que o Estado garanta a efetivação dos direitos de oportunidades e acesso universal aos cidadãos, preconizados pela Constituição de 1988.

396 | O socialismo democrático supera o conceito liberal de liberdade, pois incorpora o direito de resistir ao arbítrio exercido por poderes ilegítimos.

397 | Valoriza o direito de empreender livremente, de forma individual ou coletiva, e incorpora a perspectiva do direito à emancipação.

398 | A liberdade e a igualdade, perseguidas pelos socialistas, referem-se ao pressuposto omitido pelo pensamento político burguês, ou seja, a construção da fraternidade em suas bases estritamente terrenas.

399 | O socialismo criativo trata de reinventar criativamente a cidade, e a sociedade política, no acolhimento, na hospitalidade, no respeito recíproco, **na inclusão**¹⁶⁸, que unificam, em uma causa, todas as diferentes lutas libertárias.

| Pluralidade, Movimentos Sociais e o Partido

400 | O PSB reconhece a importância fundamental de seus segmentos organizados, que devem representar as reivindicações da sociedade civil e expressar, no interior do Partido, a pluralidade e diversidade de que se compõe.

401 | As lutas libertárias de mulheres; negros; trabalhadores; LGBTQIA+; jovens; idosos; pessoas com deficiência; e movimentos populares, devem ser compreendidas como uma das linhas prioritárias da atuação partidária, e o Partido estar voltado a ajudar a organizar suas bandeiras,

168 Contribuição Segmento PSB Inclusão.

respeitando sua autonomia e diversidade, sem perder de vista a visão geral do Brasil como uma potência criativa e sustentável.

402 | Em vez de partidarizar ou aparelhar os movimentos sociais, os socialistas devem buscar uma politização universalizante e superar a visão estritamente corporativista. Devem ser incorporadas todas as suas manifestações no Projeto Nacional de Desenvolvimento.

Tese Nova: O Projeto Nacional de Desenvolvimento deve buscar o diálogo permanente e progressivo com os movimentos sociais, ampliando os espaços de discussão das pautas ligadas aos Direitos Humanos e Cidadania¹⁶⁹.

| Um Partido Laico e Acolhedor

403 | O desafio de um partido laico - que tem no ideário socialista a base de suas concepções e ações - é dialogar com todas as correntes religiosas e os contingentes não religiosos, como os agnósticos e os ateus. Embora se constate o recente crescimento do componente protestante, predominantemente pentecostal, continuam muito presentes, na sociedade brasileira, o catolicismo, as religiões de matriz africana e outras denominações religiosas.

404 | Embora, cada vez mais, a opção religiosa tenha sido fator importante na ação política, e, principalmente, na opção de voto dos eleitores, não cabe ao PSB empreender ações nas definições religiosas da população e sequer de seus militantes e aliados.

405 | O PSB deve defender que as pautas religiosas e as pautas políticas sejam distintas, apesar de suas interconexões.

406 | O caráter laico do PSB não se traduz em indiferença ou aversão às religiões e filosofias, mas, sim, no máximo aproveitamento dos valores de humanidade, generosidade e igualdade, contidas em todas elas.

169 Contribuição Congresso PSB-ES.

Tese Nova: O PSB como um partido laico, que não adota uma religião oficial, promove a liberdade religiosa e respeita igualmente aqueles que não optam por uma crença¹⁷⁰.

Tese Nova: O PSB defende o Estado laico, preza a inviolabilidade a liberdade de consciência e crença, defendendo o livre exercício dos cultos religiosos e a garantia da proteção aos locais de culto e as suas liturgias, conforme previsto na Constituição Federal¹⁷¹.

| Sociedade em Rede e os Direitos dos Cidadãos

Tese Nova: O poder das grandes empresas de informação e comunicação, articuladas ao capital financeiro, extrapola fronteiras nacionais e limites dos direitos individuais e coletivos, nas sociedades em rede. Tanto os direitos das nações como os direitos dos cidadãos não estavam preparados para essa globalização digital. Por isso, os socialistas defendem a regulamentação, pelos Estados nacionais, das relações entre o poder das empresas, os cidadãos e a sociedade¹⁷².

Tese Nova: O PSB considera a segurança e a proteção dos dados um direito fundamental e inalienável dos cidadãos brasileiros. A inviolabilidade, a proteção e a segurança constituem elementos centrais para o fortalecimento e consolidação da democracia brasileira¹⁷³.

170 Contribuição Congresso PSB-RJ.

171 Contribuição Congresso PSB-RJ.

172 Contribuição Comissão de Sistematização.

173 Contribuição Comissão de Sistematização.

Tese Nova: A guarda dos dados individuais, a sua organização e consolidação em bancos de dados, propiciam, às empresas detentoras, enorme capacidade de manipulação dessas informações em benefício próprio ou de grupos, por vezes com graves prejuízos à democracia¹⁷⁴.

Tese Nova: Como forma de avançar na qualificação das políticas de Estado que estabelecem a gestão, controle e integridade dessas informações os socialistas defendem a necessidade de melhoria contínua nos instrumentos previstos na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e que a Agência Nacional de Proteção de Dados mantenha-se sob o controle da sociedade¹⁷⁵.

Nova Tese: O poder das grandes empresas de informação e comunicação, articuladas ao capital financeiro, extrapola fronteiras nacionais e limites dos direitos individuais e coletivos nas sociedades em rede. Tanto os direitos das nações, como os direitos dos cidadãos, não estavam preparados para essa globalização digital. Por isso, os socialistas defendem a regulamentação, pelos Estados nacionais, das relações entre o poder das empresas, os cidadãos e a sociedade¹⁷⁶.

Tese Nova: Dentre os novos direitos, destacam-se o direito à participação por via digital e ao compartilhamento de dados pessoais e coletivos, na sociedade em rede, regulamentados pelo Estado¹⁷⁷.

Tese Nova: Para aprofundamento da democracia, é necessário o fortalecimento da comunicação pública, no Brasil, tendo a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) como ferramenta para a prestação de um serviço de informação plural e de qualidade, para todo território nacional, em que as prioridades sejam a difusão de direitos do cidadão; formação crítica; e o fomento cultural¹⁷⁸.

174 Contribuição Comissão de Sistematização.

175 Contribuição Comissão de Sistematização.

176 Contribuição Comissão de Sistematização.

177 Contribuição Comissão de Sistematização.

178 Contribuição Segmento JSB.

| O Partido e a Sociedade em Rede

407 | A sociedade em rede é uma estrutura social montada sobre redes de tecnologia de comunicação e informação, fundamentadas na microeletrônica e nas redes digitais de computadores.

408 | A estrutura social de uma sociedade em rede resulta da interação entre o paradigma da nova tecnologia e a organização social no plano geral. As redes de comunicação digital são a coluna vertebral da sociedade em rede, tal como as redes de energia elétrica eram a infraestrutura sobre a qual a sociedade industrial foi erigida.

409 | Assim como a Era Industrial conviveu com o potencial destrutivo do ser humano, no holocausto nazista, as maravilhas da sociedade pós-industrial e da revolução tecnológica convivem com o processo autodestrutivo do aquecimento global e com o ressurgimento de pandemias, em escala planetária; **a invasão de privacidade; a manipulação de consciências; o uso indevido de preferências e gostos, com objetivos lucrativos e políticos**¹⁷⁹.

410 | Os partidos, como redes políticas, precisam definir claramente os objetivos que os tornam coesos. No caso do PSB, é preciso decodificar em linguagem adequada aos meios digitais os princípios do socialismo brasileiro democrático e criativo, em termos acessíveis aos usuários.

411 | A complexidade das relações em rede cria a necessidade de aprender a trabalhar com sistemas de informação e os aparatos tecnológicos, e a lidar com a informação como se apresenta hoje, em ambientes digitais. Portanto, a cibernitância deve fugir das armadilhas da visão de que a rede digital se basta.

412 | Compreendendo a importância das novas formas de comunicação, somente possível em razão do fortalecimento das chamadas redes sociais, o PSB insiste na necessidade do seu uso responsável e ético. Processos democráticos não admitem a produção de notícias falsas, as *fake news*.

179 Contribuição Comissão de Sistematização.

| Separação entre Partido e Governo

413 | Na condução dos governos, os socialistas devem levar a cabo ações e programas que avancem na direção dos objetivos de longo prazo do Partido, de acordo com as circunstâncias e a situação política. Inclusive, porque um projeto de longo prazo, como o aqui proposto, não se efetivará integralmente no período de um mandato governamental.

414 | A clara separação entre governo e partido deve ser perseguida de forma ininterrupta e incansável.

415 | Ao Partido, como formulador de políticas, compete cobrar e fiscalizar o governo.

416 | Essa separação possibilita também um lugar destacado para a militância partidária, deixando claro que essa pode se dar sem necessariamente os militantes ocuparem cargos executivos ou legislativos.

| A Autorreforma e o Partido que Queremos

417 | Um movimento criativo, como o Processo de Autorreforma que o PSB realiza, implica a construção de uma estrutura partidária também criativa. Se necessitamos dar a nossa contribuição para uma hipotética reinvenção da política, é necessário que também reinventemos o nosso Partido.

418 | As ideias contidas na Autorreforma vão necessitar de um partido democraticamente mais participativo, ideologicamente mais fortalecido e politicamente mais unificado. São ideias criativas para um Partido criativo.

419 | A diversidade de ideias e a pluralidade de visões terão sempre, no PSB, os mais amplos espaços de debate, sem que isso prejudique a unidade política necessária para que o Partido cumpra os seus compromissos com a sociedade.

420 | A unidade política será dada a partir dos princípios gerais e os valores a que todos os militantes aderem, ao ingressar no PSB.

421 | O Partido reconhece a “influência exercida sobre o movimento socialista pelos grandes teóricos e doutrinadores que contribuíram eficazmente para despertar no operariado uma consciência política necessária ao progresso social”, conforme o texto do seu Programa de 1947.

422 | O PSB considera-se herdeiro das melhores tradições teóricas, socialistas e democráticas, avesso a dogmatismos e consciente da necessidade de se modernizar permanentemente.

423 | Para inovar-se, criativamente, o PSB precisa criar mecanismos que assegurem à sua militância o exercício de sua verdadeira soberania. **O PSB é um partido aberto, sua vontade é a vontade da militância¹⁸⁰.**

424 | Fortalecer sua democracia interna, por meios digitais e presenciais, assegurando aos militantes a certeza de seu poder de decisão sobre as questões fundamentais para o Partido. Estabelecer uma plataforma digital **acessível e de fácil usabilidade¹⁸¹** para que as direções, municipais, estaduais e nacional, consultem os filiados sobre questões importantes e polêmicas, em caráter consultivo ou deliberativo, a critério de cada instância.

425 | Para os socialistas, além de imoral, a corrupção tem dimensões ética, social, econômica e política. Eticamente, a corrupção significa retirar dos mais pobres os direitos à saúde, à educação e aos serviços do Estado.

426 | Economicamente, a corrupção constitui-se numa super mais-valia, extraída do conjunto da sociedade em geral, e dos assalariados em particular, pois, além da taxa de exploração do trabalho pelo capital, a corrupção retira dos trabalhadores uma parte do que eles pagam de impostos para que o governo construa hospitais, escolas, estradas.

180 Contribuição Segmento SSB.

181 Contribuição Segmento PSB Inclusão.

427 | A corrupção significa, também, um acréscimo artificial ao excedente econômico, pois as empresas aumentam o valor das mercadorias e serviços que vendem ao Estado, ampliando fraudulentamente seus lucros. E, por outro lado, permite também aos agentes públicos envolvidos, a formação de um capital sem os investimentos que caracterizam a acumulação tradicional - terra, máquinas, matéria-prima, capital de giro -, formando uma espécie de nova classe, uma burguesia dolosa.

428 | Politicamente, a corrupção corrói os sonhos políticos da juventude, macula a militância, transformando-a em atividade remunerada com dinheiro sujo, e comprometendo a administração pública com a ideia de que a máquina pública só funciona quando lubrificada pela corrupção.

429 | Propiciar a elevação dos níveis cultural, intelectual, espiritual e ideológico da militância, por meio da leitura dos documentos básicos do Partido.

430 | A escolha de candidatos a cargos eletivos, em todas as esferas da Federação, deve ser orientada por critérios explícitos.

431 | Os valores partidários deverão estar contidos numa carta-compromisso do candidato para com o Partido, de modo a permitir que o PSB e seus militantes acompanhem o exercício do mandato e possam cobrar os compromissos estabelecidos na referida carta.

432 | Realizar cursos de formação política e profissional-administrativa com os candidatos, para que, quando eleitos, exerçam, com parâmetros e critérios administrativos, as atribuições pertinentes ao mandato.

433 | Valorizar o mecanismo de ouvidoria, com o objetivo de assegurar ao filiado de qualquer lugar do País que apresente críticas, sugestões ou denúncias, as quais serão recebidas e analisadas, e deverão ser apuradas pelo Diretório Nacional.

434 | Reorganizar as estruturas de base do Partido, por meio de núcleos de base ou células vivas, não apenas por local de moradia, mas também por local de trabalho, atividade profissional, atividade cultural, religiosa, e por setor (saúde, educação, segurança, entre outros).

435 | Priorizar a formação de militantes **por meio do desenvolvimento de uma Política Nacional de Formação Política, Ideológica e Partidária do**

PSB e do Plano de Formação de Lideranças¹⁸², especialmente **voltado à** da juventude, com a oferta de cursos, seminários, educação a distância e material educativo **e acessível¹⁸³**, com os recursos da Fundação João Mangabeira e do Diretório Nacional.

436 | Restabelecer a contribuição financeira obrigatória, pessoal e intransferível, visando não só a manutenção do Partido, mas também a sensação de poder e pertencimento de cada militante.

437 | Estabelecer um clima democrático para os debates de ideias, estimulando a prática sistemática da crítica e autocrítica.

438 | Estimular as relações ética e solidária, dentro de uma cultura de tolerância, **inclusão e empatia¹⁸⁴**, para fortalecer a noção de companheirismo, fraternidade e a sensação de pertencimento ao Partido.

439 | O Partido deve se envolver e liderar iniciativas solidárias e criativas, no campo da economia, como os coletivos culturais e tecnológicos, cooperativas de microcrédito, cooperativas de trabalho e autogestão de trabalhadores.

440 | As direções partidárias municipais, estaduais e nacional devem se expressar publicamente sobre os fatos relevantes do Brasil, e do mundo, com o objetivo de orientar a militância, fazendo com que se sinta representada.

441 | Enquanto perdurar o presidencialismo, o PSB deverá fazer todo o possível para lançar candidaturas à Presidência da República, que sejam capazes de vocalizar os principais pontos do programa partidário.

442 | O PSB propõe a adoção do método de luta política conhecido como Não Violência Ativa. Esse método, que nada tem a ver com passividade, ao contrário, foi de grande eficácia na libertação da Índia, com Mahatma Gandhi; no fim do apartheid, na África do Sul, com Nelson Mandela; e na luta antirracista nos EUA, com Martin Luther King. Traduz-se em mobilizações populares, pressão democrática, e ações das organizações e dos movimentos da sociedade civil e, no caso do PSB, na luta pelo Socialismo Criativo.

182 Contribuição Segmento MPS.

183 Contribuição Segmento PSB Inclusão.

184 Contribuição Segmento PSB Inclusão.

